

LEONARDO LOCARNO

APROVEITAMENTO DE RESERVATÓRIOS PARA FINS
TURÍSTICOS: ESTUDO DE CASO DAS USINAS DE ITUTINGA E
CAMARGOS

Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LEONARDO LOCARNO

APROVEITAMENTO DE RESERVATÓRIOS PARA FINS
TURÍSTICOS: ESTUDO DE CASO DAS USINAS DE ITUTINGA E
CAMARGOS

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Turismo e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Turismo e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Trindade Bahia

Belo Horizonte
Centro Universitário UNA
2007

L811a LOCARNO, Leonardo
2007 Aproveitamento de reservatórios para fins turísticos: Estudo de Caso das Usinas de Itutinga e Camargos no Rio Grande em Minas Gerais.
Leonardo Locarno – 2007.
126 p.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Trindade Bahia
Dissertação (mestrado) – Centro Universitário UNA ano 2007.
Referências bibliográficas: 115-122

1. Turismo. 2. Turismo ecológico. 3. Impacto ambiental.
CDU: 379.85



**CENTRO UNIVERSITARIO UNA
PROGRAMA DE MESTRADO EM TURISMO E MEIO AMBIENTE**

A dissertação intitulada “Aproveitamento turístico em reservatórios: Estudo de caso das Usinas de Itutinga e Camargos”, de autoria do mestrando Leonardo Locarno, foi julgada e aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Eduardo Trindade Bahia – UNA – Orientador

Prof. Dra. Wanyr Romero Ferreira – UNA – Examinadora Interna

Prof. Dr. Jersone Tasso Moreira Silva – FUMEC/MG – Examinador Externo

Belo Horizonte
Dezembro/2007

*Para dois homens e três mulheres:
Bruno, meu filho; Oreste, meu pai, que está sempre presente;
Dona Edina, Andréa e Carla; mãe, esposa e filha.*

AGRADECIMENTOS

Há pessoas que marcam a nossa vida pelo jeito de ser e pelas lições aprendidas. Assim é o Professor Eduardo Bahia, como seu próprio nome diz: próspero guardião. Agradeço suas orientações, realizadas com muita competência; por me ensinar a caminhar no conhecimento científico no decorrer da pesquisa; por se tornar um grande amigo e, principalmente, por ser o modelo de profissional da educação que desejo ser.

Aos professores do mestrado, com os quais dividi muitos momentos de dúvidas, angústias e aprendizado no decorrer do curso, e que em muito contribuíram para o meu crescimento.

Aos amigos que conquistei no mestrado, que participaram dessa conquista através do companheirismo e da troca de experiências.

Aos amigos Osvaldo Castanheira e Bruno Sogno, pelo valioso subsídio, sem o qual não seria possível a conclusão dessa pesquisa.

Na região de Itutinga, agradecimento especial ao Paulo Gaia, Claudinho da Prefeitura, Darly, Rodrigo, Pedrinho e Gilmar pelas horas intermináveis de entrevistas e bate-papos, além de toda a comunidade de Itutinga, Capela do Saco e Caquende.

Aos colegas da CEMIG, Luis Augusto Barcelos Almeida, Antônio Procópio R. Rezende, Ênio Marcus Brandão Fonseca e Bruno Gabrich, pela valiosa contribuição na pesquisa documental e apoio à minha pesquisa.

Ao Bruno, Carla e Andréa pela companhia e estímulo constantes.

Aos meus queridos pais, cujos ensinamentos lapidaram a minha personalidade e cujo exemplo de perseverança inspira a minha trajetória de vida, ofereço este trabalho com amor.

“Faz parte da natureza das coisas o fato de que nunca se tenta evitar uma dificuldade sem encontrar outra; a prudência consiste em saber reconhecer a natureza das circunstâncias difíceis, aceitando como boas as menos nocivas”.

(MAQUIAVEL – O Príncipe, 2004, p. 180).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

COPASA – Companhia de Saneamento e Abastecimento de Minas Gerais

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

COPEL - Companhia Paranaense de Energia

ECOLAGO – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região do Lago de Camargos e seus Rios Formadores

EEUU – Estados Unidos da América

EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MG – Minas Gerais

MTUR – Ministério do Turismo

N.S. – Não sabe

OMT – Organização Mundial do Turismo

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIPOT – Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro

TVA – Tennessee Valley Authority

WCED - World Commission on Environment and Development

WTO - World Tourism Organization

LISTA DE LUSTRAÇÕES – QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre reservatórios e lagos.....	33
Quadro 2 - Principais atividades turísticas e seus possíveis impactos sobre reservatórios.	39
Quadro 3 – Reservatórios da TVA	58

LISTA DE LUSTRAÇÕES – GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual de participação por perfil na amostra	82
Gráfico 2 – Avaliação da amostra por sexo.....	83
Gráfico 3 - Avaliação da amostra por estado civil	83
Gráfico 4 – Avaliação da amostra por origem.....	84
Gráfico 5 – Localização da residência principal dos turistas de 2ª residência	84
Gráfico 6 – Avaliação da amostra por idade (faixa etária).....	85
Gráfico 7 – Avaliação amostra por escolaridade	86
Gráfico 8 – Avaliação da amostra por profissão (ocupação principal)	86
Gráfico 9 - Comparação faixa de renda (turistas x turistas de 2ª residência).....	87
Gráfico 10 - Avaliação faixa de renda Residentes	87
Gráfico 11 - Avaliação faixa de renda Empresários.....	88
Gráfico 12 – Motivações dos turistas convencionais nas viagens à Itutinga e região.....	88
Gráfico 13 – Motivações dos turistas de 2ª residência nas viagens à Região	89
Gráfico 14- Perfil dos acompanhantes dos turistas convencionais e dos turistas de 2ª residência nas viagens à Itutinga e região	90
Gráfico 15 - Tempo médio de permanência dos turistas convencionais	90
Gráfico 16 - Tempo médio de permanência dos turistas de 2ª residência.....	91
Gráfico 17 - Frequência de visitas dos turistas convencionais.....	91
Gráfico 18 - Frequência de visitas dos turistas de 2ª residência à região.....	92
Gráfico 19 – Influência na escolha de investir na região empresários	92
Gráfico 20 – Avaliação dos atributos referentes aos recursos turísticos	98
Gráfico 21 – Média da avaliação dos grupos pesquisados	99
Gráfico 22 – Avaliação dos atributos ambientais.....	100
Gráfico 23 – Avaliação dos atributos referente a infra-estrutura local.....	101

LISTA DE LUSTRAÇÕES – FIGURAS

Figura 1 - Relação entre Turismo Sustentável e outros termos.....	26
Figura 2 - Distribuição das hidrelétricas principais no Brasil	35
Figura 3 - Principais reservatórios de Minas Gerais.....	36
Figura 4 - Três Marias: lago, barragem e hidroelétrica	36
Figura 5 - Relação entre o sistema hídrico e sua vizinhança.....	42
Figura 6 - Capitólio, o Mar de Minas: Hidrelétrica de Furnas	53
Figura 7 - Pescador no Rio Tennessee	57
Figura 8 - Localização dos reservatórios da TVA.....	58
Figura 9 - Exemplo de divulgação de informações do Wilson Reservoir da TVA.....	59
Figura 10 - Guia Tennessee River Country.....	59
Figura 11 - Vista dos bairros Simone e Jardim das Oliveiras: Reservatório de Camargos.	66
Figura 12 - Mapa com ilustração de localização rodoviária da UHE Camargos, acesso a partir de Belo Horizonte.....	68
Figura 13- Mapa com ilustração da Região onde se localizam as Usinas de Itutinga e de Camargos.	69
Figura 14- Construção da Usina de Camargos	70
Figura 15 - Vista da barragem da UHE-Camargos em 1960, após o início da operação da usina.....	71
Figura 16 - Pontos Turísticos ao redor do Reservatório de Camargos.....	73
Figura 17 - Corredeiras do Rio Grande: ideal para a prática de hydro speed, canoagem slalom, free-stile e rafting.....	73
Figura 18 - Cachoeira das Andorinhas	74
Figura 19 - Cachoeira das Aranhas.....	74
Figura 20 - Cachoeira das Aranhas II.....	74
Figura 21 - Cachoeira do Raulino	75
Figura 22 - Trilha dos Tropeiros.....	75
Figura 23 - Canoagem na Corredeira do Barro Preto classe II no Rio Grande.....	76
Figura 24 - Hydro Speed no Rio Grande.....	77
Figura 25 - Serra de Carrancas	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais Usinas da Cemig	37
Tabela 2 - Distâncias Rodoviárias (km)	79
Tabela 3 - Síntese da composição da amostra	81
Tabela 4 - Apresenta as avaliações dos residentes nos fatores pesquisados	94
Tabela 5 - Apresenta as avaliações dos turistas de segunda residência nos fatores pesquisados	95
Tabela 6 - Apresenta as avaliações dos empresários nos fatores pesquisados	96
Tabela 7 - Apresenta as avaliações dos turistas convencionais nos fatores pesquisados	97
Tabela 8 – Apresenta a comparação das médias entre os grupos pesquisados.....	99
Tabela 9 - Percepções dos turistas convencionais em relação ao desenvolvimento do turismo	103
Tabela 10 - Percepções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo.....	104
Tabela 11 - Percepções dos turistas de segunda residência em relação ao desenvolvimento do turismo.....	106
Tabela 12 - Percepções dos empresários em relação ao desenvolvimento do turismo	108
Tabela 13 - Avaliação dos atributos referentes ao desenvolvimento do turismo	109

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi descrever e analisar o aproveitamento do turismo e seus impactos sócio-ambientais ocasionados pelo uso recreacional dos recursos hídricos nas represas de Itutinga e Camargos, município de Itutinga, tendo como propósito fundamental contribuir para o planejamento da utilização dos reservatórios, dentro de uma abordagem sistêmica, integrada e estratégica. O estudo está baseado em discussões teóricas e em análises dos resultados de entrevistas estruturadas realizadas com uma amostra da população, dos gestores públicos e privados e com representantes da população local, empresários, turistas convencionais e turistas de segunda residência, utilizando formulários semi-estruturados, pesquisa documental e observação participante. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma descrição e interpretação da utilização de reservatórios nacionais e internacionais para uso múltiplo da água, considerando que a problemática principal a ser discutida diz respeito ao uso recreacional dos recursos hídricos da Bacia do Rio Grande, especificamente na região de Itutinga e seus limites (capacidade de carga). Mostrou-se a importância do turismo como componente indutor da economia de toda a região, através da geração de emprego e renda. Revelou-se também, no tocante a destinações de turismo de aventura, ser uma das melhores opções para práticas de esportes de aventura e contato com a natureza em Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo de aventura, turismo de segunda residência, impactos ambientais.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to describe and to analyze the use of the tourism and their partner-environmental impacts caused by the use recreacional of the water resources in the dams of Itutinga and Camargos, district of Itutinga, tends as fundamental purpose to contribute for the planning of the use of the reservoirs, inside of a systemic, integrated and strategic approachs. The study was based on theoretical discussions and in analyses of the results of structured interviews accomplished with a sample of the population, of the public and private managers and with representatives of the local population, entrepreneurs, normal tourists and tourists of second residence, using semi-structured forms, documental researches and participant observation. To reach the proposed objectives, it was accomplished a description and interpretation of the use of national and international reservoirs for water multiple use, considering that the main problem to be discussed concerns the recreacional use of the water resources of the Basin of Rio Grande, specifically in the area of Itutinga and their limits (load capacity). The importance of the tourism was shown as component inductor of the economy of the whole area, through the job generation and income. It was also revealed, concerning destinations of adventure tourism, to be one of the best options for practices of adventure sports and contact with the nature in Minas Gerais.

KEYWORDS: Adventure tourism, tourism of second residence, environmental impacts.

SUMÁRIO

1. Introdução	16
2. Referencial Teórico.....	19
2.1 - Sustentabilidade e Turismo Sustentável.....	19
2.2 - Turismo e problemas decorrentes de sua ação.....	27
2.3 - Reservatórios e Lagos e suas interfaces com a atividade turística.....	32
2.4 - Aspectos legais - Legislação Federal de Recursos Hídricos e Ambiental	44
2.5 - Turismo de 2ª Residência.....	47
2.6 - Aproveitamento de Reservatórios para o Turismo: Casos Práticos.....	48
3. Metodologia	61
3.1 - Tipo de Pesquisa	61
3.2 Instrumentos de Pesquisa	63
3.2.1 - Questionário	63
3.3 - Coleta de Dados	64
3.3.1 - Fase Exploratória inicial do local.....	64
3.3.2. - Aplicação do Questionário.....	64
4. Aproveitamento turístico nos reservatórios das usinas de Itutinga e Camargos..	66
4.1 - As Usinas Hidrelétricas de Itutinga e de Camargos	66
4.2 - Lago de Itutinga e Camargos como atração turística	71
4.3 - Caracterização Socioeconômica da Região.....	78
4.4 - Resultados e discussões	81
4.5 - Opiniões sobre desenvolvimento do turismo no entorno dos reservatórios.....	102
5. Conclusões	111
Referências	115
Apêndice	123

1. INTRODUÇÃO

Aspectos importantes como degradação ambiental, administração ineficiente de recursos, conceito de sustentabilidade e a dificuldade de sua mensuração tem provocado reflexões nos conceitos de desenvolvimento da atividade turística. O conceito de sustentabilidade envolve racionalização de recursos naturais e econômicos, além de preservação de valores sócio-culturais e a avaliação e melhoria dos indicadores de sustentabilidade pode contribuir para um melhor desempenho de empresas e locais turísticos, trazendo benefícios diretos para o meio ambiente e para a sociedade civil em geral.

O Brasil é um dos países do mundo que mais utiliza a hidroeletricidade. Como se sabe, a construção de hidroelétrica, quase sempre, implica em construções de reservatórios que ocasionam inundações que causam impactos ambientais das mais diversas naturezas. Estes reservatórios foram planejados para que o uso da água fosse destinado, sobretudo, para a geração de energia elétrica. Queiroz (2000) alerta sobre a devastação ambiental provocada por um padrão energético intensivo, baseado na biomassa e com perdas de grandes áreas de cobertura vegetal pelo desmatamento ou inundações de áreas vegetadas quando da construção de hidroelétricas.

O uso múltiplo da água permite o aproveitamento dos reservatórios para outros fins, dentre eles o turismo. Com isto é possível associar às necessidades de lazer e descanso de uma população que reside nas proximidades dos reservatórios, gestão ambiental eficaz, além de criar novas oportunidades de geração de emprego e renda, assegurando maior sustentabilidade à região.

No Brasil, a população costuma tirar férias em locais relacionados com água, como praias, lagos, rios, estâncias hidrominerais. Segundo Souza (2006), as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas.

Entretanto, o que se vê, na maior parte dessas áreas, é a quase total despreocupação em manter a integridade dos ecossistemas envolventes, reforçando a necessidade de se estabelecer políticas locais para preservação da qualidade das águas e os outros recursos ambientais utilizados para o ‘turismo e lazer’.

O aproveitamento de lagos e reservatórios de águas para fins turísticos vem sendo discutido por vários autores como Souza (2006), Queiroz (2000) e pela Agência Nacional das Águas (2005) com pesquisas que tentam identificar os impactos sócio-ambientais do

reservatório, descrever a evolução do turismo e analisar a infra-estrutura turística nestas regiões.

Na atividade turística, Briassoulis (2002) afirma que a discussão sobre desenvolvimento sustentável do turismo gira em torno da questão de como administrar os recursos naturais, construídos e sócio-culturais das comunidades anfitriãs. Percebe-se que, para preservar seu capital natural e sócio-cultural, essas comunidades buscam alcançar equilíbrio inter e intrageracional na distribuição de custos e benefícios, de modo a assegurar sua auto-suficiência e satisfazer as necessidades dos turistas.

Nos últimos anos, vários estudos e contribuições deram continuidade a um esforço para desenvolver um plano de ação para o turismo visando a atingir a sustentabilidade das atividades turísticas, sendo que o principal documento foi a publicação, em 1994, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo. Tal documento trata das práticas sustentáveis, enfatiza a importância da cooperação entre os diversos atores sociais e estabelece áreas prioritárias de ação para os poderes públicos e empresas.

Este trabalho descreve e analisa o aproveitamento do turismo e seus impactos sócio-ambientais ocasionados pelo uso recreacional dos recursos hídricos nas represas de Itutinga e Camargos, município de Itutinga, tendo como propósito fundamental contribuir para o planejamento da utilização dos reservatórios, dentro de uma abordagem sistêmica, integrada e estratégica. As duas usinas são historicamente importantes no cenário do desenvolvimento de Minas Gerais, pois foram construídas pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e inauguradas por Juscelino Kubitschek no início da década de 50, sendo as primeiras a compor o potencial hidroenergético da Bacia do Alto Rio Grande.

A importância deste trabalho pode ser avaliada baseando-se no parque gerador de energia elétrica de origem hidráulica que conta com 662 empreendimentos em operação no Brasil segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A CEMIG, por sua vez, possui 49 usinas hidroelétricas. Os impactos ambientais e sócio-econômicos nos municípios banhados pelos reservatórios dessas usinas são inúmeros, tanto negativos quanto positivos. Assim sendo, este trabalho poderá contribuir para conhecer como se dá o processo de avaliação da sustentabilidade no entorno de uma usina hidroelétrica e mostrar como o turismo pode ajudar na melhoria desta sustentabilidade.

O trabalho descreve casos de aproveitamento do turismo em lagos e reservatórios dos quais destaca a gestão de reservatórios da Autoridade do Vale do Tennessee (TVA). Essa

empresa vem desenvolvendo, desde sua criação em 1933, programas de desenvolvimento econômico e social nas regiões onde atua. Dentre esses programas, está um grande programa com finalidades recreacionais e turísticas em suas represas.

O objetivo geral deste estudo é pesquisar o desenvolvimento turístico em regiões banhadas por reservatórios de hidroelétrica analisando critérios relacionados à sustentabilidade turística e ambiental, tendo como local de pesquisa as represas de Itutinga e Camargos, município de Itutinga, Minas Gerais, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

Os objetivos específicos são:

- Identificar e conhecer o perfil dos turistas, residentes, empresários e turistas de segunda residência que freqüentam e moram na região.
- Conhecer as percepções e opiniões dos quatro grupos em relação ao nível de sustentabilidade dos reservatórios das Usinas de Itutinga e Camargos, utilizando os fatores: infra-estrutura, atributos ambientais e recursos turísticos.
- Comparar as percepções e opiniões dos quatro grupos pesquisados: turista, turista de segunda residência, empresários e residentes quanto ao desenvolvimento do turismo no entorno dos reservatórios de Itutinga e Camargos.

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos: no capítulo 1, ora sob análise, apresentam-se considerações gerais sobre a temática escolhida, as justificativas que fundamentam seu estudo e os objetivos geral e específicos a que se visa alcançar; no capítulo 2, apresenta-se o referencial teórico que embasa e dá suporte à discussão dos dados; o capítulo 3 está reservado à apresentação dos procedimentos metodológicos adotados para a coleta e tratamento dos dados, bem como para sua apresentação e discussão à luz do referencial teórico; finalmente, no capítulo 5, apresentam-se as considerações finais, nas quais se destacam os limites do estudo e sugerem-se temas correlatos para outras investigações.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 – Sustentabilidade e turismo sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável provém de processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e seu meio natural.

Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se, hoje, que existe uma variedade de abordagens que procuram explicar o conceito de sustentabilidade. O termo foi primeiramente discutido pela World Conservation Union, também chamada de International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN), no documento intitulado *World's Conservation Strategy* (IUCN et al. apud BELLEN, 2005).

Os economistas, de forma geral, destacam o papel do crescimento econômico na sustentabilidade. Para eles, o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas classes, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema (RUTHERFORD, 1997).

Apesar da grande quantidade de definições, as duas mais conhecidas, citadas e aceitas são as do Relatório Brundtland e a do documento conhecido como Agenda 21. O Relatório Brundtland, elaborado a partir da World Commission on Environment and Development (WCED), afirma que o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

A sustentabilidade supõe a habilidade para perdurar no tempo, evitando o colapso das civilizações, sociedades, economias e organizações, tornando-as capazes de sustentar-se. O processo de mudança do antigo paradigma - do crescimento a todo custo - para o novo paradigma - da sustentabilidade - está em andamento e envolve todas as áreas do pensamento e da ação humana (ALMEIDA, 2002).

Segundo Bellen (2005), para que o desenvolvimento seja sustentável, devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos que permitem verificar as vantagens de curto e longo prazos de ações alternativas. Para o autor, o conceito central de sustentabilidade é a integridade ambiental e, apenas a partir da definição do Relatório Brundtland, a ênfase desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social.

Na opinião de Bellen (2005), a diferença nas definições é decorrente das abordagens diversas que se tem sobre o conceito. Ainda que existam inúmeras definições, percebe-se que o grau de sustentabilidade é relativo em função do campo ideológico ambiental ou da dimensão em que cada autor se coloca. Daí a importância de se identificar como varia o entendimento do que seja a própria sustentabilidade na atividade turística e, em especial, em reservatórios de águas, objeto de estudo desta pesquisa.

Em 1992, a Conferência Rio-92¹ consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, ainda que nela a questão do turismo tenha sido pouco abordada. Os recursos naturais foram mencionados superficialmente em três capítulos (11, 13 e 14), do principal documento elaborado naquela conferência, a Agenda 21. Nos últimos anos, vários estudos e contribuições deram continuidade a um esforço para desenvolver um plano de ação para o turismo, visando a atingir a sustentabilidade das atividades turísticas, sendo que o principal documento foi a publicação, em 1994, pela Organização Mundial do Turismo (OMT), da Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo. Tal documento trata das práticas sustentáveis, enfatiza a importância da cooperação entre os diversos atores sociais e estabelece áreas prioritárias de ação para os poderes públicos e para as empresas (IRVING, 2002).

No entanto, acredita-se que, para que essa cooperação possa se efetivar de fato, é necessário esforço integrado dos diversos atores do processo, sejam eles residentes, turistas, governantes, empresários, operadores, além da inestimável contribuição do terceiro setor que poderá elaborar e executar projetos, seja com o meio empresarial, seja com os governos, por via de parcerias de caráter público não-estatal.

Na Agenda 21, por exemplo, no capítulo 11, “Luta contra o desflorestamento”, no item “Bases para a ação”, Dias (2003c) afirma que é possível aumentar o valor das florestas mediante usos não prejudiciais, como o turismo ecológico. Segundo o autor, nos objetivos que se propuseram alcançar, encontra-se a promoção da utilização e da contribuição econômica mais ampla das zonas florestais onde o turismo ecológico seja incorporado na organização e no planejamento florestais. Como uma das propostas para o incremento de atividades de gestão, sugere-se a promoção e o apoio à organização da flora e da fauna silvestres, no sentido

¹ Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUCED), também conhecida como ECO-92, foi realizada de 3 a 14 de junho de 1992. A convite do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi a sede do encontro que reuniu representantes de 175 países e de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Considerado o evento ambiental mais importante do século XX, a ECO-92 foi a primeira grande reunião internacional realizada após o fim da Guerra Fria.

de aumentar a renda e o emprego e, ainda, obter benefícios econômicos e sociais sem causar danos ao meio ambiente.

De uma maneira direta ou indireta, as indicações contidas na Agenda 21 foram superadas pelo desenvolvimento do turismo em muitas partes do mundo, conforme explica Dias (2003c).

De forma geral, usa-se o termo sustentabilidade para expressar sustentabilidade ambiental. Contudo, esse conceito tem diversas outras dimensões. Segundo Beni (2003), esse conceito dinâmico apresenta três dimensões: a social, a ecológica e cultural:

a sustentabilidade social – é a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no “ser” que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do “ter”, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, achatando a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres;

a sustentabilidade ecológica – incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental;

a sustentabilidade cultural – engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais e até mesmo a pluralidade das soluções particulares (BENI, 2003, p.11).

O desenvolvimento a partir da sustentabilidade econômica, segundo Pires (2002), deverá ser economicamente eficiente e os recursos deverão ordenar-se de tal maneira que também sirvam às gerações futuras. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a dimensão social é aquela em que se obtém uma justa distribuição de renda, qualidade de vida, acesso equitativo a serviços sociais e pleno emprego. Já o desenvolvimento na perspectiva econômica, fruto do atual modelo desenvolvimentista capitalista, abrange alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada e, como caracteriza Rutherford (1997), concebe o mundo em termos de estoques e fluxos de capital. Essa visão não está restrita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos, incluindo o ambiental, o capital humano e o capital social (RUTHERFORD, 1997).

Por último, a sustentabilidade cultural é a mais difícil de ser concretizada, pois está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos. Para Sachs (1994), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a uma nova concepção dos limites e ao reconhecimento das fragilidades do planeta,

ao mesmo tempo em que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas das populações.

Como se percebe, existem vários aspectos relacionados às diferentes dimensões da sustentabilidade. Embora o ponto de partida das diversas abordagens seja diferente, existe, por parte dos autores pesquisados, um espaço de interconexão sistêmica entre os diferentes campos.

Os objetivos do desenvolvimento sustentável desafiam as instituições contemporâneas como um todo. Elas têm reagido às mudanças globais relutando em reconhecer que esse processo esteja realmente ocorrendo. Para Bellen (2005), as diferenças em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável são tão grandes que não existe um consenso sobre o que deve ser sustentado e, tampouco, sobre o que os termos sustentado/sustentabilidade significam nesse contexto. Conseqüentemente, não existe consenso sobre como medir a sustentabilidade. Apesar disso, a diversidade desse conceito deve servir não como obstáculo na procura de seu melhor entendimento, mas sim como fator indutor da mudança planejada e, também, como criador de novas visões sobre ferramentas para descrever a sustentabilidade.

No turismo, percebe-se que há uma necessidade de conciliar a utilização racional dos recursos ambientais, abrindo novos espaços para um campo de atividade que se torna cada dia mais importante dentro do enfoque de desenvolvimento sustentável: o turismo ecológico ou, como é mais conhecido, ecoturismo. O desenvolvimento do turismo se deu de uma forma bastante rápida nas últimas décadas, concomitantemente ao crescimento da adesão social à causa ambientalista. Esse crescimento acarretou uma utilização intensa e excessiva dos recursos naturais, sem uma atenção especial à preservação dos atrativos que formam o alicerce da atividade turística (DIAS, 2003a).

O turismo, de modo geral, assumiu nos últimos anos o papel de maior atividade civil do mundo em termos de geração de renda e emprego. De acordo com dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), que organiza estatísticas do turismo no mundo inteiro, até o ano de 2005 o setor foi responsável por cerca de 12% do PIB mundial (BARBOSA, 2005).

O ecoturismo, no setor de turismo e viagens, é o segmento que apresenta o maior crescimento resultando num incremento contínuo de ofertas e demandas por destinos ecoturísticos. No Brasil, o ecoturismo é discutido desde 1985. No âmbito governamental, a primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional - constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) - cujo objetivo era monitorar o Projeto de Turismo Ecológico em resposta às práticas existentes à época, pouco organizadas e pouco sustentáveis (ENDRES, 1998).

Lindberg (2001) afirma que o ecoturismo praticado no Brasil pode ser ainda considerado uma atividade desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados interno e externo.

No Brasil, a população costuma tirar férias em locais relacionados com água, como praias, lagos, rios, estâncias hidrominerais. Segundo Souza (2006), as diversas regiões que têm recursos hídricos próprios para balneabilidade entram em um processo de expansão das atividades econômicas ligadas ao setor terciário e à demanda de lazer das populações urbanas.

Entretanto, o que se vê, na maior parte dessas áreas, é a quase total despreocupação em manter a integridade dos ecossistemas envolventes, reforçando a necessidade de se estabelecer políticas locais para preservação da qualidade das águas e dos outros recursos ambientais utilizados para o 'turismo e lazer' (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2005).

O desenvolvimento econômico brasileiro, notadamente no espaço do interior mineiro, vem passando por profundas transformações nas últimas décadas, deixando de ser considerado apenas como uma região de vocação agropecuária. Muitas atividades tipicamente urbanas passaram a desenvolver-se em espaços rurais, muitas vezes, complementando as atividades agrícolas (SILVA *et al.*, 1997). As atividades não-agrícolas têm sido formas alternativas de geração de renda, ao mesmo tempo em que promovem a fixação do homem no meio rural, destacando-se aquelas ligadas ao lazer e ao turismo. Segundo Queiroz (2000), para que isso ocorra, é preciso que decisões sejam tomadas no âmbito local a partir de critérios de sustentabilidade, de maneira que a comunidade tenha acesso aos benefícios gerados. Dessa forma, o desenvolvimento do turismo em espaços rurais pode tornar-se vetor de valorização do destino turístico, sem que ocorra o ônus social que as formas tradicionais de investimentos costumam provocar.

Em conformidade com Queiroz (2000), o uso da área destinada à formação de reservatórios para geração de energia, evidentemente, engendra uma série de problemas ambientais, mas aqueles relacionados à qualidade dos recursos hídricos são os mais relevantes na medida em que o progressivo processo de degradação em que se encontram poderá tornar-

se um fator inibidor da continuidade do desenvolvimento sócio-econômico da região circundante. Portanto, é de fundamental importância a discussão sobre o assunto.

A atividade turística, como subsistema da economia global, busca reordenar as relações entre a sociedade e o meio físico, procurando novas formas de resolução dos conflitos existentes entre os homens e a natureza. Nessa linha, utiliza-se da argumentação de Coriolano (2002) que afirma que é nesse contexto de globalização que se precisa entender o desenvolvimento social, local e o próprio turismo.

Enfim, o conceito de sustentabilidade coloca a natureza como cultura, apropriada pelo homem, socializada e, assim, indica como fundamental a incorporação da noção de cidadania, onde as pessoas não se submetem, mas participam das decisões sobre suas vidas e seus espaços, dividindo benefícios e responsabilidades, dentro de um processo de inclusão e justiça social (FERREIRA, 1996).

Para Queiroz (2000), o conceito de sustentabilidade vem incorporando-se, quase que consensualmente, nas áreas de turismo, administração, sociologia, economia, geografia, meio ambiente e nos demais ramos do saber que trabalham com o tema do homem e sua forma de reprodução social, bem como no planejamento das formas de organização social e produtiva levadas a cabo pelos países e pelas agências multinacionais após a Eco 92.

Até meados da década de 70, o modelo de desenvolvimento, confundindo-se com o crescimento econômico puro e simples, baseava-se na exploração de mão-de-obra desqualificada e barata, bem como numa forte depleção dos recursos naturais. Sob esse enfoque, a autora pondera que:

[...] dois choques sucessivos do petróleo ocorridos naquela década acabaram por despertar a consciência pública do primeiro mundo e, posteriormente, a brasileira, sobre a devastação ambiental provocada por um padrão energético intensivo, baseado na biomassa, com perdas de grandes áreas de cobertura vegetal pelo desmatamento ou inundações de áreas vegetadas quando da construção de hidrelétricas (QUEIROZ, 2000, p. 6).

Esses dois fatores relacionados à questão energética propiciaram que as atividades turísticas começassem a ser percebidas como atividades que usufruem da natureza e dela dependem para se reproduzirem. De acordo com Pires (1999), foi o conjunto de eventos e de determinações legais ocorridos nas décadas de 1980 e 1990 que acabaram, direta e indiretamente, orientando o chamado *turismo sustentável*, que objetiva o atendimento das necessidades de lazer dos turistas e de desenvolvimento dos núcleos receptores, preservando o meio ambiente local.

O objetivo primeiro do turismo sustentável é a gestão do ambiente, dos recursos e das comunidades dos núcleos receptores, atendendo às suas necessidades, mantendo sua integridade cultural e preservando o meio ambiente. Como as outras atividades econômicas, o turismo sustentável participa de um contexto maior e mais abrangente, com o qual deve interagir de maneira conseqüente e responsável (QUEIROZ, 2000).

Como descrito por Pires (1999), o Tourism Concern enfatiza que o turismo sustentável opera de acordo com a capacidade de carga dos pólos receptores, possibilitando a regeneração e a reprodução dos recursos naturais, reconhecendo e incentivando a contribuição das comunidades locais, através de suas manifestações culturais, para o desenvolvimento turístico. Além disso, do ponto de vista do turismo sustentável, deverá sempre haver uma distribuição eqüitativa dos benefícios econômicos advindos das atividades do turismo e lazer, enfatizando-se a participação da população local na tomada de decisões. Por outro lado, se não for bem planejado, com regulamentações e instrumentos adequados para a gestão do destino turístico, podem ocorrer impactos negativos para o meio ambiente, para a economia e para a sociedade local (BENI, 2003).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) considera que a concepção do conceito de sustentabilidade turística se deu a partir de um longo processo que ocorreu nos anos 80 e 90, principalmente a partir da Eco 92. Três pilares fundamentam esse conceito: 1) a sustentabilidade econômica deve garantir a eficiência dos recursos e beneficiar a todos, inclusive às gerações futuras; 2) a sustentabilidade sócio-cultural deve reduzir as desigualdades, preservar o patrimônio cultural material e não-material, manter os valores e a cultura local; 3) a sustentabilidade ambiental deve garantir a manutenção dos subsistemas ecológicos principais, compatibilizando o desenvolvimento da atividade turística com a preservação do meio ambiente. Em tese, esses três pilares proporcionam equilíbrio harmônico à atividade turística (OMT, 2003).

Para Magalhães (2002), o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação que busca uma estratégia para utilização equilibrada e coerente dos recursos naturais, construídos e sócio-culturais, que são utilizados e compartilhados ao mesmo tempo pela população local e pelos turistas.

Goeldner *et al.* (2002) relaciona os principais benefícios do turismo sustentável. São eles: estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; assegura uma distribuição justa de benefícios e custos; gera empregos locais, tanto

diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos; estimula indústrias domésticas lucrativas - hotéis e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, artesanato e serviços de guias locais; gera entrada de divisas para o País e injeta capital e dinheiro novo na economia local; diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente; procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir; incorpora planejamento e zoneamento assegurando o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade de carga do ecossistema; estimula o desenvolvimento do transporte local, das comunicações e de outras infra-estruturas básicas da comunidade; cria facilidades de recreação que podem ser usadas pelas comunidades locais e não só por turistas domésticos ou internacionais; estimula e auxilia a cobrir gastos com preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos; encoraja o uso produtivo de terras que são consideradas marginais para a agricultura permitindo que vastas regiões permaneçam cobertas por vegetação natural.

De forma geral, o conceito de turismo sustentável não é suficientemente “concreto” para os profissionais do turismo. Há inúmeros outros termos, como os mostrados na FIG.1, que, apesar de estarem relacionados com turismo sustentável, não são dele sinônimos, segundo Swarbooke (2000)

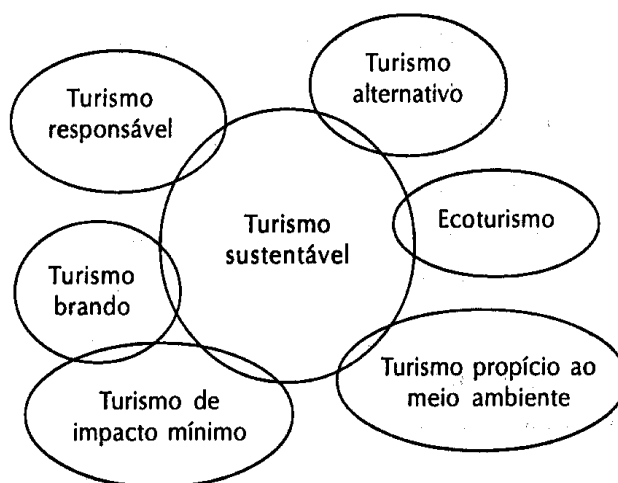


FIGURA 1 - Relação entre Turismo Sustentável e Outros Termos.
Fonte: SWARBOOKE, 2000, p. 23

Todos os aspectos anteriormente apresentados mostram a diversidade e a complexidade do termo desenvolvimento sustentável. Apesar das dificuldades que essas características conferem ao estudo do tema, a diversidade desse conceito deve servir não como obstáculo na busca de seu melhor entendimento, mas, sim, como fator de motivação, na busca de novas perspectivas na descrição do que é sustentabilidade e turismo sustentável.

2.2 – Turismo e problemas decorrentes de sua ação

O turismo se desenvolveu de uma forma bastante rápida nas últimas décadas, concomitantemente ao crescimento da adesão social à causa ambientalista, conforme descrito por Dias (2003b). Nesse direcionamento, o crescimento turístico acarretou uma utilização intensa e excessiva dos recursos naturais, sem uma atenção especial à preservação desses atrativos, que formam o alicerce da atividade turística.

Para Coriolano (2002), o desenvolvimento e o turismo passaram a ocorrer em escalas globais e locais, na maioria das vezes associados aos grandes grupos econômicos e ao capital externo e, numa escala bem menor, ao capital local, buscando a valorização do lugar, dos residentes e da sua cultura. Entretanto, em ambos os casos, buscava-se, de forma geral, o desenvolvimento através do simples crescimento econômico.

De acordo com Dias (2003a), a década de 1970 marca o início de um processo crescente de estudos a respeito dos impactos ambientais do turismo. É justamente nesse período que a atividade turística cresce em importância, sobretudo nos países desenvolvidos. Segundo o autor, em 1967, as Nações Unidas declararam esse ano como o Ano Internacional do Turismo. Em 1975, foi criada a Organização Mundial do Turismo, em Madri, com o objetivo de promover e desenvolver o turismo, visando a contribuir para o desenvolvimento econômico, para a paz, para a prosperidade, para o respeito universal, para a observância dos direitos humanos e das liberdades essenciais, independentemente de raça, sexo, língua ou religião.

Observa-se que a atividade turística pode impactar as comunidades e os patrimônios cultural e ambiental de diferentes formas e trazer, como conseqüências, tanto a degradação como a recuperação do patrimônio nas localidades turísticas. Nesse sentido, o desafio é gerar novas demandas e reflexões para a busca de uma gestão integrada, ambientalmente correta e socialmente responsável.

Na prática, percebem-se efeitos positivos e negativos do turismo como opção de desenvolvimento. Na perspectiva ambiental, os efeitos positivos são a justificativa para conservar os recursos naturais e a contribuição efetiva para garantir um equilíbrio nos diversos ecossistemas. Dentre os negativos, citam-se a deterioração física do ambiente, o aumento da poluição de modo geral e da contaminação, os danos causados à paisagem com o desenvolvimento arquitetônico não-integrado e o transtorno ao ciclo de vida natural (BIGNÉ *et al.*, 2000).

É interessante notar que, nos anos 80, a crescente conscientização das sociedades com relação ao meio ambiente começa a influenciar sobremaneira o setor de turismo. A Declaração de Manila sobre o turismo mundial, de 1980, expressa essa preocupação ao afirmar que:

os recursos turísticos de que dispõem os países estão constituídos por sua vez por espaço, bens e valores. Trata-se de recursos cujo emprego não pode deixar-se a uma utilização descontrolada sem correr o risco de sua degradação e, mesmo, de sua destruição. A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo, nem para os lugares históricos e culturais. Todos os recursos turísticos pertencem ao patrimônio da humanidade. As comunidades nacionais e a comunidade internacional inteira devem desenvolver os esforços necessários para sua preservação (Organização Mundial do Turismo, 2003).

Admite-se que essa declaração trouxe uma efetiva contribuição ao turismo, pois marca o início de um importante movimento preservacionista que mais tarde ratificaria a importância e a necessidade de se buscar o desenvolvimento sustentável nas dimensões social, cultural, econômica e ambiental.

Dias (2003c) chamou atenção para o fato importante de que essa declaração foi realizada antes da Comissão Brundtland, proposta pela ONU, que mais tarde seria a responsável por formalizar a proposta de desenvolvimento sustentável no relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987.

Ainda na década de 1980, têm lugar outras decisões de âmbito internacional, entre as quais se destacam: a Declaração da OMT (1980) e o Código de Ética do Turista. A primeira contribuiu efetivamente para um aumento da tomada de consciência sobre os impactos negativos do desenvolvimento do turismo. Sobre essa declaração, Dias (2003c) afirma que a satisfação das exigências para o desenvolvimento do turismo não pode ser prejudicial aos interesses sociais e econômicos das populações, sobretudo ao meio ambiente. No segundo, os

artigos que compõem o código de ética do turista manifestam a preocupação em estimular informações adequadas sobre o equilíbrio sistêmico dos diversos recursos naturais existentes. Nesse documento, enfatiza-se que os comportamentos dos turistas devem interagir com a população local, contribuindo assim para regular o processo entrópico, por via da compreensão e do respeito aos costumes, crenças e comportamentos das populações visitadas e, de forma especial, zelar pelo patrimônio natural e cultural dessas comunidades.

Nesse sentido, no âmbito do turismo, a inter-relação da atividade turística com o meio ambiente enfatiza o paradigma da sustentabilidade. Na verdade, as inúmeras declarações e documentos ofereceram princípios que se uniram dentro de um conceito abrangente e sistêmico de sustentabilidade, contribuindo para a evolução do mercado turístico e das respectivas políticas de desenvolvimento. Percebe-se que, na relação turismo e patrimônio natural há uma absoluta necessidade de uma boa gestão ambiental que contemple, antes de tudo, um planejamento monitorado continuamente para avaliar a capacidade de carga dos principais atrativos e mensurar a sustentabilidade das empresas turísticas.

É importante dizer que há um crescente número de turistas que viajam por motivações preservacionistas em relação aos atrativos naturais, o que comprova os diversos efeitos positivos do turismo, como: consolidação da identidade de uma dada população, ou, pelo menos, contribuição para isso; conservação dos recursos naturais e culturais de modo geral; geração de renda e empregos; catalização de outros setores econômicos e melhoria do conhecimento da cultura local (LESANN *et al.*, 2005).

Na literatura, observam-se vários exemplos das motivações de turistas e de pesquisadores acerca da conscientização ecológica. Um documento que chama atenção é o Protocolo de Madri que, segundo Dias (2003c), contribuiu para limitar ao máximo o impacto da presença humana e seus efeitos sobre o ambiente menos contaminado do planeta e incentivar a responsabilidade dos visitantes. Na essência, o documento regula a Proteção do Meio Ambiente Antártico, incluindo, nessa regulamentação, atividades de pesquisa e turismo na Antártida.

O patrimônio, em seu aspecto natural, segundo Vieira Filho (1999), significa as formações físicas e geológicas, *habitats* de espécies animais e vegetais e áreas que tenham valor científico e de conservação. Na prática, o patrimônio natural, não só brasileiro como o de todo o planeta, encontra-se cada dia mais ameaçado de destruição, tanto pela deterioração normal, conseqüente de fatores naturais, tais como enchentes, erosão, etc., quanto pelas mudanças provocadas pela ação do homem nas condições econômicas, sociais e ambientais,

que acarretam vários tipos de problemas e formas de poluição que agravam a situação desse patrimônio. Um desses fatores de ameaça ao patrimônio seria exatamente o turismo (BARRETTO, 1995).

Pode-se afirmar que, em consonância com os autores pesquisados, assim como com a identidade e a memória, o patrimônio tem dimensão política e macroeconômica evidente. Nesse contexto, os princípios emanados pela OMT (2003) indicam que, para o desenvolvimento do turismo não deteriorar o patrimônio natural, pilar da sua própria existência, ele deve ser administrado de forma eficiente e compatível com a escassez de recursos dos destinos turísticos. Para tanto, o planejamento do uso adequado dos recursos, bem como a medição precisa dos indicadores ambientais devem ser efetivamente utilizados para minimizar os impactos e maximizar os benefícios em âmbito local, sobretudo a preservação dos patrimônios histórico e natural e o bem-estar da comunidade nativa.

O estudo dos problemas ambientais provocados pelo turismo pode facilitar o planejamento da atividade turística, levando em conta as particularidades e cultura das regiões receptoras. De acordo com Dias (2003c), o turismo tem um potencial de criar efeitos benéficos no meio ambiente, contribuindo para sua proteção e sua conservação. Nessa linha, o desenvolvimento do turismo adequadamente planejado pode ser uma excelente estratégia para aumentar a conscientização quanto aos valores ambientais; pode ser útil, também, para financiar e proteger as áreas de preservação, além de justificar sua importância macroeconômica. Sem dúvida, o planejamento deve promover o desenvolvimento sustentável nas regiões receptoras com a máxima eficiência, qualidade e efetividade visando, sobretudo, à geração de benefícios sócio-econômico-ambientais para uma determinada comunidade.

Os principais impactos ambientais do turismo, segundo Cooper (2001), são: (1) o uso exacerbado dos recursos naturais, em especial o alto consumo de água potável, madeiras e pedras; (2) o aumento da poluição com emissões gasosas, lixo, esgotos domésticos e industriais; (3) as poluições sonora e visual, entre outras; (4) a perda da biodiversidade com a extinção de animais e plantas; (5) os impactos físicos com a presença excessiva de turistas em trilhas, que provoca o pisoteio do solo e alterações nos ecossistemas; (6) as alterações nas paisagens e em conjuntos arquitetônicos, causados pelas construções feitas nas beiras de rios, lagos, entre outros; (7) o uso inadequado e insustentável da terra agriculturável; (8) o desflorestamento; (9) o aumento do efeito estufa causado por gases que retêm o calor solar, agravado essencialmente pelo aumento do tráfego aéreo. Esse último acarreta um crescente

aumento da liberação de dióxido de carbono na atmosfera em consequência da queima de combustível fóssil.

No âmbito global, os impactos ambientais de maior recorrência, segundo Hughes (2002), são as constantes mudanças climáticas, a diminuição da camada de ozônio, a difusão de epidemias e a perda da biodiversidade. Todos esses elementos impactam diretamente na atividade turística.

É notório que há uma crescente consciência ambientalista que influencia, cada vez mais, as motivações dos visitantes na escolha de seus destinos. Esse fato deve obrigar os governos locais a definir e manter uma qualidade ambiental ímpar para cativar os visitantes, além, é claro, de estabelecer e manter parcerias estratégicas com universidades, entidades do terceiro setor, empresas e comunidades adjacentes (DIAS 2003c).

Como descrito por Souza (2006) em seus estudos sobre turismo de segunda residência² no Balneário Escarpas do Lago, mesmo havendo contradições nos pensamentos e debates sobre os aspectos positivos desses impactos em relação aos recursos hídricos, é preciso considerá-los como tal, tendo em vista que, em muitos exemplos, ocorrem somente a partir do surgimento de demanda turística para esses atrativos.

O turismo faz com que as populações nativas das áreas receptoras reinventem o seu cotidiano, uma vez que suas tradições locais e as identidade de seus moradores são sobrepostas pela lógica da atividade turística. Mesmo defendendo que os impactos socioculturais do turismo também têm seus aspectos positivos, assim como os econômicos, Fonteles (2004) enfatiza, em suas análises sobre os impactos negativos do turismo na Praia de Jericoacoara no Ceará, que as questões relacionadas com o sexo, a prostituição, a especulação imobiliária e a inflação dos preços locais podem levar a novos conflitos e problemas tais como degradação ambiental e descaracterização cultural, entre outros.

Por outro lado, Souza (2006) ratifica que o turismo gera impactos socioculturais positivos nas comunidades locais, que podem ocorrer em curto, médio e longo prazos. Os mais perceptíveis e destacados pelos especialistas e pelos próprios residentes são aqueles relacionados à geração de emprego, renda, melhoria na qualidade de vida e ressurgimento de manifestações culturais e simbólicas para o turismo.

É de inegável importância o planejamento das atividades turísticas para prevenir e minimizar os impactos socioculturais decorrentes da atividade recreacional, degradação dos

² Turistas de segunda residência são aqueles que adquirem uma segunda moradia para fins recreacionais e para descanso nessas localidades (TULIK, 2001).

recursos naturais existentes, principalmente dos recursos hídricos. Havendo o planejamento e uma vez que o turismo é inserido na comunidade local como opção de desenvolvimento, os impactos socioculturais adquirem uma importância significativa na comunidade. Em alguns lugares, é possível perceber maior inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho, melhoria da infra-estrutura local (telefonia e energia elétrica), maior segurança e melhor atendimento médico. Souza (2006) enfatiza a importância dos gestores públicos em relação ao desenvolvimento do turismo em Capitólio/MG, quando nos diz que,

é preciso que o poder público local insira o turismo no âmbito dos projetos estruturantes da municipalidade e contribua para maior organização e participação da sociedade civil nas discussões e reflexões sobre o turismo de segunda residência no Balneário Escarpas do Lago, porém colocando em primeiro plano de suas ações mitigadoras o ser humano e o meio ambiente, elementos essenciais para que o turismo se realize (SOUZA, 2006, p.117).

Por fim, Souza (2006) afirma que é absolutamente necessário prever, no planejamento turístico, situações inversas e decorrentes desses impactos positivos, que ampliam os números de residentes nas localidades e, de forma inevitável, provocam aumento da violência, surgimento de favelas, especulação imobiliária, além da degradação ambiental.

2.3 – Reservatórios e lagos e suas interfaces com a atividade turística

2.3.1 Lagos e reservatórios

Os reservatórios³, lagos artificiais criados pelo homem, merecem essa designação porque foram concebidos para atender finalidades específicas. Sua criação torna os reservatórios diferentes dos lagos de muitas maneiras, logo, diversos aspectos relativos a seu gerenciamento são diferentes. Muitos aspectos dos reservatórios diferem dos lagos somente quantitativamente, outros qualitativamente. Para Straskraba *et al.* (2000), as mais importantes diferenças qualitativa e quantitativa entre ambos encontram-se resumidas no Quadro 1:

³ Neste trabalho, o termo reservatório foi considerado como lago artificial produzido pela construção de uma barragem ou represa, resultando no aumento do nível de água no espaço circundante, com o alagamento de áreas circunscritas e mudança de características hidrodinâmicas, como velocidade do fluxo, densidade e quantidade de partículas de sedimentos.

QUADRO 1- Comparação entre reservatórios e lagos

Características	Lago	Reservatório
Origem	Natural	Antrópica
Idade	Velho (>pleistoceno)	Novo (<50 anos)
Envelhecimento	Lento	Rápido
Local de formação	Depressões	Vale dos rios
Posição em rel. às bacias hidrográficas formadoras	Central	Marginal
Formato	Regular	Dentrítico
Razão de desenvolvimento	Lenta	Rápida
Profundidade máxima	Perto do centro	Perto do barramento
Sedimentos de fundo	Autóctones	Importados
Gradiente longitudinal	Formação eólica	Formando corrente hídrica
Profundidade da descarga	Superficial	Profunda

Fonte: STRASKRABA *et al.*, 2000, p. 14

Reservatórios são normalmente considerados como uma transição entre rios e lagos. As características do ecossistema que indicam que os reservatórios se encontram em uma posição intermediária entre rios e lagos naturais podem ser deduzidas das seguintes diferenças entre rios e lagos:

[...] rios são alongados, enquanto os lagos são circulares ou ovais, o fluxo nos rios é rápido e direcionado e em lagos é lento e não direcionado, a taxa de renovação dos rios é rápida e nos lagos é lenta, a influência das bacias hidrográficas é muito grande em rios e menor em lagos, a estrutura espacial dos rios caracteriza-se por gradientes longitudinais, enquanto em lagos prevalecem os gradientes verticais (STRASKRABA *et al.*, 2000, p. 3).

Com base na localização dos reservatórios, neste trabalho enfatizam-se apenas os reservatórios formados pelo barramento de um rio, também chamados de reservatórios de vale ou reservatórios no rio que, segundo Straskraba *et al.* (2000), são muito mais comuns que os “polders” aqueles localizados ao lado ou paralelo aos rios.

O Brasil é um dos países que mais utiliza a energia elétrica proveniente de hidroelétricas e, conseqüentemente, a formação de reservatórios para a geração dessa energia. Em 2006, as usinas hidroelétricas do Brasil produziram, em conjunto, 348.761,75 Gwh (83,17% do total) para atendimento do mercado nacional e a geração térmica complementar foi de 70.532,32 Gwh (16,82% do total). A interligação dos sistemas é um dos avanços

importantes na gestão da produção e da distribuição da hidroeletricidade do Brasil (BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL, 2007). A FIG. 2 mostra a localização de usinas hidroelétricas no Brasil com capacidade superior a 30 MW. Verifica-se, por essa figura, a enorme concentração de reservatórios das regiões Sul e Sudeste.



FIGURA 2 - Distribuição das hidrelétricas principais no Brasil. (Kelman et. al., 2006).
 Fonte: CEMIG (2006)

Com objetivo de exemplificar o potencial em Minas Gerais, apresentam-se na FIG. 3 e TAB. 1 os principais reservatórios administrados pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).



FIGURA 3 - Principais reservatórios de Minas Gerais
Fonte: CEMIG (2006)

Por sua importância histórica, destaca-se O Lago de Três Marias que surgiu do represamento do rio São Francisco, formando-se com a construção de uma das maiores barragens de terra do mundo (FIG. 4). A formação do lago de Três Marias teve como principais objetivos a regularização do curso das águas do rio São Francisco nas cheias periódicas, a melhoria da navegabilidade, a utilização do potencial hidroelétrico e o fomento da indústria e da irrigação (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS, 2005).



FIGURA 4 - Três Marias: lago, barragem e hidroelétrica
Fonte: ANA (2005)

TABELA 1
Principais Usinas da CEMIG

	Usina	Localização	Capacidade Atual (kW)
01	São Simão	Rio Paranaíba	1.710.000
02	Emborcação	Rio Paranaíba	1.192.000
03	Nova Ponte	Rio Araguari	510.000
04	Jaguara	Rio Grande	424.000
05	Miranda	Rio Araguari	397.500
06	Três Marias	Rio São Francisco	396.000
07	Volta Grande	Rio Grande	380.000
08	Térmica Igarapé	Juatuba	132.000
09	Salto Grande	Rio Santo Antônio	102.000
10	Itutinga	Rio Grande	52.000
11	Camargos	Rio Grande	48.000
12	Piau	Rios Pinho e Piau	18.012
13	Gafanhoto	Rio Pará	12.880
14	Peti	Rio Santa Bárbara	9.400
15	Rio das Pedras	Rio das Velhas	9.280
16	Poço Fundo	Rio Machado	9.160
17	Joasal	Rio Paraibuna	8.000
18	Tronqueiras	Rio Tronqueiras	7.870
19	Martins	Rio Uberabinha	7.720
20	Cajuru	Rio Pará	7.200
21	São Bernardo	Rio São Bernardo	6.825
22	Paraúna	Rio Paraúna	4.280
23	Pandeiros	Rio Pandeiros	4.200
24	Paciência	Rio Paraibuna	4.080
25	Marmelos	Rio Paraibuna	4.000
26	Dona Rita	Rio Tanque	2.410
27	Salto de Morais	Rio Tijuco	2.400
28	Sumidouro	Rio Sacramento	2.120
29	Anil	Rio Jacaré	2.080
30	Machado Mineiro	Rio Pardo	1.840
31	Xicão	Rio Santa Cruz	1.808
	Outras usinas		3.440

Fonte: CEMIG (2006)

2.3.2 Atividades turísticas

Segundo a Agência Nacional das Águas (2005), os principais segmentos do turismo associado aos recursos hídricos são: o turismo e lazer no litoral brasileiro, o turismo ecológico

e a pesca em alguns biomas, como o Pantanal e a Floresta Amazônica, entre outros, e o turismo e o lazer nos lagos e reservatórios interiores.

As atividades de lazer em lagos e reservatórios de grande porte carece de definição de política e de estratégia de uso racional como instrumentos de ofertar lazer de baixo custo à sociedade (ANA, 2005).

Couri e Medeiros (2005) afirmam que as organizações de recreação e lazer no entorno de reservatórios são responsáveis por inúmeras transformações nas margens que, se por um lado trazem determinados benefícios econômicos, por outro podem tornar mais intenso o comprometimento da qualidade da água do lago ou reservatório.

Straskraba *et al.* (2000) afirmam que são três os tipos de recreação que afetam os reservatórios: nas áreas de bacias hidrográficas do reservatório, nas margens do lago e na superfície do lago. As mesmas regras e técnicas de gerenciamento que se aplicam às atividades humanas presentes nas bacias hidrográficas também se aplicam às atividades de lazer que ali se desenvolvem, como tratamento adequado dos esgotos das casas e dos hotéis existentes dentro da área de bacias hidrográficas da represa, controle do uso de fertilizantes e outros compostos químicos e controle da erosão provocada pela construção de estradas ou construções turísticas.

Outro ponto importante, diz respeito às atividades de lazer que ocorrem nas margens do lago, onde Straskraba *et al.* (2000) afirmam que estão diretamente ligadas àquelas que se desenrolam dentro do mesmo e para qualquer atividade nas águas acontecem movimentos nas margens. As atividades nessa faixa de terra demandam maiores atenções que aquelas feitas dentro da água, pois geralmente consomem mais tempo e geram mais poluição e destruição. Para esses autores,

é muito difícil quantificar um “nível seguro” para essas atividades (tal como número de pessoas por dia por unidade de área do lago). A dificuldade reside no fato de que o grau do impacto é influenciado pela qualidade da água do reservatório e pela combinação de um grande número de atividades (STRASKRABA *et al.*, 2000, p. 187).

No Quadro 2, listam-se diversas atividades e seus possíveis impactos sobre reservatórios.

QUADRO 2 - Principais atividades turísticas e seus possíveis impactos sobre reservatórios.

Atividades	Conseqüências
Pesca esportiva	Interferência com os processos de biomanipulação, poluição devido aos restos de pescado e sobras de material de pesca, excesso de alimentos para os peixes, introdução de espécies não nativas.
Pesca comercial	Os impactos causados pela pesca comercial e pela aquíicultura variam muito em função de seus procedimentos específicos. A carga orgânica gerada por viveiros de peixes ou mexilhões pode ser maior que o volume total removido do lago pela sua coleta.
Natação	Revolvimento dos sedimentos de fundo causando o aumento de colibacilos, impurezas higiênicas e riscos de infecção.
Mergulho autônomo	Raramente causa poluição
Canoagem, remo, windsurfe.	Problemas desprezíveis no lago, impactos potenciais graças às atividades conexas.
Barcos a vela	Barcos a vela de grande porte podem vir a ser um foco de poluição.
Barcos a motor e esqui aquático	Erodem as margens devido às ondas que geram; poluem com óleo e combustível.
Barcos para turismo e tráfego de barcos	A poluição é minimizada devido aos sistemas sanitários disponíveis (toaletes químicas, armazenamento das águas servidas e dos dejetos).

Fonte: Straskraba *et al.*, 2000, p. 26.

Nos últimos anos, a atividade turística em lagos e represas cresceu significativamente em feriados e fins de semana. Esse aumento no fluxo turístico tem provocado grandes investimentos nessas áreas através da construção de novos hotéis, pousadas, instalações, áreas de lazer, capacitação de mão-de-obra, modernização do comércio, etc. (QUEIROZ, 2000). Na verdade, assiste-se a um deslocamento do foco das atividades turísticas, que sai das áreas de litoral, de longas distâncias, de grandes aglomerados e de épocas bem definidas, para um turismo regional, voltado para lagos, rios, represas e recursos naturais, praticável em qualquer época do ano (SOUZA, 2006).

Segundo a EMBRATUR (1997), os rios, as quedas d'água e os lagos são os mais procurados reforçando a necessidade de se estabelecerem políticas locais para a preservação da qualidade de suas águas e do uso do seu entorno.

Para Queiroz (2000), uma série de novidades tem impulsionado esse movimento. Há alguns anos os empreendimentos eram muito rústicos. Hoje esses lugares contam com uma infra-estrutura de fazer inveja a qualquer praia da moda. Às margens de lagos de água cristalina brotam marinas, hotéis de luxo, grandes áreas de lazer, lojas de artigos náuticos, bons restaurantes e condomínios sofisticados. Dentre as vantagens de se investir no interior, o preço é uma delas, sendo bem mais baixo que no litoral.

2.3.3 Impactos específicos da atividade turística em reservatórios

O levantamento dos impactos sócio-ambientais causados pelas atividades turísticas e de lazer poderia constituir-se num instrumento importante para reduzir as alterações que tal forma de desenvolvimento vem causando na natureza, principalmente em áreas de reservatórios. Para tais áreas, a poluição dos recursos hídricos pode significar, a curto ou médio prazos, uma redução drástica de atividades de recreação e lazer e deflagrar o afastamento de turistas. Segundo Queiroz (2000),

[...] infelizmente, o que se tem visto na maior parte das áreas onde são praticadas atividades de lazer e de turismo é a quase total despreocupação para manter a integridade dos atrativos naturais, tratados como mais um recurso a ser consumido intensivamente (QUEIROZ, 2000, p. 7).

Como impactos negativos, as percepções estão quase sempre relacionadas às modificações na qualidade da água, do ar e nos volumes de ruídos. Em relação a esses aspectos negativos, Cooper (2001) traz o seguinte posicionamento:

Os esgotos que são jogados na água irão aumentar os problemas de poluição, o mesmo acontecendo com o uso de barcos a motor em vias aquáticas internas ou em mares protegidos. O aumento no uso de motores de combustão interna para o transporte de turistas, a queima de óleo para fornecer energia para o ar condicionado e para as unidades de refrigeração de hotéis diminuirão a qualidade do ar. Níveis de ruído podem aumentar significativamente em áreas urbanas em razão de casas noturnas e outras formas de entretenimentos, assim como por causa do aumento do tráfego rodoviário, ferroviário e aéreo (COOPER, 2001, p. 185).

Na atividade turística, Ruschmann (1997) inclui a poluição hídrica de represas, rios, lagos e cachoeiras entre os danos causados pelo crescimento descontrolado de atividades de turismo e recreação, devido ao lançamento de esgotos e à geração de resíduos em

embarcações de recreio que expõem gases, óleos e graxas, determinados pela ineficiência ou falta de coleta de lixo e pela falta de orientação dos próprios usuários.

Segundo os especialistas da ANA (2005), ainda são causas dos impactos negativos, a operação de marinas e de terminais de passageiros que podem causar vários problemas na coluna de água, tais como a diminuição de oxigênio dissolvido e o aumento de hidrocarbonetos de petróleo. Os poluentes podem ser levados à água pelo escoamento superficial das áreas das marinas, dos terminais ou das próprias embarcações, ou ainda por derramamentos e descargas de efluentes e resíduos gerados em terra ou a bordo.

Por outro lado, os principais impactos positivos referentes ao gerenciamento de reservatórios em relação ao meio sócio-econômico são vários, dentre eles se destaca a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Os municípios brasileiros afetados pelas usinas hidroelétricas recebem mensalmente repasses a título de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos que incluem valores pagos pela Usina Hidroelétrica (UHE) instalada no município e pelas usinas localizadas a jusante, além de “royalties” que são repassados pela Usina de Itaipu (binacional). Esses valores representam benefícios decorrentes da implantação do empreendimento hidroelétrico e incrementam a arrecadação municipal disponibilizando mais recursos às prefeituras para investimentos em projetos de desenvolvimento sócio-econômico (CEMIG, 2006).

De forma geral, os empreendimentos hidroelétricos geram empregos diretos e indiretos nos municípios localizados no seu entorno. Os empregos indiretos são mais expressivos e atingem diversos setores da economia local.

Os reservatórios representam um importante atrativo para o incremento do turismo e das atividades de lazer, com efeitos positivos para a economia dos municípios. No caso da UHE Camargos, a prática de esportes náuticos e o turismo ecológico estão entre as atividades mais procuradas por turistas na região (CEMIG, 2006, p. 214).

Como impactos positivos mais comuns do turismo sob o ponto de vista ambiental, podem ser citados, segundo Souza (2006), aqueles relacionados à preservação e à restauração de edificações e de monumentos históricos para fins turísticos, à criação de parques nacionais e parques de vida selvagem, além da proteção de florestas, recifes e praias.

Straskraba & Tundisi (2000), em um estudo detalhado de impactos negativos, mostraram que, apesar de restrições ambientais resultantes do impacto causado nos ecossistemas terrestres e aquáticos e da modificação do ciclo hidrossocial e hidroeconômico, houve um conjunto de processos positivos e de revitalização econômica. Alguns dos

benefícios decorrentes da construção de reservatórios são: acesso a energia, consolidação de hidrovias, recreação, turismo, irrigação e podem proporcionar que, ao longo do tempo, os impactos negativos sejam minimizados pela expansão das economias regionais, uma nova organização do ciclo hidrossocial e hidroeconômico e adaptações da flora e fauna dos reservatórios a essas novas condições (Agostinho *et al.* apud Tundisi *et al.*, 2000).

2.3.4 Gerenciamento ambiental de lagos e reservatórios

O gerenciamento dos recursos hídricos é componente indispensável de um gerenciamento regional inteligente que integre, de forma sinérgica, os diversos componentes da qualidade das águas e dos demais subsistemas. Um elemento que integra o gerenciamento dos recursos hídricos é aquele que visa à qualidade da água dos reservatórios (ANA, 2005). Nesse aspecto, a atividade turística pode interferir entrópica ou negentropicamente, ou seja, tanto pode desestabilizar como também pode recuperar e equilibrar o sistema hídrico e seus subsistemas adjacentes. A FIG. 5 evidencia a relação entre o sistema hídrico e sua vizinhança.

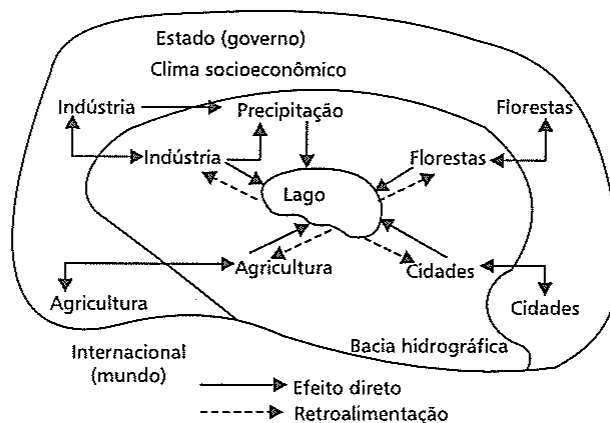


FIGURA 5 - Relação entre o sistema hídrico e sua vizinhança
Fonte: Straskraba *et al.*, 2000, p. 14.

Para Rezende *et al.* (2004), outro ponto essencial na questão do aproveitamento turístico em reservatórios é a abordagem de um relevante e preocupante assunto: a questão do gerenciamento de resíduos sólidos e de efluentes oriundos da operação de empreendimentos lindeiros aos cursos de água, como as marinas e os terminais de passageiros. Para os especialistas da Agência Nacional das Águas,

Os terminais hidroviários de turismo, assim como as marinas de águas interiores podem abranger, além das instalações na água e para apoio em terra, toda uma infraestrutura envolvendo estabelecimentos como: hotéis, restaurantes, clubes, lojas, condomínios residenciais, equipamentos de lazer, instalações sócio-esportivas, parques e toda a interface das atividades náuticas de lazer e recreação com a comunidade local (ANA, 2005, p. 20).

Acredita-se que a sustentabilidade dos diversos aproveitamentos dos recursos hídricos, proporcionada pela integração dos componentes sociais, ambientais e econômicos, pode ser alcançada no caso do uso “Turismo e Lazer”, pela adoção de práticas de prevenção e controle da degradação do meio ambiente associadas à garantia da atratividade da atividade turística perante os usuários, o que inclui também as instalações e área de entorno. Esse aproveitamento vem de encontro ao conceito de turismo sustentável defendido por (DIAS, 2003c).

Conforme descrito no Plano de Controle Ambiental da CEMIG (2006), a legislação federal determina como sendo Área de Preservação Permanente (APP) a faixa de 100 metros no entorno dos reservatórios. A ocupação irregular dessas terras compromete a qualidade ambiental pela retirada de vegetação, degradação dos solos e aporte de sedimentos e efluentes ao lago. No reservatório de Camargos, a ocupação da Área de Preservação Permanente inclui uso residencial, criação de gado e lavouras. A grande extensão da faixa de entorno dificulta o controle dessa ocupação irregular que vem ocorrendo desde a implantação do empreendimento.

Dessa forma, a construção de estradas e demais vias de acesso podem causar mudanças radicais na hidrologia das várzeas próximas a essas obras, aumentar a erosão e difundir poluentes, sendo que as conseqüências da ocupação ilegal da faixa de entorno correspondente à APP são representadas, principalmente, pelo aumento dos processos erosivos e pelo aporte de sedimentos e contaminantes originados das atividades de agricultura e pecuária, abertura de estradas e outras formas de ocupação antrópica (CEMIG, 2006).

Com objetivo de mitigar erros na ocupação quando realizadas em áreas pertencentes à CEMIG, a concessionária mantém um Plano de Gestão Sócio-Patrimonial dos reservatórios de suas usinas hidroelétricas visando a estabelecer diretrizes para normalizar o uso e a ocupação das margens. Entre as medidas a serem tomadas, no Caso do Reservatório de Camargos, estão a elaboração de um Plano Ambiental de Uso e Ocupação do entorno do reservatório e o levantamento detalhado da situação imobiliária. Em relação ao uso e ocupação do solo, Dillon e Rigler (1975) criaram um método para estimar a capacidade

máxima de casas que um lago pode suportar. Entretanto, esse método somente é válido para condições verificadas nos Estados Unidos, Canadá e alguns países da Europa.

A ANA (2005) destaca que um fator importante a ser levado em consideração é que a qualidade da água no entorno de uma marina depende, em grande parte, da hidrodinâmica local, ou seja, da renovação de água na área da marina. O fluxo da água melhora a qualidade da água eliminando a estagnação e ajudando a manter a produtividade biológica e a estética. Para essa Agência,

a adequação ambiental da gestão de resíduos e efluentes de marinas interiores e terminais hidroviários depende, além de outros fatores, das normas e procedimentos de conduta e da tecnologia utilizada em cada terminal, marina, embarcação e instalação de apoio, para prevenir, reduzir, controlar e combater os impactos ambientais potenciais decorrentes da operação dos processos envolvidos nestas atividades e da coordenação, forma e rapidez das ações após um acidente (ANA, 2005, p.20).

Os técnicos das concessionárias, com objetivo de cumprir a legislação (Lei nº. 9.966/2000)⁴ e criar condições agradáveis e apresentáveis para os usuários quanto ao gerenciamento de resíduos e efluentes gerados, afirmam que é fundamental que estes resíduos e efluentes sejam tratados para evitar que os mesmos atinjam a água. Segundo eles, podem ser definidos três tipos básicos de práticas para a minimização da poluição gerada por resíduos e efluentes: prevenção e redução na origem; controle de poluentes (coleta, tratamento e destinação final) e combate da poluição que inclui os planos de emergência (CEMIG, 2006).

Nesse aspecto, as concessionárias de energia instaladas no país podem e devem contribuir com seus planos de controle ambiental para minimizar os impactos nos meios físico, biótico e sócio-econômico decorrentes dos empreendimentos hidroelétricos.

2.4 – Aspectos legais

No Brasil, o aproveitamento turístico em reservatórios está alicerçado em políticas públicas no âmbito federal e estadual associado aos recursos hídricos de domínio da união,

⁴ Esta lei, publicada em 28 de abril de 2000, dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Inserida como base legal do Plano Nacional de Recursos Hídricos devido à necessidade de gerenciamento de resíduos e efluentes gerados pela operação de empreendimentos lindeiros aos cursos d'água, como as marinas e terminais de passageiros, que podem abranger além das instalações na água e para apoio em terra, toda uma infra-estrutura para atender à demanda turística (ANA, 2005, p.6).

visando a sua inserção nas discussões do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e à preservação do uso múltiplo das águas (ANA, 2005).

A Lei nº. 9.433/1997, que instituiu o PNRH e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGERH), conhecida como Lei das Águas, determina em seu Capítulo I, art. 1º, item IV que:

‘A gestão de recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas’. Já no Capítulo II, art. 2º, item I dispõe como objetivo da PNRH: ‘assegurar, à atual e às futuras gerações, a necessária disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos’ (ANA, 2005, p.4).

No Capítulo III, art. 3º, itens II, III e VI, a lei enfatiza as diretrizes gerais da ação para implantação do PNRH:

A adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do país; a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental (ecoturismo); a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras (turismo no litoral e em reservatórios e lagos interiores) (ANA, 2005, p.4).

Outro importante fato neste marco legal foi a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) que foi incluída no SINGERH, quando de sua criação em 17 de julho de 2000, pela Lei nº. 9.984, tendo como competência a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Esta Lei, em seu art. 4º, define que:

a atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e será desenvolvida em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabendo-lhe:
Definir e fiscalizar as condições de operação de reservatórios por agentes públicos e privados, visando a garantir o uso múltiplo dos recursos hídricos, conforme estabelecido nos planos de recursos hídricos das respectivas bacias hidrográficas (ANA, 2005, p.4).

Deste modo, mais uma vez são requeridos os usos múltiplos dos recursos hídricos, sendo ‘Turismo e Lazer’ um dos que deverão ser observados e garantidos sempre que possível.

Outra importante contribuição foi a publicação da Resolução nº. 274/2000, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os padrões de qualidade de balneabilidade, considerando que:

- A saúde e o bem-estar humano podem ser afetados pelas condições de balneabilidade;
- os níveis de qualidade, avaliados por indicadores e parâmetros específicos, através da classificação das águas doces, salobras e salinas, assegura as condições de balneabilidade;
- é necessária a criação de instrumentos para avaliar a evolução da qualidade das águas em relação aos níveis estabelecidos para a balneabilidade de forma a assegurar as condições necessárias à recreação de contato primário;
- a Política Nacional de Recursos Hídricos e a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro recomendam a adoção de sistemáticas de avaliação da qualidade ambiental das águas.

Segundo os especialistas da ANA (2005), esta resolução pode ser considerada uma das mais relevantes referências legais para o uso ‘Turismo e Lazer’, por tratar do tema “balneabilidade” que é o parâmetro preponderante para as atividades de contato primário. Quanto às águas destinadas à balneabilidade, elas terão sua condição avaliada nas categorias: própria, subdividida em excelente, muito boa e satisfatória, e imprópria. Outro ponto ressaltado pela Agência

é que esta Resolução indica que compete aos órgãos de controle ambiental a aplicação das normas por ela estabelecidas, a divulgação das condições de balneabilidade das praias e dos balneários e a fiscalização para o cumprimento da legislação pertinente. Indica, também, que os trechos das praias e dos balneários serão interditados se o órgão de controle ambiental, em quaisquer das suas instâncias municipal, estadual ou federal, constatarem que a má qualidade das águas de recreação de contato primário justifica a medida (ANA, 2005, p.7).

O Decreto nº. 448/1992 regulamenta dispositivos da Lei nº. 8.181, de 1991, e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. A Política Nacional de Turismo, sob a responsabilidade do Ministério do Turismo, tem por finalidade o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional e será formulada, coordenada e executada pela Embratur (2007)⁵.

Dentre os vários objetivos a serem alcançados por essa Política, um se destaca para o aproveitamento ‘Turismo e Lazer’ dos recursos hídricos: estimular o aproveitamento turístico

⁵ A EMBRATUR foi criada no Rio de Janeiro, em 18 de novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo. Foi a primeira empresa pública do Brasil. Passou a ser considerada Autarquia Especial e ganhou a condição de Instituto em 28 de março de 1991. Na ocasião, adotou a denominação atual: EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo e foi vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Em 1999, foi vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo. Com a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, a EMBRATUR passou a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior (EMBRATUR, 2007).

dos recursos naturais e culturais que integram o patrimônio turístico, com vistas à sua valorização e conservação (ANA, 2005, p. 8).

A Política Nacional de Turismo contempla as seguintes diretrizes no seu planejamento: a prática do turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do País e a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico.

2.5 – Turismo de segunda residência

As segundas residências ou domicílios de uso ocasional são classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como domicílios particulares usados para descanso de fim de semana, férias ou outro fim. Para Souza (2006), qualquer que seja o termo aplicado ao domicílio ou imóvel que serve como residência secundária ou alojamento turístico, esse apresenta aspectos conceituais que merecem ser analisados à luz da realidade brasileira.

O autor afirma que o turismo de segunda residência ainda é uma modalidade pouco estudada no Brasil, mesmo com a presença marcante dessa forma de viagem nos arredores dos grandes centros urbanos e regiões serranas e nos ambientes lacustres e litorâneos.

Tulik (2001) entende que turistas de segunda residência são aqueles que adquirem uma segunda moradia para fins recreacionais e para descanso nessas localidades. Silva *et al.* (2005) afirmam que a segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporada de férias e que, geralmente, essa modalidade de turismo envolve pessoas com disponibilidade de renda excedente, pois implica variados custos de construção e manutenção. Para esses autores, trata-se de uma modalidade de alojamento turístico elitista, símbolo de *status* social, característica das camadas social média e alta.

Além de “segunda residência”, os termos mais utilizados na literatura, segundo Tulik (2001, p. 6), são: “domicílios de uso ocasional”, “residência turística”, “residência secundária”, “casa de campo”, “casa de temporada”, “residências de lazer” e “residência de férias”.

A expansão do setor turístico potencializou uma nova forma de valorização das áreas naturais e transformou essas áreas em recurso paisagístico e em mercadoria de consumo demarcadora de distinção social. Nessa linha, Luchiari (2000) afirma que os lugares

valorizados são privatizados e restritos às classes médias e às elites urbanas que vão ganhando a hegemonia na construção de uma nova formação sócio-espacial.

O turismo de segunda residência é um modelo de turismo que pode impactar a comunidade receptora de forma negativa ou positiva. Por isso, é preciso ampliar tais estudos sob a ótica do turista de segunda residência, até para se saber em que medida esses turistas também sofrem impactos da comunidade onde estão instaladas suas residências secundárias, especialmente, os de balneários e de condomínios (SOUZA, 2006).

Para Girard e Gartner (1993), os proprietários de casas de temporada não podem ser considerados como “não-turistas”, já que eles representam uma fatia importante da atividade, não só nos Estados Unidos, como em qualquer lugar.

Um bom exemplo desse movimento é o balneário de Escarpas do Lago, na Represa de Furnas, em Minas Gerais, a 290 quilômetros de Belo Horizonte, que tem a maior base náutica e água doce da América Latina. São mais de 600 embarcações, o triplo do que existia por ali há poucos anos. Cerca de 800 imóveis de luxo foram construídos em volta do lago. Há alguns anos, a cidade de Capitólio, onde fica o balneário, ganhou um aeroporto a pedido dos empresários que têm casas de veraneio no condomínio (CEMIG, 2000).

2.6 – Aproveitamento de reservatórios para o turismo: casos práticos

Com relação ao turismo associado aos recursos hídricos, a ANA (2005) destaca o “Turismo e Lazer” nos lagos e nos reservatórios interiores. Segundo a agência, esse segmento turístico já se encontra em desenvolvimento em alguns dos nossos principais reservatórios. Entretanto, tem muito a crescer de forma ordenada e sustentável, de maneira a constituir-se em um atrativo turístico brasileiro. Porém, existem entraves a esse desenvolvimento: os reservatórios e lagos artificiais foram criados, historicamente e em sua maioria, para a geração de energia elétrica (ANA, 2005). Contudo, o crescimento da demanda por água para os mais variados usos fez crescer o princípio dos usos múltiplos, gerando uma série de conflitos de interesses quanto aos usos das águas.

Nesse direcionamento, especialistas da ANA (2005) afirmam que o turismo disputa o uso das águas em alguns reservatórios nacionais competindo pela disponibilidade hídrica ali existente. Além disso, como suas atividades são de contato primário e envolvem balneabilidade, há também exigência de que a qualidade da água seja adequada e isso pode restringir alguns usos da bacia a montante. É importante destacar que o setor “Turismo e

Lazer” é um potencial gerador de empregos e renda, favorecendo a inclusão social e podendo ser estratégico priorizá-lo para favorecer seu desenvolvimento em certas regiões hidrográficas.

Exemplos de turismo em reservatórios, citados na literatura, indicam que, aproximadamente, a 300 quilômetros da capital paulista, mais de dez represas formam o circuito das praias de água doce do estado. Um dos lugares mais freqüentados é a Represa do Lobo, no município de Itirapina, com muitas opções de diversão: de praia pública a esportes náuticos e até pára-queda. Em Bragança Paulista, dezenas de lanchas e *jet-skis* lotam a Represa de Jaguari nos finais de semana (CEMIG, 2000).

Na opinião de Queiroz (2000), há inúmeros empreendimentos no entorno de reservatórios. Nesse sentido, ela afirma que:

No Brasil, o desenvolvimento do turismo em balneários vem ocorrendo desde a década de trinta, quando as estâncias hidrotermais do interior e as turísticas do litoral estavam se estabelecendo. Há, ainda hoje, as localidades que possuem seu principal atrativo relacionado aos recursos hídricos e que continuam em franco desenvolvimento. Só no Estado de São Paulo, cerca de quinze mil quilômetros quadrados já foram inundados para a formação de represas artificiais (TUNDISI, 1988), muitos dos quais servindo às finalidades turística e energética como formas de uso principais (QUEIROZ, 2000, p. 13).

Algumas cidades já começam a sentir no dia-a-dia as mudanças trazidas pelo volume de investimentos no entorno de reservatórios: Avaré, por exemplo, situada às margens da Represa de Jurumirim, a pouco mais de 200 quilômetros de São Paulo, passou por uma verdadeira revolução no final da década de 90. Viu o comércio abrir nos fins de semana, o número de restaurantes dobrar e triplicar as lojas de artigos esportivos e de pesca. Nos grandes feriados, a população de 80 mil habitantes chega a duplicar. Há alguns anos contabilizaram-se investimentos de aproximadamente 10 milhões de reais na cidade. Há três hotéis em construção, um deles sendo erguido num terreno de 242 mil metros quadrados, um investimento de mais de sete milhões de reais (Cemig, 2000).

O Lago de Três Marias foi considerado pela ANA como um dos dez maiores reservatórios do País com potencial para aproveitamento turístico. Na região foi criado, pela Secretaria de Turismo de Minas Gerais, o chamado “Circuito Turístico Lago de Três Marias” composto pelos municípios de Abaeté, Biquinhas, Cedro do Abaeté, Felixlândia, Martinho Campos, Morada Nova de Minas, Paineiras, Pompeu, São Gonçalo do Abaeté e Três Marias. O Lago é chamado pela população local de *Doce Mar de Minas*. São 21 bilhões de metros

cúbicos de água e 1.040 km² de superfície, 8,7 vezes maior que a Baía da Guanabara (ANA, 2005).

De acordo com a Ana (2005), a pesca amadora e os esportes náuticos são as principais motivações para o turismo na região. A partir de São Gonçalo do Abaeté, pode-se fazer passeios de barco pelo rio São Francisco. A vasta costa de água doce do Lago de Três Marias em Felixlândia é uma opção para as atividades náuticas. Cachoeiras e riachos são abundantemente encontrados em todo o circuito. Já na área do Patrimônio Histórico, os destaques ficam para as fazendas dos séculos XVIII e XIX (ANA, 2005).

Segundo os especialistas da ANA (2005), com objetivo de evidenciar os impactos sistêmicos advindos do turismo e dos empreendimentos hidroelétricos, em maio de 2004 foi realizada uma reunião para discutir os danos ambientais que vêm afetando o Lago de Três Marias, como a destruição de nascentes e a retirada de matas ciliares. Essa situação remete ao que Ruschmann (1997) chamou de poluição hídrica nos rios e reservatórios.

O requerimento de tal reunião foi feito baseado na preocupação com a possibilidade de ocorrência de algum acidente. Lembrou-se que uma comissão especial do Ministério Público já havia constatado a degradação da região em torno do Lago de Três Marias, além da presença de uma barragem de rejeitos da Companhia Mineira de Metais a menos de um quilômetro do rio São Francisco (ANA, 2005).

Para os técnicos da ANA, o aproveitamento turístico já é bem desenvolvido nas regiões margeadas por lagos e reservatórios, porém a consciência preservacionista não está no mesmo nível de desenvolvimento, o que poderá comprometer as atividades turísticas em um futuro não muito distante.

Como os exemplos acima, existem uma série de outros empreendimentos que mostram a relação conflitiva entre o potencial turístico existente em nossos rios, lagos e represas com o gerenciamento desses reservatórios feitos pela maioria das empresas concessionárias de energia.

As concessões para o estabelecimento de usinas hidroelétricas, atualmente, exigem muito mais empenho e comprometimento por parte dos interessados que já não podem mais se restringir aos aspectos meramente energéticos. A implantação de uma unidade de produção sempre afeta de maneira severa o ambiente que lhe serve de substrato causando mudanças, por vezes radicais, no ecossistema, assim como alterações sócio-econômicas graves, chegando mesmo a deslocar comunidades (CEMIG, 2000).

Se imposições legais de diversas ordens não poupam as concessionárias, regulamentando-lhes as ações sob vários aspectos, outros, como o uso do entorno dos lagos, seja para que fins forem, carecem de uma abordagem mais efetiva. De acordo com técnicos da CEMIG (2000), é de maneira tímida e lacônica que as diversas empresas do setor elétrico têm abordado o lazer e o turismo em seus reservatórios, só entrando no mérito quando compelidas ou instadas por problemas decorrentes da ocupação desordenada ou por pressão da comunidade local. Os arranjos realizados limitam-se a alguns pactos com as prefeituras dos municípios que tiveram parte de suas terras inundadas e um ou outro programa temporário com o patrocínio da empresa, visando à propaganda ou à melhoria de imagem junto à comunidade. Exceção, talvez, seja o caso da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) que trata esse assunto de forma um pouco mais sistematizada.

A seguir são descritos alguns casos e projetos de aproveitamento de reservatórios. Alguns desses relatos estão baseados no estudo realizado pela CEMIG (2000) e outros pela pesquisa via internet, especificamente no caso da experiência internacional.

2.6.1 - A Experiência da Companhia Paranaense de Energia

A COPEL pode ser considerada a empresa brasileira do setor elétrico que tem uma postura mais determinada e positiva quanto à regulamentação e implementação de atividades diversas em seus reservatórios, dentre elas lazer e turismo, sob forma de continuadas interações junto às comunidades.

A primeira experiência da empresa se deu no reservatório de Foz do Areia, no rio Iguaçu, com a construção, por sua iniciativa, de extensas áreas para *camping* e lazer em dois municípios vizinhos. Os resultados foram desanimadores em função do desinteresse resultante, o que causou um redirecionamento na atitude empresarial a ser adotada em outros projetos.

A partir de então, a COPEL passou a priorizar a interação com as comunidades locais e a elaboração de planos diretores para os seus reservatórios. Esses Planos Diretores buscam não só ir de encontro ao estabelecido pela política brasileira de recursos hídricos, como também estabelecer diretrizes para o uso da água dos reservatórios e da região em seu entorno, de forma a assegurar a otimização dos benefícios sócio-ambientais advindos da implementação do empreendimento. Os usos múltiplos indicados têm como objetivo a

compensação dos impactos ambientais negativos, sobretudo os causados à população da região e à paisagem natural.

Assim, a elaboração do Plano Diretor contém a interligação de diversas ações ou programas ambientais, formando um instrumento onde estão reunidas todas as ações correlatas ao uso múltiplo do reservatório e zoneamento de seu entorno.

As discussões com os municípios espelham-se no proposto pelo Projeto Pró-Caxias que, através de um diagnóstico regional, define o perfil, as aptidões e as oportunidades de cada caso em particular. Além da experiência pioneira de Foz do Areia e do Projeto Pró-Caxias, a experiência da COPEL inclui ainda:

- Apoio e promoção do desenvolvimento sócio-econômico dos municípios envolvidos, identificando potencialidades e soluções para as necessidades comuns.
- Monitoramento da faixa marginal e de ilhas.
- Promoção do uso adequado do reservatório e de seu entorno, visando ao aproveitamento integrado e à compatibilidade dos usos.
- Recomposição da infra-estrutura sócio-econômica e ambiental.
- Atendimento às diretrizes do Plano Diretor do Reservatório.
- Implantação de áreas de lazer.

As UHEs de Segredo e de Salto Caxias são duas usinas que possuem Planos Diretores para o uso do reservatório e de seu entorno. Após a experiência de Foz do Areia, foram construídas 2 áreas para *camping* e lazer junto ao reservatório da UHE de Segredo, situado no rio Iguaçu e que possui 82km², após terem sido mantidos contatos mais estreitos com as comunidades atingidas pelo enchimento do lago artificial. A resposta foi considerada mais favorável, o que tornou mais clara a diretriz a ser adotada pela empresa no futuro.

O Plano Diretor de Salto Caxias indicava que não existiam, no entorno, locais de excepcional beleza cênica e previa que o potencial turístico e de lazer do reservatório somente iria atrair as populações dos municípios mais atingidos pelo empreendimento. O Reservatório de Salto Caxias, também situado no rio Iguaçu, possui 96km² de área inundada. Em uma recente investida nessa área, a COPEL atuou como empresa reguladora e empreendedora em consonância ao plano de desenvolvimento integrado elaborado pelo consórcio entre 9 municípios circunvizinhos ao reservatório, sob consultoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Os resultados estão sendo considerados excelentes,

com aprovação maciça pela população das proximidades do lago artificial, áreas em que foram construídos parques recreativos, *piers*, canchas, quadras esportivas e, até mesmo, infraestrutura turística de hospedagem quando essa potencialidade se estende a municípios mais distantes, de acordo com reivindicações anteriormente listadas e discutidas pormenorizadamente com a comunidade.

2.6.2 - A experiência de Furnas Centrais Elétricas S/A

Segundo levantamento feito em abril de 2000 junto à empresa Furnas Centrais Elétricas não existia, até aquela data, nenhuma atividade no sentido de promover o lazer e o turismo no entorno do reservatório de Furnas, apesar de já haver sido cogitada essa iniciativa. CEMIG (2000). O que existem atualmente são pequenas atuações isoladas, de aspecto político, como a constituição de praças públicas nas cidades próximas ao lago de Furnas. Segundo Souza (2006), não existe nenhum vínculo da empresa com o empreendimento de Escarpas do Lago.

Também conhecida como o "Mar de Minas", a represa de Furnas é um lago artificial criado em 1962 e alimentado pelos rios Grande e Sapucaí. O lago tem uma extensão em perímetro de 3.700 km, quase metade da costa brasileira, e seu volume de água é sete vezes maior que o da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Trinta e quatro municípios margeiam a Represa de Furnas dentre eles, a cidade de Capitólio (COLUCCINI, 2007).

Em Capitólio encontra-se o condomínio de luxo "Escarpas do Lago", com uma excelente infra-estrutura (FIG. 6). Esse condomínio possui casas e chalés para aluguel, além de uma marina muito bem equipada. De acordo com Coluccini (2007), mineiros e paulistas são os freqüentadores mais assíduos do local, que fica a 280 km de Belo Horizonte e a apenas 200 km de Ribeirão Preto.



FIGURA 6 - Capitólio, o Mar de Minas: hidrelétrica de Furnas proporcionou diversos pontos turísticos.

Fonte: ANA (2005)

Outra cidade que se destaca é Boa Esperança, que se integrou recentemente ao Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas. O circuito está localizado na região Centro-Oeste e começou sua formação com sete municípios sendo eles: Arcos, Córrego Fundo, Formiga, Iguatama, Lagoa da Prata, Pains e Pimenta. O Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas tem como objetivo principal fazer com que se transformem em produtos turísticos três grandes potenciais regionais: o Lago de Furnas (Boa Esperança, Formiga e Pimenta), a região do calcário com centenas de grutas e paredões, (Arcos, Córrego Fundo, e Pains) e o rio São Francisco (Iguatama e Lagoa da Prata).

Segundo Garcia (2007), esses três potenciais estão em efetiva formatação para receber bem os visitantes, implantando e melhorando a infra-estrutura de apoio, capacitando a mão-de-obra local para contar também com serviços de qualidade e eficiência. Às margens do Lago de Furnas, no município de Formiga, encontra-se o Balneário de Furnas Tur, um dos mais belos da região, com clubes náuticos e uma ótima infra-estrutura de lazer e turismo. Na região de Iguatama e Lagoa da Prata, o rio São Francisco nos reservou um dos cenários mais bonitos de todo o seu percurso: com paredões de impressionar, forma-se o Cânion do São Francisco. Devido ao grande potencial turístico da região, o Circuito Turístico Grutas e Mar de Minas tem a oferecer mais de um seguimento de serviços turísticos atendendo a vários perfis de turistas, atraindo assim mais visitantes para a região (GARCIA, 2007).

Em 1996, foi elaborado um Plano de Desenvolvimento Turístico para a região do reservatório de Furnas, contratado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e Turismo de Minas Gerais, com o intuito de promover a utilização do reservatório de Furnas para turismo e lazer. O plano foi desenvolvido pela empresa de consultoria de origem espanhola, GERC INARTUR Associats e resultou em um extenso relatório, incluindo capítulos tais como: Informações Municipais, Estimativa de Demanda para o Lago, Estrutura Territorial, Modelo de Ocupação Territorial, Plano de Marketing, Estrutura dos Organismos de Gestão e Organismos de Financiamento Multilateral (CEMIG, 2000). As questões mais relevantes identificadas naquele trabalho foram:

Plano de Estruturação do Território:

- Apresenta o modelo de ocupação da região estudada para o desenvolvimento do turismo, destacando que a acessibilidade à região é fundamental para atrair os turistas.
- Dentro desse plano, existem alguns programas que precisam ser detalhados, com ênfase para infra-estrutura, equipamentos, assentamentos e alojamentos.
- O Programa de Infra-Estrutura apresenta os sistemas de transportes e de comunicações compostos por uma rede viária hierarquizada, interligações aéreas, rotas náuticas e circuitos turísticos.
- O Programa de Equipamentos apresenta os pontos do território que serão criados com o objetivo de concentrar e atrair a população turística e podem ser: parques equipados, espaços azuis, praias artificiais, centros de pesca.
- O Programa de Assentamento refere-se aos centros turísticos que possuem a função básica de protagonizar o desenvolvimento territorial da oferta turística.
- O Programa Geral de Alojamentos apresenta as tipologias de alojamentos a serem implantados nos centros turísticos (resorts, uso hoteleiro, casas de veraneio e *campings*)

Plano de Marketing:

- Grupo de ações fundamentais para a efetivação do Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Lago de Furnas, identificando o que se quer vender, a quem se quer vender e como se quer vender.

Apesar de todo esforço despendido na elaboração do referido plano, o mesmo não foi implantado.

2.6.3 - A experiência da Companhia Energética de São Paulo

A Companhia Energética de São Paulo (CESP) chegou a elaborar planos de fomento turístico para conjuntos de municípios com características comuns, assim como para municípios isolados. Fez, ainda, um inventário de ofertas turísticas ao longo da área de influência da hidrovia Paraná-Tietê. Entretanto, não possui uma estratégia global de atuação nesse mister. Para alguns reservatórios no rio Paraná e no Tietê vale mencionar:

- Em alguns trechos da faixa de desapropriação de vários reservatórios foram detectadas edificações e em alguns casos o acesso ao lago era cobrado pelo invasor.
- Em grande parte de praias públicas, a CESP adquiriu o terreno repassando-o às prefeituras como medida compensatória ao alagamento de terras do município.
- A Fundação CESP possui sete pousadas no Estado de São Paulo, três delas na orla dos reservatórios do Rio Tietê – Bariri, Ibitinga e Nova Avanhandava. Trata-se de antigas vilas de engenheiros transformadas em pousadas.
- O Hotel Estância de Barra Bonita (4 estrelas) é a única instalação de porte na hidrovia Paraná-Tietê.
- Não se identificou relação entre o turismo na região e as estações ecológicas e de piscicultura da CESP. Assim, não há programa turístico que tire partido desses atrativos.

Atualmente, a CESP não tem um plano diretor específico; não atua como motivadora e tampouco atua como empreendedora em atividades de lazer, turismo e recreação. A política da empresa, para os reservatórios em implantação, tem-se pautado por esforços em minimizar os impactos causados nas áreas inundadas. Para os reservatórios já implantados, a CESP está tratando do tema através da regulamentação do uso das bordas, área onde a empresa pode atuar por ser de sua propriedade e onde se encontram muitas das atividades de lazer e recreação. Essa regulamentação encontra-se em processo de elaboração.

Em alguns casos, a CESP implantou diretamente áreas de lazer. Na maioria, repassou a verba para as respectivas prefeituras. Nas unidades de produção em implantação, que tiveram estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA), a exemplo de Três Irmãos e Porto Primavera, a empresa atuou de forma diferenciada em relação aos demais reservatórios sem, entretanto, maiores destaques para o lazer.

2.6.4 - A experiência internacional

Dentre as experiências internacionais de utilização de represas, uma das mais importantes é a da Autoridade do Vale do Tennessee (TVA), que desenvolveu um grande programa com finalidades recreacionais e turísticas em suas represas. A empresa conta com 47 reservatórios. Foi criada em 1933, pelo então presidente norte americano Franklin D. Roosevelt, com os objetivos de prover controle de cheias e a navegação na bacia do rio

Tennessee, suprir de energia elétrica a região, incrementar a economia, a atividade agrícola e o desenvolvimento florestal na região.

A TVA é hoje uma agência de desenvolvimento regional e também uma agência de bacia hidrográfica que promove o desenvolvimento do Vale do rio Tennessee através do gerenciamento integrado dos recursos: hídricos, de solo e do meio ambiente. É a empresa com maior experiência no mundo em operação de reservatórios para múltiplas finalidades: controle de cheias, geração de energia, navegação e recreação, além de cuidar dos aspectos de qualidade da água (CEMIG, 2000).

Milhões de pessoas desfrutam de atividades recreacionais nos reservatórios da TVA a cada ano. Os reservatórios e os 1.173.589 Km² de terras ao redor deles oferecem várias oportunidades de atividades recreacionais incluindo esqui aquático, canoagem, navegação, windsurf, pesca, natação, caminhada, fotografias da natureza, picnic, observações de pássaros e acampamento (FIG. 7). A TVA opera mais de 100 áreas públicas de recreação na região do Tennessee Valley⁶.



FIGURA 7 - Pescador no Rio Tennessee.
Fonte: Fotos de Jeremy Floyd

A empresa disponibiliza mapas interativos dos reservatórios facilitando suas localizações, informações de cada reservatório incluindo descrições de oportunidades e condições de recreação. A FIG. 8 mostra a localização dos 47 reservatórios (marcação de cor vermelha) da TVA⁷ listados no QUADRO 3.

⁶ <http://www.tva.com/river/recreation/index.htm>. Acesso em 15 maio, 2007.

⁷ http://www.tva.com/sites/sites_ie2.htm. Acesso em 15 maio, 2007.

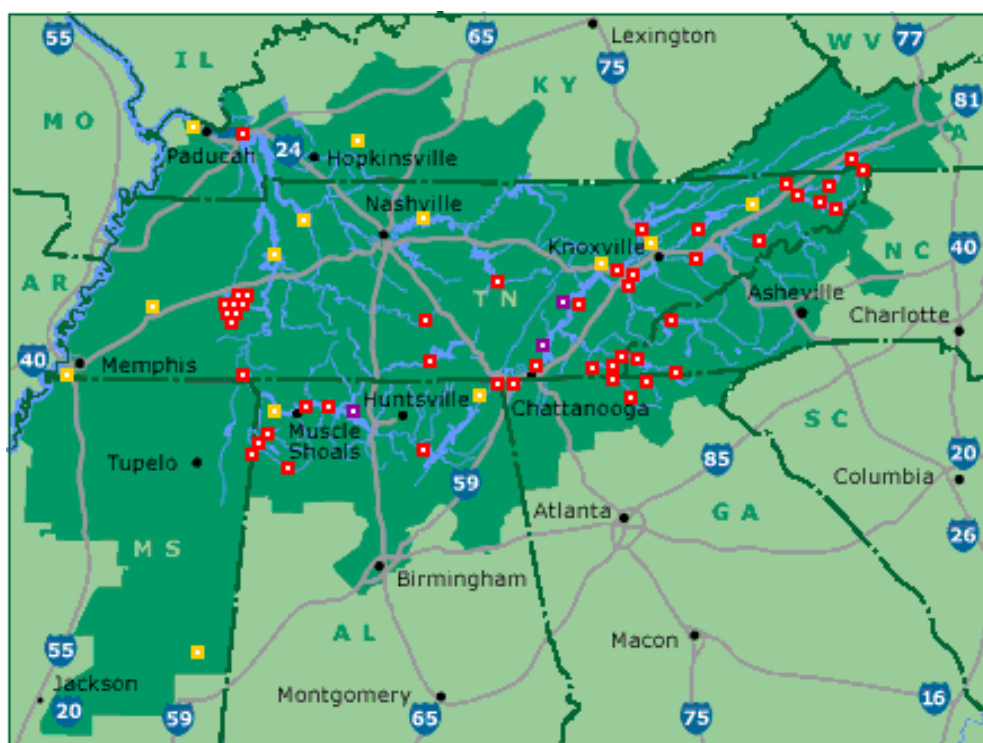


FIGURA 8 – Localização dos reservatórios da TVA
Fonte: TVA (2007)

O Quadro 3 lista os reservatórios da TVA. Os locais marcados com asterísco possuem centros de visitantes abertos ao público exceto durante alerta de segurança de alto risco.

QUADRO 3 – Reservatórios da TVA

Reservatórios			
Apalachia	Dogwood	Nickajack	Redbud
Bear Creek	Douglas	Nolichucky	South Holston
Beaver Creek	Fontana *	Normandy	Sycamore
Beech	Fort Loudoun	Norris *	Tellico
Blue Ridge	Fort Patrick Henry	Nottely	Tims Ford
Boone	Great Falls	Ocoee 1	Upper Bear Creek
Cedar	Guntersville	Ocoee 2	Watauga
Cedar Creek	Hiwassee	Ocoee 3	Watts Bar
Chatuge	Kentucky *	Pickwick	Wheeler
Cherokee	Little Bear Creek	Pin Oak	Wilbur
Chickamauga	Lost Creek	Pine	Wilson
Clear Creek	Melton Hill	Raccoon Mtn. *	

Fonte: TVA (2007)

O portal web da empresa contém informações de cada reservatório. A TVA opera um dos complexos programas de monitoramento de sistema fluvial dos EEUU. Neste, podem-se obter informações sobre a qualidade da água, aconselhamento sobre natação, pesca, etc. O

portal também disponibiliza informações sobre facilidades e serviços nas várias áreas recreativas dos reservatórios da TVA. A FIG. 9 mostra um exemplo de como a TVA divulga essas informações de um de seus reservatórios.

Wilson Reservoir														
Recreation Area	Camping	Lodging	Showers	Boat Ramps	Marina	Gas	Picnic Shelter	Playground	Swimming Area	Fishing Piers	Trails	Golf Course	Visitors Center	Restaurant
Double-head Resort (256-685-9267)		C		X				P C	B P		M		C O	X
Emerald Beach Marina (256-757-9086)				X	M P	X								
Fisherman's Resort (256-685-2552)	E			X		X								X
Hwy 57 Ramp				X										
Hwy 72 Ramp (334-242-3882)				X										
J & J Marine (256-383-7859)					M	X								
Lock Six Ramp				X										
Marina Mar (256-757-1122)					M P	X								
Robert Trent Golf Course													X	
Skypark Golf Course													X	
The Point (256-446-6880)	E			X	M	X								X
Veteran's Park (256-760-6416)	E D		X				A P	P C					M	
Wheeler Dam Reservation-LB TW Recreation Area			X	X			A			X				
Wilson Dam Reservation-Fleet Harbor (256-386-2560) *				X						X			O	

Updated 2004

* Operated by TVA

TVA does not guarantee that this information is current or accurate.

Camping		Lodging		Picnic Area/Shelter		Playground		Swimming Area		Trails		Visitors Center	
E	Campsites with Electricity/Water	M	Motel/Hotel	A	Picnic Tables	P	Children's Play Equipment	B	Beach	W	Walking/Running Trail	C	Visitor Center
N	Campsites without Electricity/Water	C	Rental Cabins	G	Group Picnic	C	Play Court	P	Swimming Pool	B	Bike Trail	O	Visitor Overlook
G	Group Camp Facilities			P	Picnic Pavilion					Q	Equestrian Trail	M	Museum or Nature Center
D	Dump Station									H	Hiking Trail		
										I	Hiking Trail - Interpretive		
										M	Miscellaneous Trail		
										R	Off Road Vehicle Trail		
Showers / Boat Ramp / Gas / Fishing Piers / Golf Course / Restaurant				Marina									
X	Recreation Facility is Located on the Indicated Reservoir			M	Marina/Boat Dock								
				P	Boat Sewage Pumpout								
				C	Certified Clean Marina								

FIGURA 9 – Exemplo de divulgação de informações do Wilson Reservoir da TVA.
Fonte: TVA (2007)

A TVA disponibiliza também o guia turístico mostrado na FIG. 10. Esse livro é uma fonte rápida de informações para as famílias sobre os reservatórios da empresa.

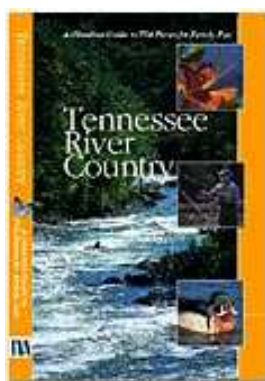


FIGURA 10 - Guia Tennessee River Country
Fonte: TVA (2007)

Os reservatórios da TVA, segundo Floyd (2007), unem beleza e oportunidades de recreação na região, uma melhora de qualidade de vida imensurável dos cidadãos. Estes

atraem turistas para a pesca, ski, natação, excursões a pé, vela e acampamento fazendo das viagens e do turismo a primeira indústria não-agrícola do estado. Além da água e dos esportes aquáticos, continua Floyd (2007), o leste do Tennessee oferece outras razões para receber visitas como, por exemplo, os vários eventos de interesse que tornam a área do lago atraente para cidadãos e visitantes.

3. METODOLOGIA

O objeto de estudo deste trabalho refere-se às usinas hidrelétricas já mencionadas, localizadas na Bacia do Rio Grande em Itutinga/MG, que interferem significativamente nos contextos econômico, social e ambiental da região. Os reservatórios das usinas foram escolhidos por estarem localizados estrategicamente próximos das principais capitais do sudeste do país, além de estarem situados no caminho do maior fluxo emissivo de turistas do País, provenientes do Estado de São Paulo, em busca das cidades históricas de Tiradentes e São João Del Rey.

3.1 Tipo de pesquisa

Esta pesquisa enquadra-se como um estudo de caso, que é a seleção de um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos, tomando para estudo o aproveitamento turístico em reservatórios.

A pesquisa utilizou, também, o método da observação participante. Segundo Richardson (1999), esse tipo de observação é recomendado especialmente para estudos de grupos e comunidades.

O método da observação participante foi utilizado junto aos turistas convencionais e de segunda residência freqüentadores do Bar do Pinguinha, em Carrancas, moradores das localidades de Capela do Saco e Caquende (Carrancas), além de turistas que se hospedam no Park Hotel Rio Grande, freqüentadores da Prainha, área reservada de *camping* situada às margens do reservatório de Itutinga, turistas do Camargos Iate Club, localizado a 11km do centro de Itutinga e turistas de segunda residência proprietários de casas nos bairros Jardim das Oliveiras, Simone e Fazenda Velho. A observação participante envolveu a participação do autor nas atividades turísticas como pescarias, passeios de barco, rafting, atividades esportivas (Hidrospeed), religiosas (Capela do Saco), entre outras.

Em relação à estratégia de pesquisa, inicialmente foi utilizada abordagem qualitativa, uma vez que não houve preocupação, nessa fase do estudo, de enumerar e/ou medir os eventos estudados e sim captar a realidade do fenômeno. Em conformidade com Selltitz *et al.* (1971), Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa é mais adequada para os casos em que o objeto de estudo é pouco conhecido, quando os dados a serem obtidos são detalhados e

complexos ou quando os fatos apresentam certo grau de ambigüidade na análise fenomenológica. Essa fase possibilitou conhecer o potencial turístico na região.

Como é praxe nesse tipo de estudo, foi necessária uma pesquisa bibliográfica visando a revisar os conceitos relacionados ao aproveitamento do turismo em ecossistemas vinculados à geração hidroenergética e uma pesquisa documental sobre as áreas de influência direta e indireta das usinas pesquisadas, medidas de proteção ambientais e mitigadoras executadas pela Companhia Energética de Minas Gerais na operação das usinas de Itutinga e Camargos.

Na pesquisa documental, analisaram-se os documentos gerais como, por exemplo, o Plano de Controle Ambiental da Usina Hidrelétrica de Camargos que possibilitou conhecer os dados sócio-econômicos e geográficos das principais cidades que margeiam o reservatório de Camargos, bem como as ações mitigadoras executadas pela CEMIG para proteção e qualidade ambiental da região sob influência direta e indireta das usinas. Analisaram-se, também, experiências nacionais e projetos de aproveitamento de reservatórios da companhia para fins turísticos realizados em outubro de 2000.

Este estudo iniciou uma reflexão sobre como avaliar a sustentabilidade da região pesquisada e considerou, entre outros itens, a satisfação das comunidades impactadas pelo empreendimento hidroelétrico, a satisfação de turistas e de investidores/gerentes, os recursos e as instalações existentes, o desenvolvimento sócio-econômico e as principais localidades margeantes ao lago de Camargos. A estrutura principal desta parte da pesquisa foi desenvolvida de acordo com metodologia adaptada do WTO (1993) e Dowling (1993) e descrita por Gezici (1998).

Para avaliar as percepções do turismo e do ambiente, utilizou-se o modelo de EBT (Modelo de Planejamento Ambientalmente baseado para o Desenvolvimento do Turismo Regional), desenvolvido por Dowling (1993). Esse modelo pode ser aplicado em uma escala regional e em uma escala urbana para definir as prioridades e desenvolver atividades compatíveis com a destinação de espaços. O modelo está essencialmente baseado na avaliação de atributos ambientais, recursos do turismo e infra-estrutura local. Esses três fatores essenciais, que são requeridos na avaliação de diferentes grupos, também entram em subfatores (atributos) como atrações culturais, atrações naturais, acessibilidade e acomodações no turismo, clima, flora, fauna, água, relevo e fixa áreas locais para turismo ambiental.

3.2 Instrumentos de pesquisa

3.2.1 *Questionário*

O método escolhido foi adaptado para avaliar a sustentabilidade no complexo hidroelétrico Itutinga-Camargos em Itutinga. A depuração dos resultados analisou os benefícios, as dificuldades e a viabilidade de medir a sustentabilidade e o aproveitamento turístico da região.

A adaptação do método foi feita a partir de formulário estruturado (APÊNDICE) que foi construído em três partes ou blocos. No bloco 1, buscou-se informações das percepções sobre recursos turísticos (atrativos culturais e naturais, acessibilidade, hospedagem, alimentação e entretenimento) e atributos ambientais (clima, flora, fauna, água, relevo e comunidade local). Estes atributos são definidos baseados nas características das áreas de amostra escolhidas e na habilidade para avaliar todos os atores envolvidos. Foi dado peso a cada atributo em cinco níveis (escalas): ótimo (cinco pontos), bom (quatro pontos), regular (três pontos), ruim (dois pontos) e péssimo (um ponto). Os valores para cada atributo foram colocados por sua significância relativa.

O bloco 2 avaliou os aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo no entorno do reservatório. Identificaram-se os indicadores de desenvolvimento local e desenvolvimento relacionado ao tipo de turismo (água de abastecimento e medidas para seu uso racional, águas residuais (esgoto) – coleta e tratamento, lixo, suplemento de energia e medidas para seu uso racional, trânsito, arquitetura, urbanismo e medidas de proteção ambiental).

O bloco 3 buscou caracterizar o perfil dos sujeitos que foram divididos em quatro categorias: turistas convencionais, turistas de segunda residência, residentes e empresários. Buscaram-se informações relacionadas ao perfil dos respondentes, incluindo idade, atividade profissional, escolaridade, tempo de residência em Camargos, conhecimento e relação do entrevistado com o reservatório e, em seguida, questões relacionadas com a atividade turística, como a definição de turismo no entendimento do entrevistado, relação com turistas convencionais e de segunda residência, vizinhos e respectivas relações, além das questões relacionadas aos impactos percebidos do turismo na região.

3.3 Coleta de dados

3.3.1 Fase exploratória inicial do local

A fase exploratória foi realizada nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007 quando foram entrevistados gestores das usinas, representantes da população local e empresários. No mês de janeiro, aplicou-se um pré-teste para aprimorar o formulário semi-estruturado.

Nessa fase de levantamento utilizaram-se as recomendações de Richardson, citado por Souza (2006), que sugere que o pesquisador mergulhe no tema escolhido utilizando questionário semi-estruturado e uma amostra pouco representativa para coletar informações importantes que possibilitem rever o plano de pesquisa para a realização de uma pesquisa mais aprofundada.

3.3.2 Aplicação do questionário

Para conhecer a eficiência do questionário elaborado, realizou-se o pré-teste aplicado a um número reduzido de pessoas. Isto aconteceu em janeiro de 2007. A aplicação dos formulários de pesquisa foi feita com quatro atores principais, sujeitos desse estudo: turistas, turistas de segunda residência, empresários e residentes.

Com pequenos ajustes e correções nos formulários usados no pré-teste, iniciou-se, em fevereiro de 2007, a seleção de possíveis entrevistados entre representantes locais e turistas de segunda residência para essa fase da coleta de dados.

Nessa fase do estudo, os temas relacionados ao aproveitamento turístico, recursos turísticos, atributos ambientais e infra-estrutura local guiaram as entrevistas realizadas na região de Itutinga.

Na terceira etapa, procedeu-se à realização da coleta, através da aplicação de formulários estruturados, no período de fevereiro a abril de 2007, buscando tratamento estatístico descritivo do perfil do turista convencional e do turista de segunda residência, abrangendo variáveis como: sexo, estado civil, renda, ocupação, faixa etária, escolaridade, origem, onde está hospedado e motivo da viagem. Para o turista de segunda residência, acrescentaram-se as variáveis: motivo do investimento da segunda residência ser no entorno do reservatório, quantas vezes se hospeda e quais atividades pratica quando da sua permanência em Camargos.

O fato de a região possuir poucos empresários, cerca de 30, permitiu que a aplicação dos formulários para sua quase totalidade, além da escolha de alguns deles, feita por indicação de pessoas da comunidade e do próprio segmento comercial e de serviços.

Dentre os segmentos da população representados no segmento residentes, foram escolhidos aleatoriamente cidadãos de um universo de 4.140 habitantes (IBGE, 2000).

A escolha dos atores de referência da categoria de turistas convencionais para as pesquisas em profundidade foi definida de forma aleatória e de acordo com a disponibilidade e presença no período da pesquisa.

Ao todo foram realizados 315 formulários, sendo que 102 com os residentes locais, 138 com turistas convencionais, 50 com turistas de segunda residência e 25 com empresários das principais cidades margeantes dos reservatórios das Usinas de Itutinga e de Camargos.

Os turistas de segunda residência, residentes e empresários foram escolhidos aleatoriamente, de uma lista geral disponibilizada pelos órgãos gestores especialmente na cidade de Itutinga e entorno do reservatório de Camargos.

As entrevistas realizadas através dos questionários estruturados tiveram uma duração média de 30 minutos.

4. APROVEITAMENTO TURÍSTICO NOS RESERVATÓRIOS DAS USINAS DE ITUTINGA E CAMARGOS: RIO GRANDE, MINAS GERAIS

A discussão que se estenderá neste capítulo revelará o potencial turístico geral da região e suas relações no ambiente turístico, tendo como objeto principal o entorno dos reservatórios das Usinas de Itutinga e de Camargos. A análise das relações do turismo sustentável concentrar-se-á nas percepções do turista convencional, do turista de segunda residência, de empresários e de representantes de segmentos da população local quanto aos atributos ambientais, recursos turísticos e infra-estrutura local.

Na região sul do Estado de Minas Gerais, a Usina de Itutinga exerceu a função histórica de produção de energia elétrica e, atualmente, é utilizada como local de pesquisa e de recreação. Por outro lado, a represa de Camargos que é uma das poucas opções de entretenimento, tanto para a população rural quanto para a urbana, tem recebido vários impactos ambientais no decorrer dos últimos vinte anos, quando se iniciou a ocupação através dos loteamentos para casas de turistas de segunda residência.



FIGURA 11 – Vista dos bairros Simone e Jardim das Oliveiras – Reservatório de Camargos
Fonte: Plano de Controle Ambiental – CEMIG, 2006.

4.1 – As Usinas Hidrelétricas de Itutinga e de Camargos

A usina de Itutinga, localizada no Alto Rio Grande, município de Itutinga, a 270 km de Belo Horizonte, teve suas obras iniciadas na década de 50 pela empresa Companhia Elétrica do Alto Rio Grande (CEARG), sendo concluída em 1955. Mais tarde, foi encampada pela CEMIG. É a segunda usina na cascata do Rio Grande e a décima maior usina da CEMIG, com quatro unidades geradoras de 13 MW cada uma, totalizando uma potência elétrica de 52

MW. Sua barragem possui 25 metros de altura e seu reservatório possui 1,6 km² de espelho de água e volume de 11×10^6 m³ de água. O aproveitamento de Itutinga é do tipo a fio d'água⁸, portanto, com pequena flutuação de nível, o que viabiliza a sua utilização para esportes náuticos e facilita o lazer e turismo (CEMIG, 2000).

A usina de Camargos, localizada no Alto Rio Grande, município de Itutinga, a 5 km da Usina de Itutinga, dista 275 km de Belo Horizonte e teve suas obras iniciadas no meio da década de 50, pela empresa CEARG, sendo concluída em 1960. Mais tarde, foi encampada pela CEMIG. É a primeira usina na cascata do Rio Grande e a décima-primeira maior usina da CEMIG, com duas unidades geradoras de 24 MW cada uma, totalizando uma potência elétrica de 48 MW. Sua barragem possui 22 metros de altura, seu reservatório possui 76 km² de espelho d'água e volume de 850×10^6 m³ de água, 19 km de reflorestamento ciliar artificial e 12 km de reflorestamento ciliar natural em suas margens, onde se localizam duas ilhas da CEMIG (CEMIG, 2000).

O reservatório de Camargos possui uma belíssima paisagem. Ao percorrê-lo, depara-se com bela vegetação de cerrado e com inúmeras espécies de animais, entre eles: garças, patos, capivaras, entre outros, que vivem naturalmente ambientados na região.

As represas de Itutinga e de Camargos são resultado de uma ação social que, apropriando-se dos recursos hídricos abundantes da região, construiu dois reservatórios para gerar energia elétrica (como já mencionado), acarretando o surgimento de um ecossistema artificial com características e dinâmica próprias. Constantemente sofrem alterações nos períodos chuvosos e de seca, além de receberem influência das monoculturas implantadas em seu entorno, principalmente da silvicultura que predomina na área. Entretanto, o que mais tem alterado a dinâmica dos lagos é o seu uso para lazer e recreação, principais atividades desenvolvidas junto aos reservatórios, a partir da década de 70. A FIG. 12 traz a localização das Usinas de Itutinga e de Camargos (CEMIG, 2000).

As usinas de Itutinga e de Camargos integram uma das mais belas regiões do Estado de Minas Gerais, onde se encontram montanhas, cachoeiras, lagos, cidades históricas, produção de arte, artesanato, festividades religiosas e folclóricas, cozinha mineira, cachaças

⁸ A fio d'água – este tipo de usina possui em geral baixa capacidade de armazenamento, com pequena periodicidade no seu ciclo de variação de níveis. Não regulariza o rio, pois, além de não ter capacidade volumétrica para esse fim, costuma posicionar-se na cascata, a jusante de um reservatório de acumulação que já executa essa função. Usualmente, a menos de operações especiais, não são projetados para operarem com grandes variações de nível – isto poderia comprometer ou a segurança (operando em níveis mais altos que a altura de projeto), ou o rendimento (operando em níveis mais baixos) (CEMIG, 2000).

A FIG. 13 apresenta o mapa, no qual visualizam-se as usinas e as cidades que as circundam.

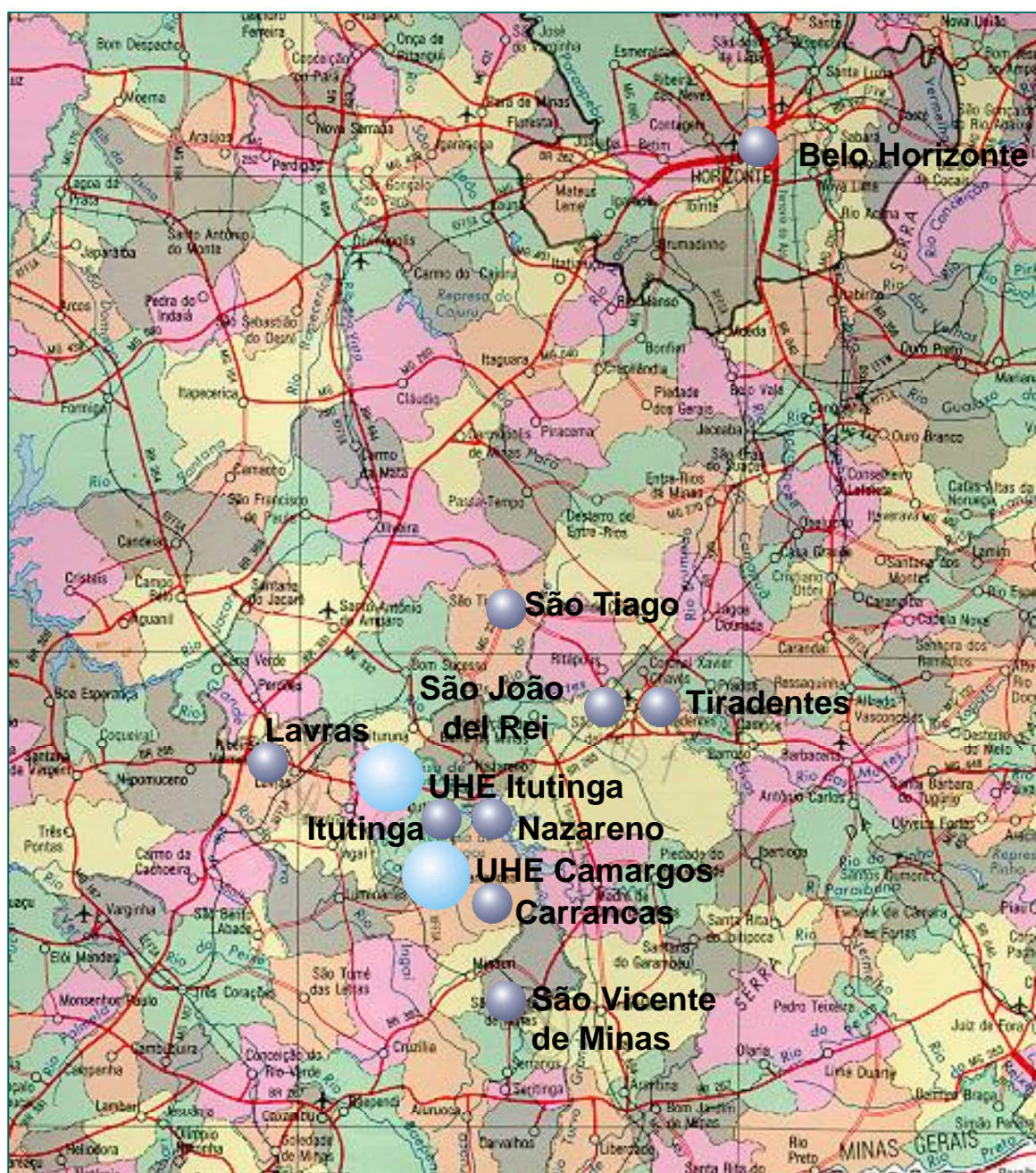


FIGURA 13: Mapa com ilustração da Região onde se localizam as Usinas de Itutinga e de Camargos

Fonte: Relatório Lazer e Turismo nos reservatórios da CEMIG, 2000.

A Usina de Camargos é o primeiro aproveitamento hidroelétrico no curso do Rio Grande. Como permite a acumulação de grande volume de água, possibilita a regularização do Alto Rio Grande. Está localizada a 5 km da Usina Itutinga. A via principal de acesso é a BR-265, cuja entrada para a usina está a 53 km de São João Del Rey, a 40 km de Lavras e, aproximadamente, a 240 km de Belo Horizonte. A observação fluviométrica para a construção da Usina Hidrelétrica Camargos ocorreu no período de 1933 a 1949. Os projetos básico e executivo foram feitos em 1955. A construção foi iniciada em fevereiro de 1956, sendo que o desvio do rio foi feito em duas etapas: a primeira em 1956 e a segunda em 1957 (FIG. 14) A FIG. 15 mostra a barragem após o início de operação em 1960. (CEMIG, 2000).

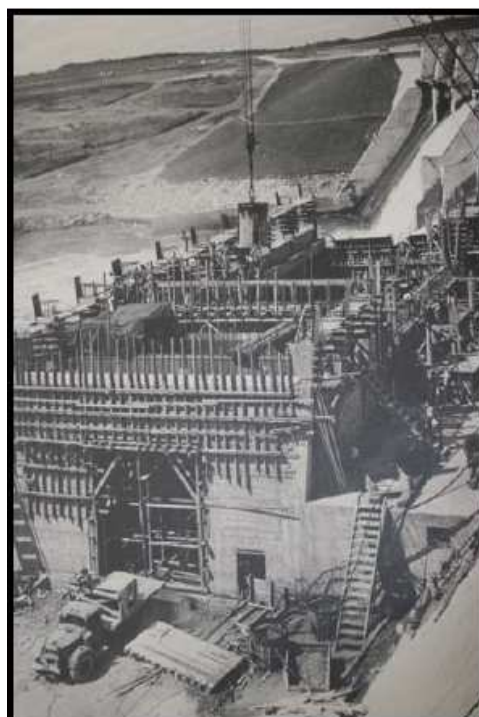


FIGURA 14- Construção da Usina de Camargos
Fonte: Plano de Controle Ambiental – CEMIG, 2006

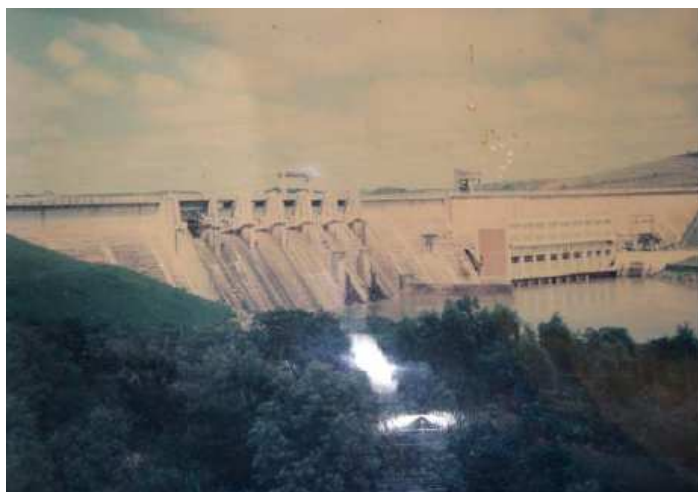


FIGURA 15 - Vista da barragem da UHE-Camargos em 1960, após o início da operação da usina.

Fonte: Plano de Controle Ambiental – Cemig 2006

4.2 O Lago de Itutinga-Camargos como atração turística

Como descrito em CEMIG (2000), os principais atrativos da região são: a localização das Usinas, como um fator propulsor devido a estarem próximas de três grandes metrópoles, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; a beleza natural do Rio Grande e de inúmeras cachoeiras, dentre as quais se destaca a do Raulino; a localidade de Capela do Saco, situada às margens do reservatório de Camargos, pertencente ao município de Carrancas, e a boa infraestrutura existente na vila da Usina de Itutinga, que contempla:

- Um hotel com oito apartamentos e quatro casas cedidas pela Usina.
- Uma área de *camping*, contendo uma cantina de 41m² de área, um vestiário com 59m², um quiosque e uma quadra de areia.
- Um clube com campo e quadra de esporte, piscinas e playground, com 6.000m².
- Um grupo escolar com 586m².
- 44 imóveis residenciais, sendo quatro cedidos ao concessionário do hotel.

De acordo com o mesmo documento, há um potencial turístico às margens do reservatório de Camargos, no qual se destacam:

- Bairro do Iate, pertencente ao município de Nazareno, onde está localizado o Camargos Iate Clube, que hoje é uma edificação onde se guardam barcos. Existe também, nesse bairro, um restaurante que é explorado aos sábados e domingos.
- Localidade de Caquende, pertencente ao município de São João Del-Rey, local agradável, possuindo um lago semelhante ao da cidade histórica de Porto Seguro.
- Localidade de Capela do Saco, pertencente ao município de Carrancas, local de passagem dos Bandeirantes, possui uma capela antiga e vários casebres ao redor que podem ser transformados em pontos de venda do artesanato da micro-região (São João del-Rey, Nazareno, Carrancas, Madre Deus de Minas, etc.).
- Pousada das Garças, pertencente ao município de Nazareno, possui seis chalés, piscina, localiza-se às margens do reservatório de Camargos, de frente para uma cachoeira repleta de garças de onde origina o nome do local.
- As inúmeras casas com seus projetos arquitetônicos arrojados e atraentes pertencentes aos turistas de segunda residência, localizadas nos Bairros Jardim das Oliveiras, Simone e Fazenda Velho (Itutinga), sendo uma atração especial para quem está percorrendo o lago.
- Ilha da Pedreira: local onde se encontram duas ilhas da CEMIG, uma com 10 e outra com 64 hectares, ambas com reflorestamento ciliar.

Na FIG. 16, visualizam-se pontos turísticos às margens do Reservatório de Camargos.



Figura 16: Pontos Turísticos ao redor do Reservatório de Camargos
 Fonte: Relatório Lazer e Turismo nos Reservatórios da CEMIG, 2000.

O grande potencial turístico da região ocorre principalmente devido aos atrativos naturais que são descritos a seguir e mostrados nas FIG. 17 a 25. Descrevem-se também algumas atividades típicas de turismo de aventura e esportes radicais praticados na região.



FIGURA 17 - Corredeiras do Rio Grande: ideal para a prática de hydro speed, canoagem slalom, free-stile e rafting.
 Fonte: Foto de Paulo Gaia.

A Cachoeira das Andorinhas (FIG. 18) está localizada no Bairro do Jacarandá, com 16 metros de altura e queda livre negativa, é própria para o rapel de cachoeira (cachoeirismo).

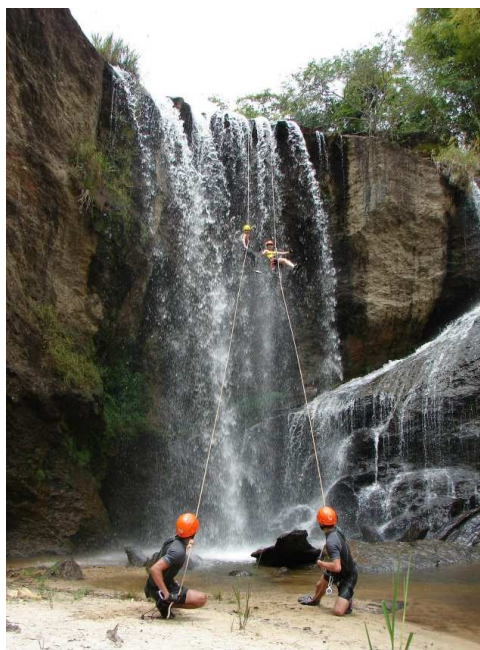


Figura 18 - Cachoeira das Andorinhas
Fonte: Foto de Paulo Gaia.

A Cachoeira das Aranhas (FIGs. 19 e 20) está situada no extremo sudoeste do município, próxima à divisa com Itumirim. O complexo abriga várias quedas e muitos poços para banho. Por ser em altitude elevada e estar situada na Serra do Pombeiro, apresenta água muito fria mesmo no verão.



Figura 19 - Cachoeira das Aranhas
Fonte: Foto de Paulo Gaia.



Figura 20 - Cachoeira das Aranhas
Fonte: Foto de Paulo Gaia.

A Cachoeira do Raulino (FIG. 21) está situada a 7 km do município, é muito freqüentada por moradores e visitantes. O complexo tem 4 quedas: da Ponte, de Cima, Raulino e de Baixo; esta última cai na Represa de Camargos na época em que ela está com o nível máximo.



Figura 21 - Cachoeira do Raulino
Fonte: Foto de Paulo Gaia.

A Trilha dos Tropeiros (FIG. 22) é um caminho construído por escravos no final do Século XVII que desafia os altos paredões da Serra de Carrancas. Variante da Estrada Real, foi também utilizada durante mais de 200 anos por tropeiros que levavam mercadorias para comercialização em Carrancas. Localização: Fazenda do Maroto.



Figura 22 - Trilha dos Tropeiros
Fonte: Foto de Paulo Gaia.

Devido à diversidade natural do local, o Turismo de Aventura surge como uma potencialidade como mostram as FIG. 23 e 24. Os principais atrativos em Itutinga são:

Rafting: em Itutinga, o *Rafting* pode ser realizado no último trecho encachoeirado do Alto Rio Grande, em percurso de aproximadamente 4,5 km, classes de corredeiras⁹ II à V, com duração de aproximadamente duas horas e meia, alternando corredeiras e remansos.



Figura 23 – Canoagem na Corredeira do Barro Preto classe II no Rio Grande
Fonte: Foto de Paulo Gaia.

O município não disponibiliza o rafting para o turismo. A operadora local oferece outras 4 opções de canoagem (caiaque classe turismo, caiaque free stile, hydro speed e canoa canadense). Os roteiros mais procurados são os de canoagem, principalmente canoas canadenses e caiaques.

Hydro Speed: Itutinga é uma das raríssimas cidades brasileiras que oferecem esse esporte pela escassez de rios que proporcionem sua prática (estima-se que no Brasil existam apenas quatro cidades propícias situadas nos estados da Bahia, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina). O praticante utiliza uma prancha rígida de plástico linear de alta performance (100% reciclável) com duas manoplas, o tronco fica sobre o equipamento e as pernas livres para impulsionamento. Utiliza capacete, colete de flutuação, joelheira com caneleira e nadadeiras (pé-de-pato). É necessário saber nadar. Uma operação de hydro speed conta com uma equipe de resgate com um caiaque safety e dois arremessadores de cabos de resgate.

⁹ Os rios são classificados em seis níveis, de acordo com a dificuldade e perigo de passagem em suas corredeiras: **Classe I** e **II** - são indicadas para participantes iniciantes, **Classe III** - para iniciantes / intermediários, **Classe IV** - indicadas somente para pessoas experientes, **Classe V** - não é indicado para o rafting turístico, só para competições e a **Classe VI** - que não é indicada para descida, devido ao seu alto nível de risco. Fonte: <http://www.tuaregrafting.com.br>. Acesso em 01 dez de 2007.



Figura 24- *Hydro Speed* no Rio Grande

Fonte: Foto de Paulo Gaia.

De Itutinga, outro belo atrativo que se avista é a Serra de Carrancas, que é toda coberta por campos de altitude de gramíneas e campo sujo de cerrado. Ocorrem afloramentos rochosos com vegetação rupestre e matas de galeria e ciliares nos córregos.



Figura 25 – Serra de Carrancas

Fonte: Foto de Paulo Gaia.

Cascading (cachoeirismo): em Itutinga, é realizado na Cachoeira das Andorinhas, localizada a 26 km da cidade e tem uma altura de 16 metros (FIG. 18).

Cavalgada: existem vários roteiros que podem ser percorridos por trilhas, pastos, estradas, matas nativas, cerrado. Destacam-se os roteiros Itutinga - Capela do Saco e a travessia da Serra do Pombeiro que visita a Cachoeira das Aranhas. Sempre sai uma cavalgada para os mais diversos destinos, mas não há uma operadora especializada no esporte.

Canoa Canadense: dentre as várias formas de explorar o Lago de Camargos, uma opção é o passeio em canoas a remo que imitam as utilizadas antigamente pelos índios canadenses.

Banana Boat e Jet sky: o Lago de Camargos é ideal para esses esportes e conta com a infraestrutura do Iate Club de Nazareno.

4.3 - Caracterização Sócio-econômica da Região

Na divisão territorial do estado, segundo o IBGE (2000), os municípios da área de estudo fazem parte da microrregião Sul de Minas e pertencem à mesorregião Campo das Vertentes estando incluídos nas microrregiões de Lavras e São João Del Rey. Esses municípios apresentam localização privilegiada entre Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro (TAB. 2).

A mesorregião Campo das Vertentes é cortada por duas das principais rodovias federais, responsáveis pela ligação de MG a SP (BR-381) e MG ao RJ (BR-040). Desde o período colonial, essa região foi historicamente beneficiada no processo de estruturação do território brasileiro em razão da sua localização e da diversidade e abundância de seus recursos naturais. Atualmente, apresenta alta densidade populacional, índices de desenvolvimento humano entre os melhores do estado e alguns dos centros universitários mais importantes do país (CEMIG, 2006).

A região tem participação expressiva na economia estadual e também nacional. Além dos setores industrial e agrícola, destacam-se o turismo e o potencial hidroenergético, cujo aproveitamento é feito em maior escala pelas Usinas Hidroelétricas de Camargos e de Furnas. Entre as diversas indústrias, incluem-se os setores mecânico e de transformação de produtos agropecuários (CEMIG, 2006). O turismo é um dos segmentos mais importantes da economia regional, tanto pela grandeza do seu patrimônio histórico, a exemplo do município de São João Del Rey, quanto pelas suas características naturais.

TABELA 2
Distâncias Rodoviárias (km)

Municípios	Carrancas	Itutinga	Madre de Deus de Minas	Nazareno	São João Del Rey
Belo Horizonte	266	238	240	226	185
Brasília	1060	985	990	965	930
Rio de Janeiro	445	400	370	415	330
São Paulo	405	415	465	430	480
Vitória	850	670	685	690	585

Fonte: DER-MG

Evolução da Taxa de Urbanização dos Municípios da Região

Os municípios de Carrancas, Itutinga, Madre de Deus de Minas e Nazareno formam um conjunto homogêneo, caracterizado por reduzido número de população total registrada pelo IBGE nos últimos censos demográficos. No ano 2000, cada um dos três primeiros municípios possuía aproximadamente 4.000 habitantes e o mais populoso foi Nazareno com pouco mais de 7.000 pessoas residentes. Em todos eles ocorreu transferência contínua de população das áreas rurais para as sedes urbanas entre 1970 e 2000 (CEMIG, 2006).

São João Del Rey se destaca por apresentar um contingente populacional bem mais expressivo. Sua população cresceu 42,3% chegando a 78.616 habitantes em 2000 (CEMIG, 2006). O percentual de população urbana ficou acima dos valores registrados em Minas Gerais e no Brasil desde 1970. Atualmente, mais de 90% da população de São João Del Rey vive na sede urbana. São João integra um conjunto de cidades médias da região, com boas condições de infra-estrutura de serviços, saúde e educação de qualidade, além de concentrar unidades de importantes segmentos industriais (CEMIG, 2006).

Segundo pesquisas realizadas pelo IBGE (2000), a constante transferência de população rural para as sedes urbanas aparece como tendência nacional nas últimas décadas. Entre as justificativas para esse comportamento estão a redução dos postos de trabalho no meio rural como consequência da modernização no campo e as possibilidades de melhores condições de vida, saúde e educação identificadas no meio urbano.

Saneamento Básico

O atendimento de serviços básicos de saneamento e energia nos municípios apresenta uma situação satisfatória em todos eles. Em geral, mais de 90% da população é atendida com água encanada, abastecimento de água e banheiro, coleta de lixo e energia elétrica. Apenas o município de Itutinga apresentou valores menores, 84,81% para água encanada e 80,71% para abastecimento de água e banheiro. Em Carrancas a população atendida por abastecimento de água e banheiro também ficou abaixo dos 90%, com o percentual de 89,1%. Entretanto, os valores continuam caracterizando boas condições de saneamento (CEMIG, 2006).

O serviço de fornecimento de energia elétrica é o que atende maior percentual da população, chegando a 98,47% da população em São João Del Rey.

Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990 para ser usado como parâmetro mais completo que o PIB na avaliação da qualidade de vida em todos os países. No Brasil, estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, pela Fundação João Pinheiro do Estado de Minas Gerais e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), resultaram na criação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e do Índice de Condições de Vida (ICV). O IDH-M foi criado com base na mesma metodologia de cálculo do IDH, utilizando como referência a renda, a expectativa de vida e a educação adaptando-se, entretanto, esses parâmetros para torná-los mais representativos da realidade brasileira e adotando-se os municípios como unidades territoriais de análise (CEMIG, 2006).

Os valores de IDH-M variam entre 0 e 1 e recebem a mesma interpretação dada ao IDH pela ONU, que classifica os resultados em baixo desenvolvimento humano ($0 \leq 0,5$), médio desenvolvimento humano ($0,5 \leq 0,8$) e alto desenvolvimento humano ($> 0,8$). De acordo com o IDH-M, em 2000 os municípios de Carrancas, Itutinga, Madre de Deus de Minas e Nazareno apresentavam médio desenvolvimento, a mesma classificação de Minas

Gerais e do Brasil. Todos tiveram evolução positiva na década de 1990. As variáveis educação e longevidade evoluíram mais no período (CEMIG, 2006).

Novamente sobressaiu-se o município de São João Del Rey que alcançou a classificação de alto desenvolvimento humano elevando seu IDH-M de 0,73 em 1991 para 0,82 em 2000, comportamento semelhante ao de Belo Horizonte, cujo IDH-M passou de 0,79 em 1991 para 0,84 em 2000. O IDH-M de São João também superou a média nacional (0,77) e do Estado de Minas Gerais (0,77), equiparando-se aos valores alcançados pelos Estados do Rio de Janeiro (0,81) e São Paulo (0,82) no ano 2000. A variável longevidade sofreu maior elevação entre 1991 e 2000, superando a de Belo Horizonte neste ano, mas é a educação que contribui mais para a composição do IDH-M de São João del Rey. A renda aparece com a menor participação (CEMIG, 2006).

4.4 Resultados e Discussão

Para melhor compreensão dos resultados, apresenta-se na TAB. 3 uma síntese da composição da amostra e no GRAF. 1 a participação percentual de cada grupo de entrevistados. A seguir serão apresentados os resultados referentes aos perfis dos entrevistados, aos atributos relacionados ao turismo na região e ao desenvolvimento do turismo no entorno dos reservatórios das Usinas de Itutinga e de Camargos.

TABELA 3

Síntese da composição da amostra

Grupo de entrevistados	Número de entrevistados
Residentes	102
Turistas convencionais	138
Turistas de segunda residência	50
Empresários	25
Total	315

Fonte: Dados da Pesquisa

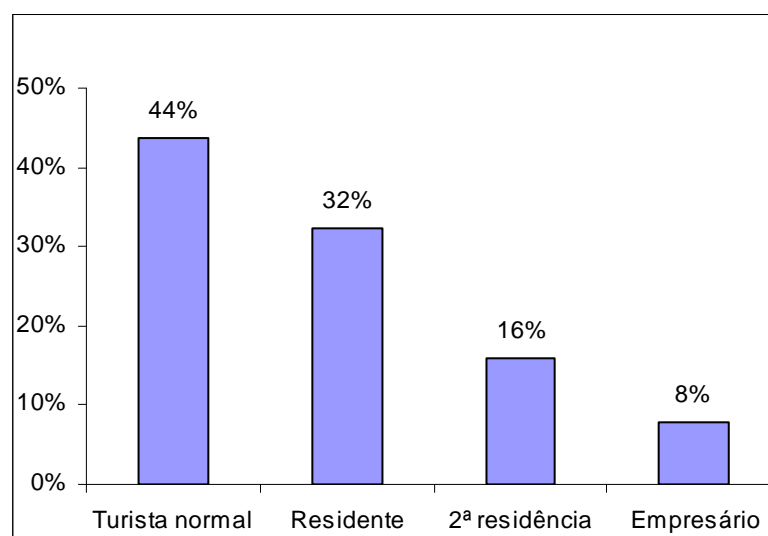


GRÁFICO 1 – Percentual de participação por perfil na amostra
Fonte: Dados da Pesquisa

Como se observa no GRAF. 1, dentre os 315 entrevistados, 44% eram turistas convencionais, 32% residentes, 16% turistas de segunda residência e 8% empresários

4.4.1 Perfis dos entrevistados

O GRAF. 2 mostra a composição da amostra por sexo dos entrevistados. É possível identificar uma predominância do sexo masculino sobre o feminino em 13,33% do total. A diferença entre os sexos é maior nos grupos de turistas de segunda residência e empresários. Esta predominância masculina pode ter razões históricas, já que os homens são maioria como empreendedores. Outra explicação pode ser o local onde foram coletados os dados (clubes e locais de pescarias), pois, como se vê no GRAF. 3, a maioria (80%) dos turistas de segunda residência são casados.

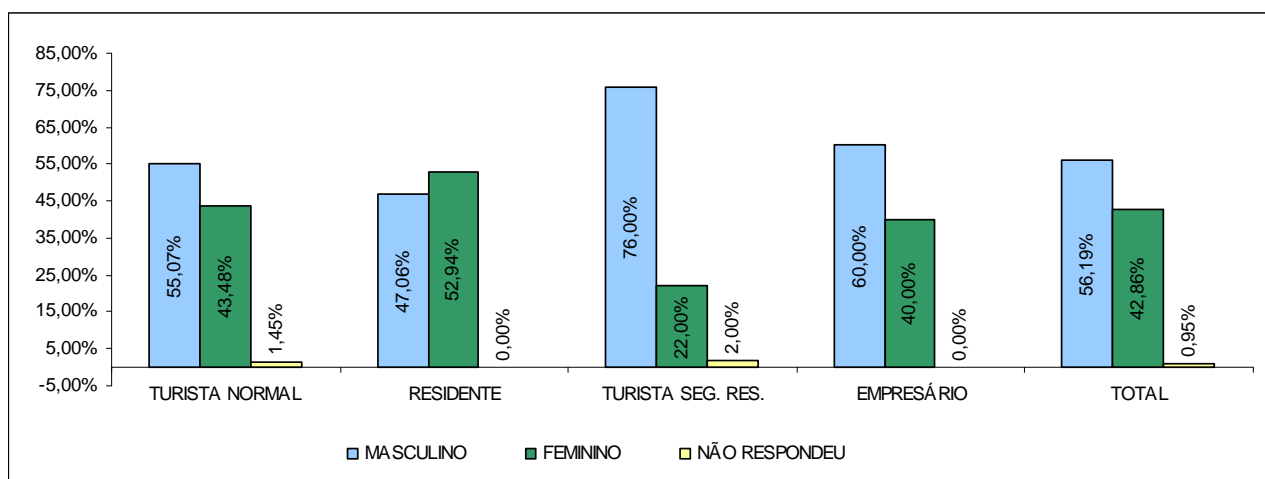


GRÁFICO 2 – Avaliação da amostra por sexo
Fonte: Dados da Pesquisa

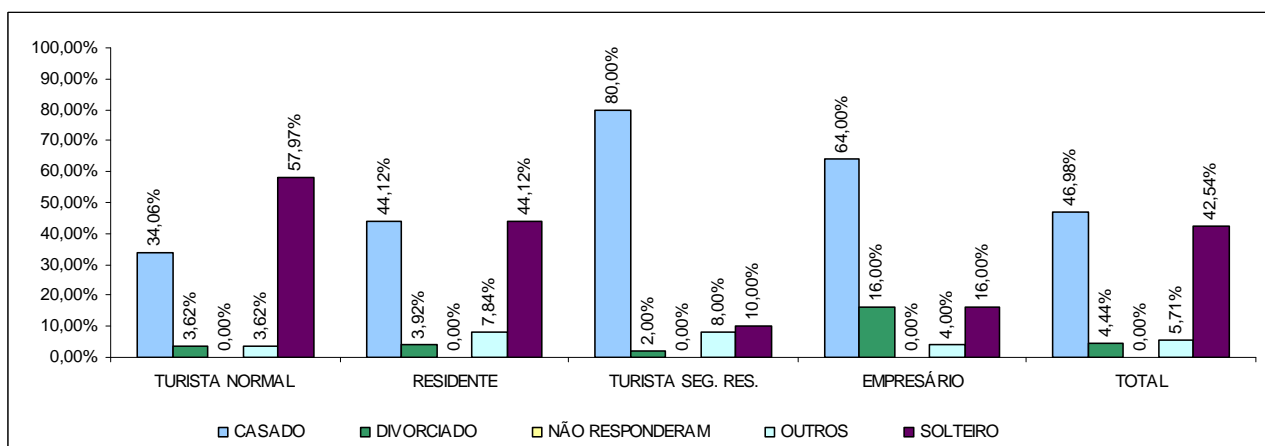


GRÁFICO 3 - Avaliação da amostra por estado civil
Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 3 mostra que 58% dos turistas convencionais são solteiros. As pessoas casadas predominam com percentuais de 80% dos turistas de segunda residência e de 64% dos empresários.

O GRAF. 4 mostra que há uma predominância acentuada de mineiros na amostra com 76,81% dos turistas convencionais, quando comparado ao segundo colocado (SP). Isto se justifica pelo efeito da proximidade entre o centro emissor e o receptor de turista. Lavras é a cidade de Minas Gerais onde está baseado o maior contingente de turistas de segunda residência dos reservatórios de Itutinga e de Camargos. Em relação aos turistas convencionais, 76,81% são mineiros e 17,39% são paulistas.

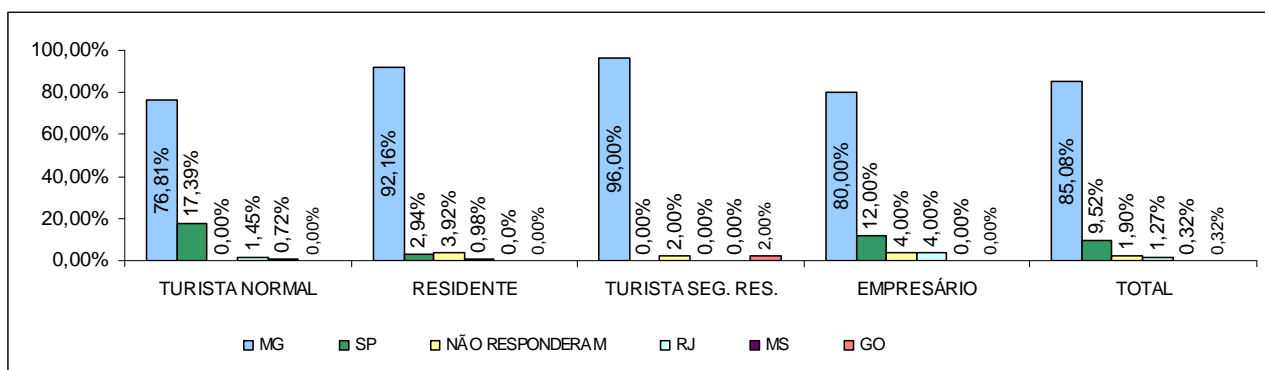


GRÁFICO 4 – Avaliação da amostra por origem
Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o GRAF. 5, Lavras, São João Del Rey e Barbacena são as cidades pólo que mais fornecem turistas de segunda residência com, respectivamente, 52%, 18% e 10% das residências no entorno do reservatório devido, sobretudo, à proximidade geográfica. O distrito de Carrancas (Capela do Saco) participa com 2%, o distrito de São João Del Rey (Caquende) com 2% e outros 2% responderam Represa de Camargos, área pertencente ao município de Nazareno, 2% não responderam e 2% são oriundos de Uruasul/GO.

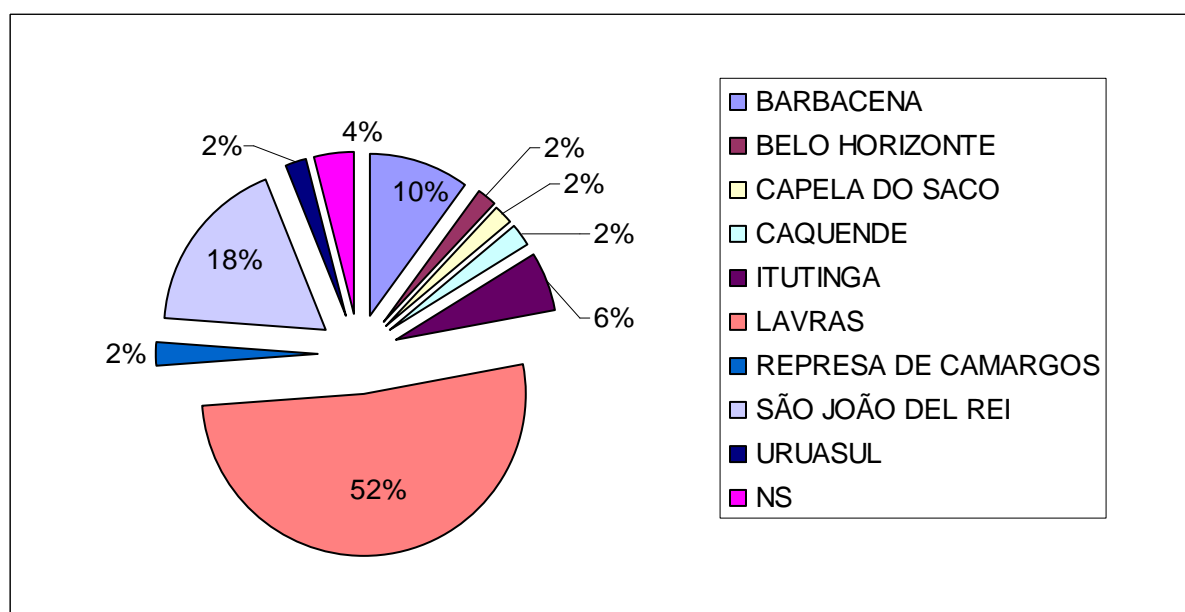


GRÁFICO 5 – Localização da residência principal dos turistas de 2ª residência
Fonte: Dados da Pesquisa

Observa-se, no GRAF. 6, que mais de 60% dos turistas convencionais são jovens, têm menos de 30 anos, enquanto 33,34% estão na faixa de 31 a 60 anos e apenas 2,17% acima de 61 anos. Esse dado é significativo para os gestores turísticos adequarem os equipamentos e as promoções para esse segmento, podendo incentivar, de forma mais consistente, o ecoturismo de forma compartilhada com o município de Carrancas que se destaca pelas várias cachoeiras existentes.

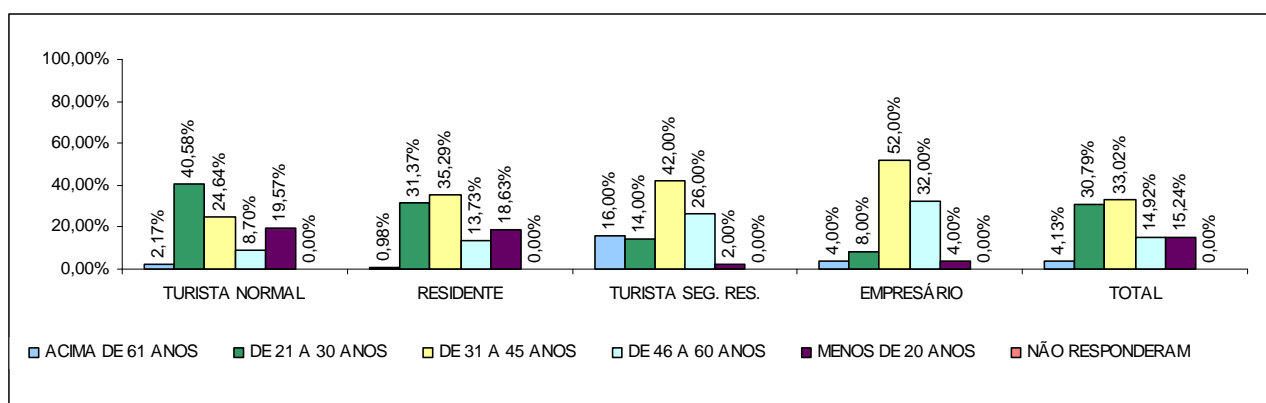


GRÁFICO 6 – Avaliação da amostra por idade (faixa etária)
Fonte: Dados da Pesquisa

Estudos realizados nos Estados Unidos apontaram que o perfil do turista de segunda residência naquele país é de pessoas entre 38 e 56 anos e que adquirem ou constroem suas residências em regiões litorâneas ou de lagos, em um raio de distância de sua residência primária que não ultrapasse um deslocamento de carro de mais de duas horas e meia de viagem (CARROL apud SOUZA, 2006).

Quanto ao perfil dos turistas de segunda residência encontrado nos dois reservatórios, 68% estão na faixa etária de 31 a 60 anos, o que se assemelha muito ao perfil apontado pelo instituto de pesquisa americano e no estudo feito por Souza (2006), onde ele afirma que 73% dos turistas de segunda residência de Escarpas do Lago (Capitólio/MG) estão na mesma faixa etária.

Em termos de escolaridade, conforme mostra o GRÁFICO 7, há um predomínio daqueles que possuem ensino médio e curso superior que, juntos, somam um percentual 84% dos turistas de segunda residência, 77% dos turistas convencionais, 69% dos residentes e 76% dos empresários.

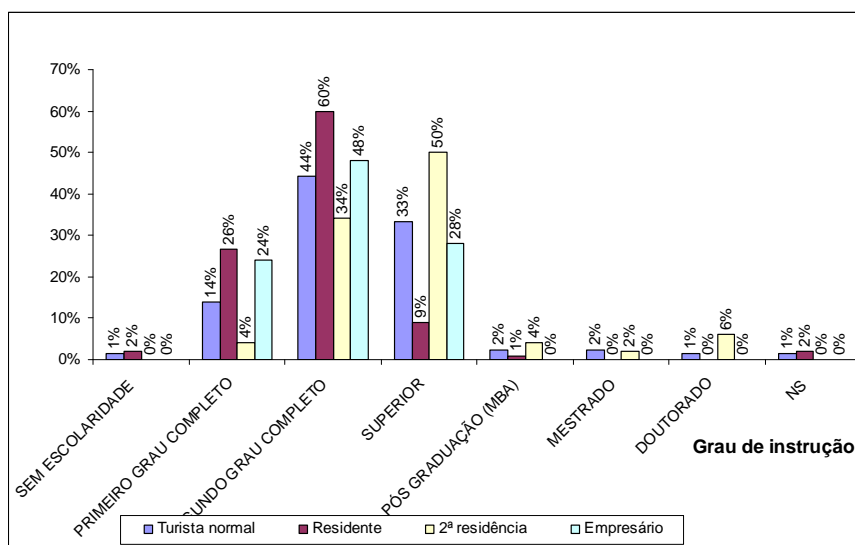


GRÁFICO 7 – Avaliação amostra por escolaridade
Fonte: Dados da Pesquisa

Os profissionais liberais estão representados com 28% no rol de turistas de segunda residência dos dois reservatórios, seguidos pelos empresários, com 20%, 30% de funcionários públicos e apenas 10% com emprego privado. Os turistas convencionais estão representados por 27% com emprego privado, 24% de estudantes, 18% de funcionários públicos, 15% de empresários e apenas 12% de profissionais liberais. Outras profissões foram citadas por 22% dos residentes entrevistados, 2% dos turistas de segunda residência aposentados, conforme visualizado no GRAF. 8:

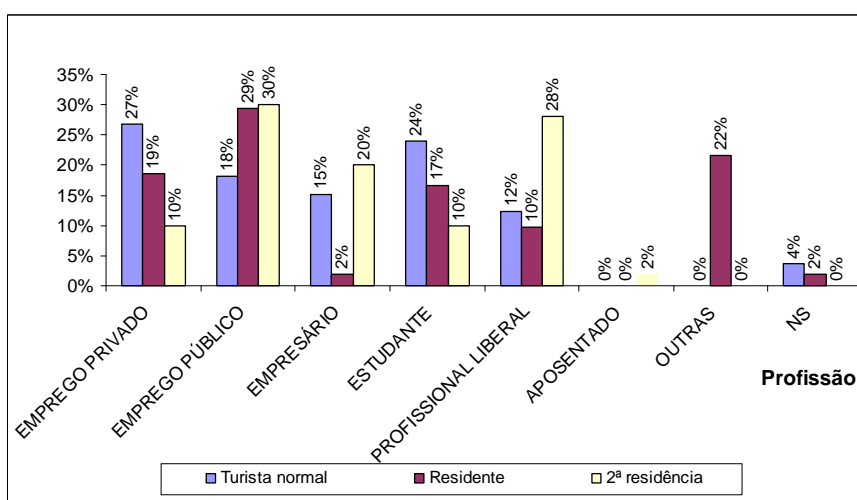


GRÁFICO 8 – Avaliação da amostra por profissão (ocupação principal)
Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 9 compara a renda familiar dos turistas convencionais com a dos turistas de segunda residência dos dois reservatórios. Observa-se que 40% dos turistas de segunda

residência pesquisados responderam que possuem renda superior a 10 salários mínimos, seguidos pela faixa salarial que vai de 5 a 10 salários mínimos com 28%, enquanto aqueles que possuem renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos representam 24% do universo pesquisado. Apenas 6% possuem renda inferior a 2 salários mínimos. No comparativo, 81% dos turistas convencionais, de perfil mais jovem, situam-se na faixa de renda de até 10 salários mínimos e apenas 13% acima de 10 salários mínimos; 7% não sabem a resposta ou não informaram.

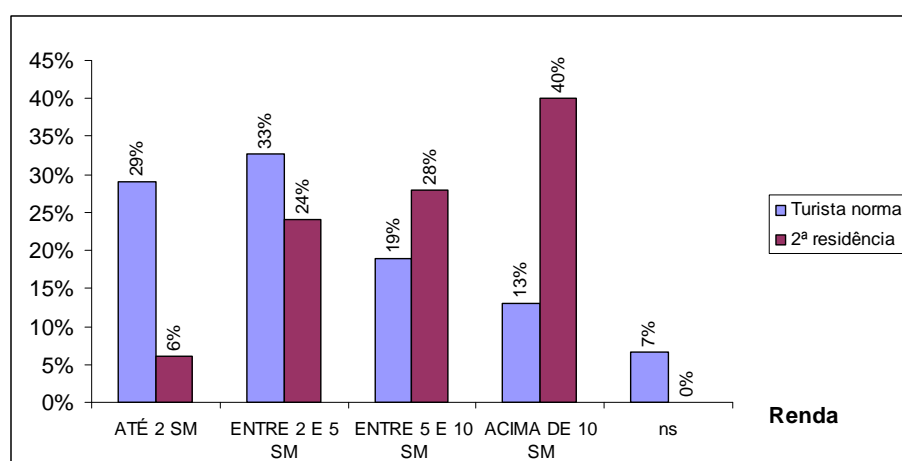


GRÁFICO 9 – Comparação faixa de renda (turistas x turistas de 2ª residência)
Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação à renda familiar dos residentes da região, 78% apresentam renda de até 5 salários mínimos, 8% entre 5 e 10 salários mínimos e apenas 3% dos residentes pesquisados possuem renda superior a 10 salários mínimos. (GRAF. 10).

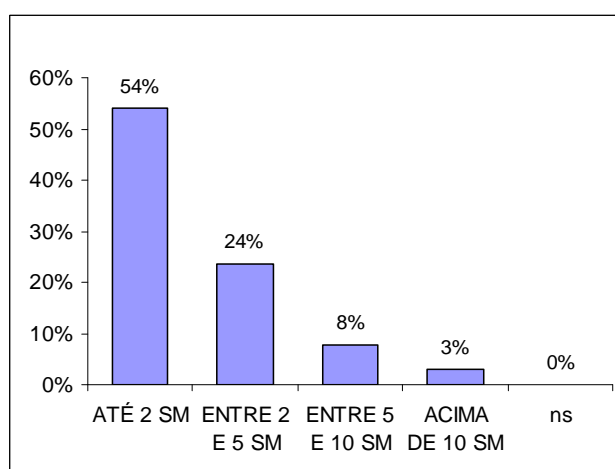


GRÁFICO 10 – Avaliação faixa de renda Residentes
Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao faturamento dos empresários pesquisados, 84% faturam até R\$100 mil reais líquidos, apenas 8% faturam entre R\$200.000 a R\$500.000 mil. 8% não responderam (GRAF. 11).

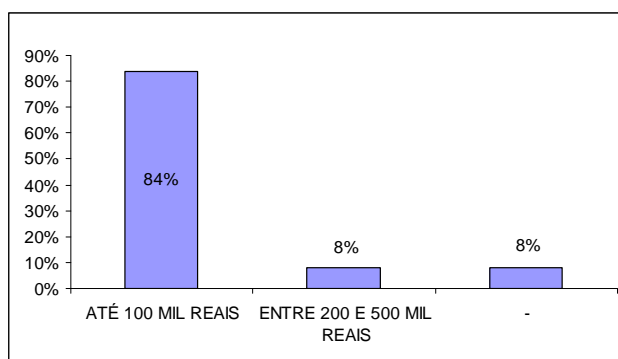


GRÁFICO 11 – Avaliação faixa de renda dos empresários
Fonte: Dados da Pesquisa

De acordo com o GRAF. 12, os turistas convencionais que freqüentam a região registraram que suas principais motivações para as viagens são o lazer e o descanso com 72% e 17%, respectivamente. Ainda como motivação para o deslocamento até Itutinga, os turistas apontaram passagem pela região (3%), negócios (2%) e ainda outras motivações (4%), conforme GRAF. 12. Esse resultado mostra o potencial já conhecido para atividades de lazer. A pequena opção pelos outros tipos de motivação pode ter ocorrido pela falta de incentivos e divulgação dos mesmos.

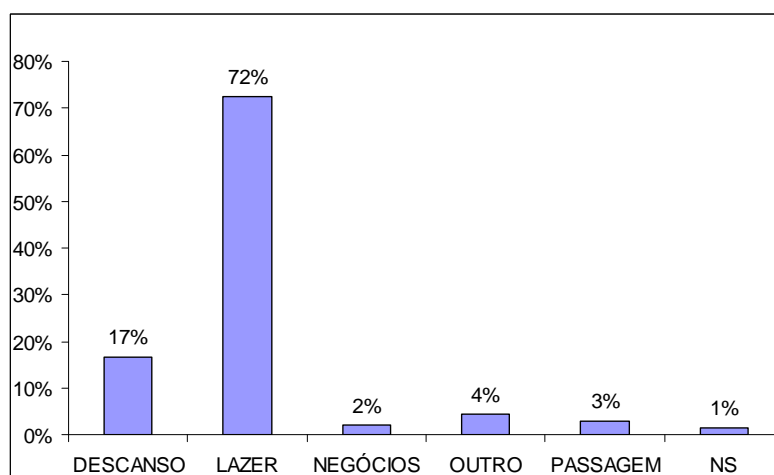


GRÁFICO 12 – Motivações dos turistas convencionais nas viagens à Itutinga e região
Fonte: Dados da Pesquisa

Os turistas de segunda residência viajam de forma predominante com a família e em casal (100% para turistas de segunda residência e 52% para turistas convencionais). Os turistas de segunda residência que freqüentam os reservatórios da CEMIG registraram que suas principais motivações para as viagens aos lagos são as opções de lazer e descanso com 84% e características ambientais do local com 10%. Há ainda os próprios reservatórios (6%), conforme visualizado no GRAF. 13:

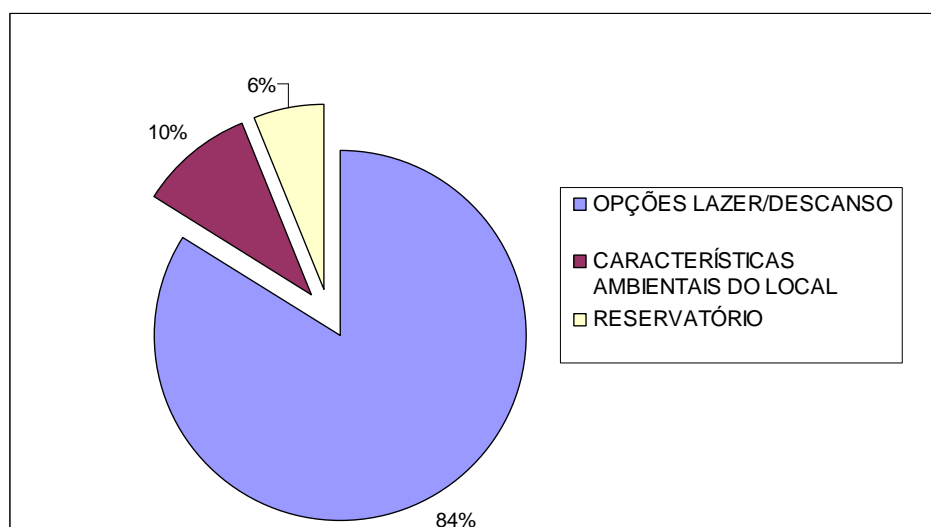


GRÁFICO 13 – Motivações dos turistas de 2ª residência nas viagens às Represas de Itutinga e de Camargos
Fonte: Dados da Pesquisa

As viagens para os Reservatórios de Itutinga e de Camargos, segundo as respostas de 72% dos turistas de segunda residência e de 45% dos turistas convencionais são realizadas com familiares. Entre os entrevistados, 30% dos turistas convencionais registraram viajar com amigos. Para 28% dos turistas de segunda residência e 7% dos turistas convencionais, as viagens são realizadas pelo casal. Em relação aos turistas convencionais, apenas 4% disseram viajar sozinhos e 4% não responderam. Outro dado significativo é que 36% dos turistas convencionais viajam acompanhados de amigos (GRAF. 14).

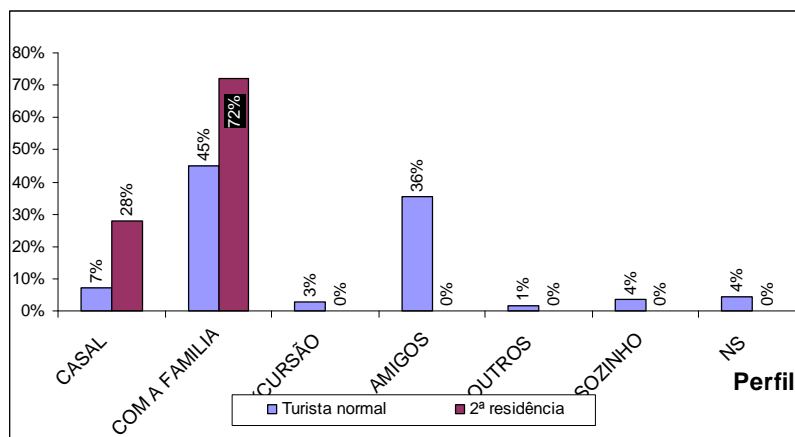


GRÁFICO 14- Perfil dos acompanhantes dos turistas convencionais e dos turistas de 2ª residência nas viagens à Itutinga e região.

Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 15 mostra que a maioria dos turistas convencionais (55%) permanece, em média, na região de Itutinga entre 2 a 3 dias. Para 20% dos entrevistados, o tempo de permanência se restringe a apenas 1 dia, 14% responderam permanecer entre 3 e 7 dias, 7% mais de 7 dias e apenas 4% não responderam.

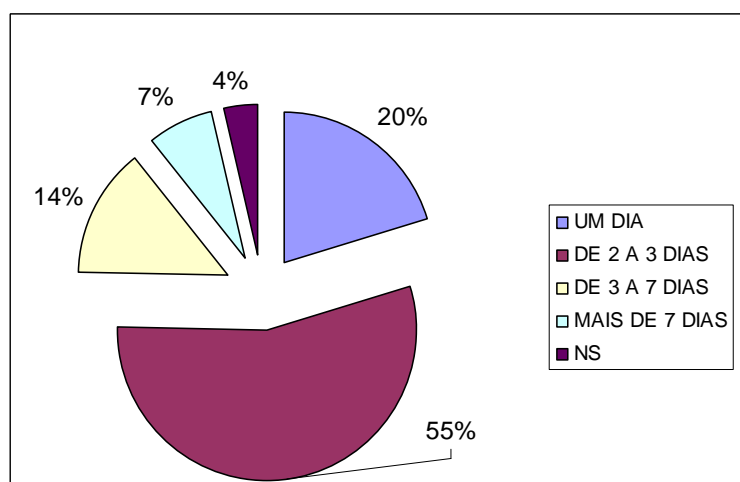


GRÁFICO 15 – Tempo médio de permanência dos turistas

Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação aos turistas de segunda residência, eles permanecem, em média, até 3 dias a cada estada (68%). Para 22% dos entrevistados, o tempo de permanência nos reservatórios é de 4 a 7 dias, enquanto para 6%, esse número de dias varia entre 8 a 30 dias. Foi percebido ainda que 4% dos entrevistados permanecem mais de 30 dias (GRÁFICO16).

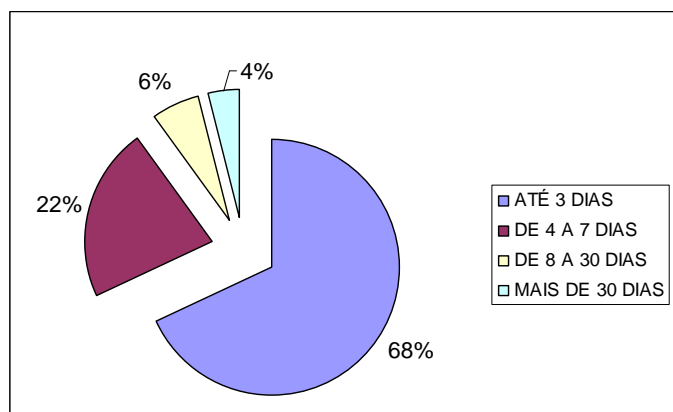


GRÁFICO 16 – Tempo médio de permanência dos turistas de 2ª residência
Fonte: Dados da Pesquisa

O GRAF. 17 mostra a freqüência dos turistas convencionais na região de Itutinga. Para 36% dos entrevistados, as viagens ocorrem mais de 6 vezes ao ano, sendo seguidos por aqueles que freqüentam entre 2 a 5 vezes ao ano, com 22% de respostas, mesmo percentual para aqueles que freqüentam a região apenas uma vez. 17% não responderam e 2% não souberam precisar a sua freqüência à região.

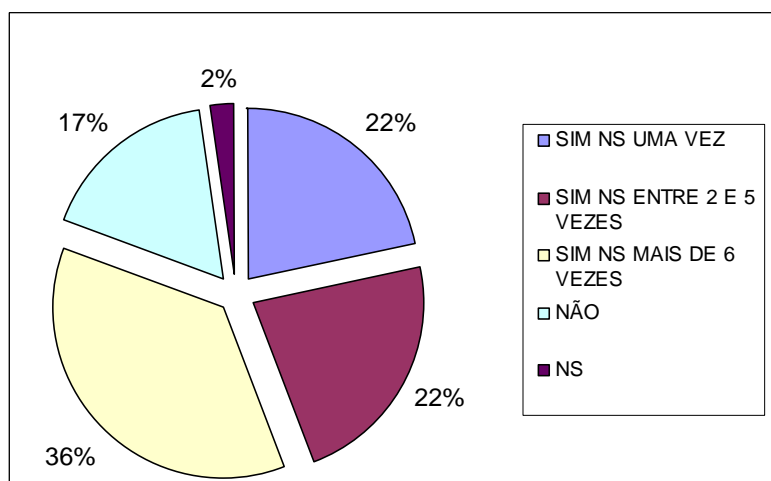


GRÁFICO 17 – Freqüência de visitas dos turistas convencionais à região
Fonte: Dados da Pesquisa

Os turistas de segunda residência foram perguntados sobre o número de vezes que freqüentam a região. 68% responderam que freqüentam suas residências mais de 12 vezes ao ano, sendo seguidos por aqueles que se hospedam entre 5 a 12 vezes, com 20% de respostas. Para 10% dos entrevistados, as viagens para o lago ocorrem de 2 a 5 vezes, enquanto 2% responderam que freqüentam a residência turística apenas uma vez ao ano (GRÁFICO 18).

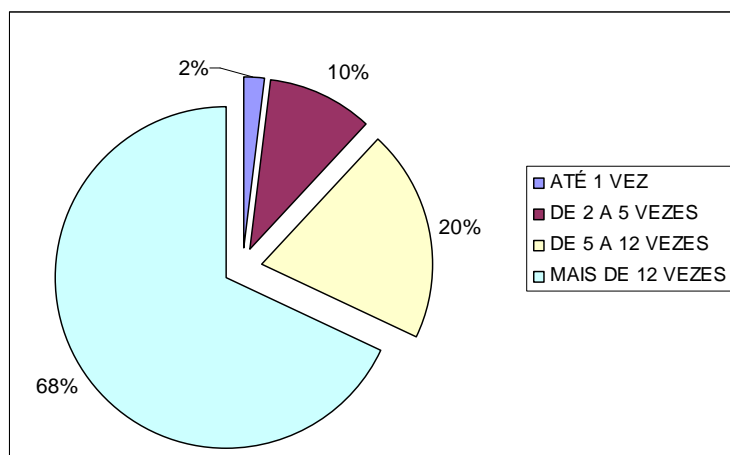


GRÁFICO 18 – Frequência de visitas dos turistas de 2ª residência à região
Fonte: Dados da Pesquisa

No GRAF. 19, observou-se que, dos 25 empresários pesquisados, 20% se dizem influenciados pela localização geográfica, 20% pelo mercado consumidor, 24% por outros fatores e 36% pelo potencial turístico e recursos naturais do local. Nas visitas aos reservatórios foi percebido um volume crescente de empreendedores e investidores interessados em investir na região.

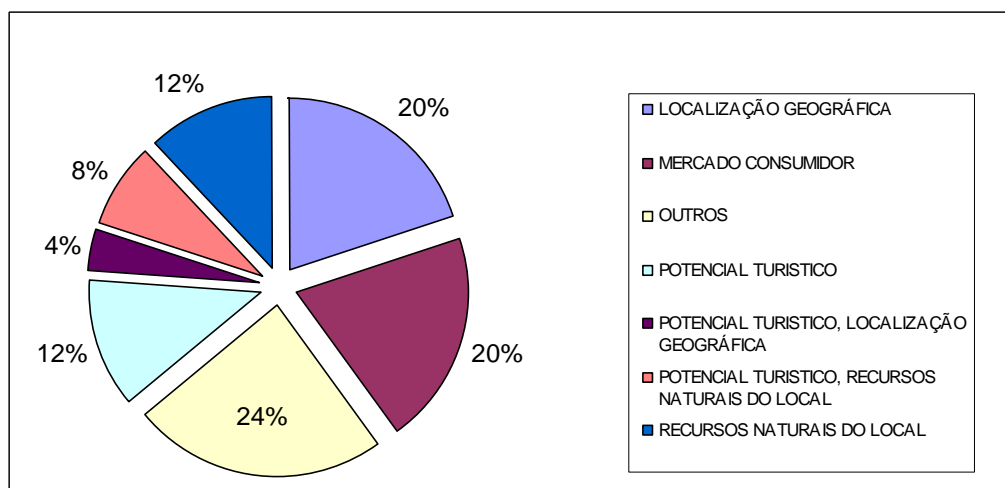


GRÁFICO 19 – Influência na escolha de investir na região (empresários)
Fonte: Dados da Pesquisa.

4.4.2 - Resultado da pesquisa de opinião sobre os atributos ambientais, recursos turísticos e infra-estrutura local

Nessa fase da pesquisa, todos os atores foram solicitados a avaliar cada atributo do turismo e do meio ambiente de acordo com cinco níveis de significância descritos anteriormente, ou seja: ótimo (cinco pontos), bom (quatro pontos), regular (três pontos), ruim (dois pontos) e péssimo (um ponto). Os resultados da pesquisa são apresentados e analisados a seguir.

4.4.2.1– Resultados da pesquisa com os residentes

A TAB. 4 apresenta os resultados das avaliações dos residentes relacionadas às dimensões pesquisadas. Na dimensão Recursos Turísticos, o item pior avaliado foi acessibilidade (3,32 pontos) e isto pode ter ocorrido pelas más condições das vias no município na ocasião da pesquisa. O melhor avaliado foi alimentação que obteve 4,00 pontos. A média da dimensão Recursos Turísticos foi de 3,56 pontos.

A dimensão Atributos Ambientais obteve a média 3,69 pontos sendo a melhor avaliação das três dimensões. O item Clima (4,19 pontos) foi o melhor avaliado dentre todos itens. Isto mostra que os residentes se sentem confortáveis com o clima ameno da região. As piores avaliações desta dimensão foram para o Relevo e Comunidade Local que obtiveram 3,07 pontos. Talvez, o relevo tenha obtido essa avaliação pelo fato dos residentes estarem muito familiarizados com ele, portanto não encontrando nele diferencial.

A dimensão Infra Estrutura obteve a média 3,38 pontos sendo a pior avaliação das três dimensões. O item melhor avaliado Águas Residuais (Esgoto) obteve 3,89 pontos, talvez, pelo fato de recentemente a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) ter instalado uma estação de tratamento de esgotos no município. A pior avaliação foi para Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano que obteve 2,98 pontos. Esse atributo não apresenta destaques capazes de sensibilizar os residentes.

TABELA 4

Percepções dos atributos ambientais, dos recursos turísticos e da infra-estrutura local pelos residentes

Dimensões	Fatores	5	4	3	2	1	Média
Recursos turísticos	Atrativos Culturais	13	12	40	11	7	3,40
	Atrativos Naturais	34	17	38	8	2	3,43
	Acessibilidade	20	30	41	5	3	3,32
	Hospedagem (hotel e similar)	12	38	30	18	2	3,40
	Alimentação (restaurante ou similar)	18	24	44	13	2	4,00
	Entretenimento	15	25	40	15	4	3,82
Atributos ambientais	Clima	34	38	20	6	1	4,19
	Flora	33	41	21	6	0	3,80
	Fauna	25	39	26	7	1	3,99
	Água	44	37	18	2	1	4,01
	Relevo	18	53	19	5	3	3,07
	Comunidade Local	34	39	21	4	2	3,07
Infra Estrutura	Água de Abastecimento e Medidas Para Seu Uso Racional	39	32	23	6	1	3,48
	Águas Residuais (esgoto) Coleta/Tratamento	12	21	36	18	10	3,89
	Lixo, Reciclagem, Coleta Tratamento e Disposição Final	12	21	37	18	10	3,20
	Suplemento de Energia e Medidas Para Seu Uso Racional	20	28	31	15	3	3,24
	Trânsito, Qualidade do Ar e Ruídos	28	44	16	7	3	3,44
	Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano	9	29	41	17	5	2,98
	Medidas de Proteção Ambiental	22	20	32	12	14	3,46

Fonte: Dados da Pesquisa

4.4.2.2 - Resultados da pesquisa com os turistas de segunda residência

A TAB. 5 apresenta os resultados das avaliações dos turistas de segunda residência relacionadas às dimensões pesquisadas. Na dimensão Recursos Turísticos, o item pior avaliado foi Atrativos Naturais (2,85 pontos) e isto pode ter ocorrido pelo fato desses turistas estarem habituados a usufruir da paisagem do lago, onde passam boa parte do tempo quando estão na região. O item melhor avaliado foi Hospedagem que obteve 4,39 pontos. A média da dimensão Recursos Turísticos foi de 3,68 pontos.

A dimensão Atributos Ambientais obteve a média 3,80 pontos sendo a melhor avaliação das três dimensões. O item Clima (4,60 pontos) foi o melhor avaliado dentre todos os itens. Isto mostra que os turistas de segunda residência se sentem satisfeitos com o clima da região. A pior avaliação desta dimensão foi para a Comunidade Local que obteve 2,98 pontos. Talvez, essa avaliação seja pelo fato da pouca integração com a população local e pela diferença na faixa de renda entre os dois grupos. A dimensão Infra Estrutura obteve a média de 3,31 pontos sendo a pior avaliação das três dimensões. O item melhor avaliado Águas Residuais (Esgoto) obteve 4,14 pontos. Essa avaliação pode ser pelo fato da maioria desses

turistas terem construído fossas sépticas em suas residências no entorno do lago. A pior avaliação desta dimensão foi para Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano que obteve 2,71 pontos. Esse atributo também não apresenta destaques capazes de sensibilizar esse tipo de turista, o que reforça o resultado demonstrado no item anterior pelo olhar do residente.

TABELA 5

Percepções dos atributos ambientais recursos turísticos e infra-estrutura local pelos turistas de segunda residência.

Dimensões	Fatores	5	4	3	2	1	Média
Recursos turísticos	Atrativos Culturais	3	10	8	10	9	2,94
	Atrativos Naturais	23	13	10	3	0	2,85
	Acessibilidade	15	17	14	4	0	3,86
	Hospedagem (hotel e similar)	5	11	12	14	5	4,39
	Alimentação (restaurante ou similar)	2	12	14	15	4	4,04
	Entretenimento	8	16	16	2	7	4,02
Atributos ambientais	Clima	24	20	5	0	0	4,60
	Flora	21	15	9	2	2	3,96
	Fauna	18	20	6	4	1	4,15
	Água	33	14	3	0	0	3,83
	Relevo	17	17	12	2	1	3,27
	Comunidade Local	16	21	9	0	0	2,98
Infra Estrutura	Água de Abastecimento e Medidas Para Seu Uso Racional	16	12	17	2	1	3,67
	Águas Residuais (esgoto) Coleta/Tratamento	9	10	19	7	4	4,14
	Lixo, Reciclagem, Coleta Tratamento e Disposição Final	4	11	19	8	6	3,08
	Suplemento de Energia e Medidas Para Seu Uso Racional	10	19	16	2	2	3,06
	Trânsito, Qualidade do Ar e Ruídos	21	16	10	2	0	3,17
	Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano	5	9	24	7	4	2,71
	Medidas de Proteção Ambiental	7	12	14	9	7	3,33

Fonte: Dados da Pesquisa

4.4.2.3 - Resultados da pesquisa com os empresários

A TAB. 6 apresenta os resultados das avaliações dos empresários relacionadas às dimensões pesquisadas. Na dimensão Recursos Turísticos, o item pior avaliado foi Atrativos Culturais (3,52 pontos) e isto pode ter ocorrido pelo fato da maioria dos empresários estarem habituados a uma vida cultural intensa nas suas cidades de origem. O melhor avaliado foi Alimentação (Restaurante ou similar) que obteve 4,28 pontos. Os empresários avaliaram também de forma favorável o item Hospedagem (4,12 pontos). A média desta dimensão foi de 3,84 pontos.

A dimensão Atributos Ambientais obteve a média de 3,85 pontos sendo a melhor avaliação das três dimensões. O item Clima (4,32 pontos) foi o melhor avaliado dentre todos os itens. Isto mostra que os empresários se sentem também satisfeitos com o clima agradável da região. A pior avaliação desta dimensão foi para a Comunidade Local que obteve 3,24 pontos. Talvez, esta avaliação seja pelo mesmo fato da pouca integração com a população local.

A dimensão Infra Estrutura obteve a média de 3,75 pontos sendo a pior avaliação das três dimensões. O item melhor avaliado foi Medidas de Proteção Ambiental com 4,05 pontos. Talvez, pelo fato da maioria desses empresários perceberem a questão ambiental como imprescindível para a sustentabilidade de seus negócios. A pior avaliação desta dimensão foi para o atributo Lixo, Reciclagem, Coleta, Tratamento e Disposição final que obteve 3,44 pontos. Esse atributo parece não apresentar confiabilidade na perspectiva dos empresários, conforme se pode depreender da baixa pontuação obtida.

TABELA 6

Percepções dos atributos ambientais recursos turísticos e infra-estrutura local pelos empresários

Dimensões	Fatores	5	4	3	2	1	Média
Recursos turísticos	Atrativos Culturais	1	5	9	3	2	3,52
	Atrativos Naturais	8	10	6	1	0	3,48
	Acessibilidade	7	11	2	4	1	3,76
	Hospedagem (hotel e similar)	4	7	12	2	0	4,12
	Alimentação (restaurante ou similar)	6	4	11	4	0	4,28
	Entretenimento	4	5	8	8	0	3,88
Atributos ambientais	Clima	10	9	5	1	0	4,32
	Flora	11	11	2	1	0	3,96
	Fauna	10	6	3	5	0	4,16
	Água	14	6	4	1	0	3,92
	Relevo	7	12	4	2	0	3,48
	Comunidade Local	11	9	3	2	0	3,24
Infra Estrutura	Água de Abastecimento e Medidas Para Seu Uso Racional	7	11	5	2	0	3,72
	Águas Residuais (esgoto) Coleta/Tratamento	2	12	7	4	0	3,80
	Lixo,Reciclagem, Coleta Tratamento e Disposição Final	3	6	11	4	1	3,44
	Suplemento de Energia e Medidas Para Seu Uso Racional	6	11	5	1	2	3,72
	Trânsito, Qualidade do Ar e Ruídos	6	11	6	1	1	4,00
	Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano	4	11	3	6	1	3,50
	Medidas de Proteção Ambiental	7	9	5	3	1	4,05

Fonte: Dados da Pesquisa

4.4.2.4 - Resultados da pesquisa com os turistas convencionais

A TAB. 7 apresenta os resultados das avaliações dos turistas convencionais relacionadas às dimensões pesquisadas. Na dimensão Recursos Turísticos, o item pior avaliado foi Atrativos Culturais (2,92 pontos) e isto pode ter ocorrido pelo fato da maioria dos turistas estarem habituados a uma vida cultural intensa nas suas cidades de origem. O melhor avaliado foi Atrativos Naturais que obteve 4,00 pontos. A média desta dimensão foi de 3,84 pontos.

A dimensão Atributos Ambientais obteve a média de 3,85 pontos sendo a melhor avaliação das três dimensões. Os itens Clima e Flora (4,22 pontos) foram os melhores avaliados dentre todos os itens. Isto mostra que os turistas convencionais se sentem também satisfeitos com o clima agradável e com a flora da região. A pior avaliação desta dimensão foi para a Fauna que obteve 3,95 pontos. Talvez, essa avaliação seja pelo fato da pouca informação a respeito desse atributo na região.

A dimensão Infra Estrutura obteve a média de 3,75 pontos sendo a pior avaliação das três dimensões. O item melhor avaliado foi Trânsito, Qualidade do Ar e Ruídos com 4,04 pontos. Talvez, pelo fato da maioria desses turistas compararem esse atributo com suas respectivas cidades de origem. A pior avaliação desta dimensão foi para Lixo, reciclagem, coleta, tratamento e disposição final que obteve 3,25 pontos. Esse atributo apresenta, no olhar do turista convencional, necessidade de melhorar a gestão dos resíduos sólidos.

TABELA 7

Percepções dos atributos ambientais recursos turísticos e infra-estrutura local pelos turistas convencionais

Dimensões	Fatores	5	4	3	2	1	Média
Recursos turísticos	Atrativos Culturais	10	25	31	21	16	2,92
	Atrativos Naturais	48	44	24	6	4	4,00
	Acessibilidade	31	42	35	13	4	3,66
	Hospedagem (hotel e similar)	25	49	32	13	4	3,63
	Alimentação (restaurante ou similar)	30	46	29	11	7	3,66
	Entretenimento	28	46	26	16	6	3,61
Atributos ambientais	Clima	59	42	19	6	0	4,22
	Flora	63	38	19	8	0	4,22
	Fauna	49	36	27	11	2	3,95
	Água	61	39	18	8	1	4,19
	Relevo	55	43	16	11	1	4,11
	Comunidade Local	44	41	29	7	1	3,98
Infra Estrutura	Água de Abastecimento e Medidas Para Seu Uso Racional	28	51	25	12	7	3,66
	Águas Residuais (esgoto) Coleta/Tratamento	22	44	33	15	13	3,37
	Lixo,Reciclagem, Coleta Tratamento e Disposição Final	20	34	39	19	12	3,25
	Suplemento de Energia e Medidas Para Seu Uso Racional	37	43	26	9	9	3,73
	Trânsito, Qualidade do Ar e Ruídos	56	33	26	8	3	4,04

Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano	20	46	32	18	8	3,42
Medidas de Proteção Ambiental	27	48	25	16	8	3,56

Fonte: Dados da Pesquisa

4.4.3 – Análise comparativa das opiniões dos quatro grupos estudados

Os resultados das pesquisas são analisados comparando as opiniões emitidas sobre as três dimensões pelos grupos pesquisados.

4.4.3.1 – Análise comparativa das opiniões dos quatro grupos estudados em relação aos Recursos Turísticos.

O GRAF. 20 apresenta os resultados das avaliações dos recursos turísticos. Como se pode observar, os Atrativos Culturais foram um dos piores avaliados por todos os grupos. Isto indica necessidade de estimular e organizar atrativos culturais que beneficiem tanto os turistas como também os residentes.

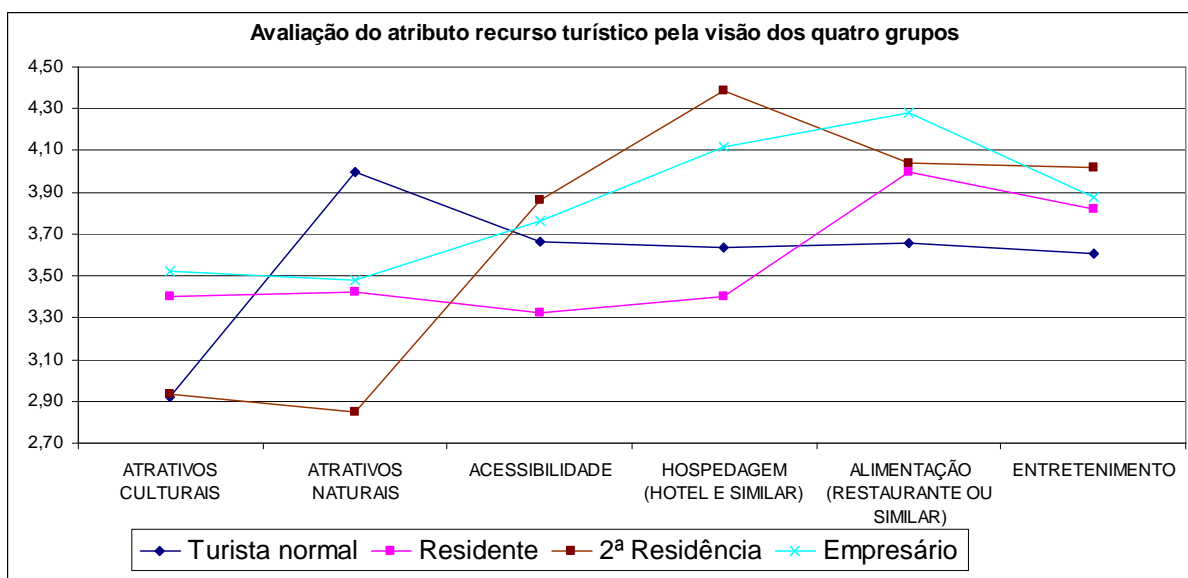


GRÁFICO 20 – Avaliação dos atributos referentes aos recursos turísticos

Fonte: Dados da Pesquisa

Os atrativos naturais são bem avaliados pelos turistas convencionais o que favorece o turismo de natureza. Os turistas de segunda residência deram para esses atrativos a pior

avaliação (2,85 pontos), algo difícil de entender, pois o normal é eleger para uma segunda residência um local onde se valoriza as qualidades ambientais.

Nos itens Acessibilidade, Hospedagem (Hotel e Similar), Alimentação (Restaurante ou Similar) e Entretenimento não houve grande discrepância entre as avaliações dos quatro grupos.

A pior média das avaliações desta dimensão foi dada pelos residentes (3,56 pontos) como pode ser observado no GRAF. 21 e na TAB. 8.

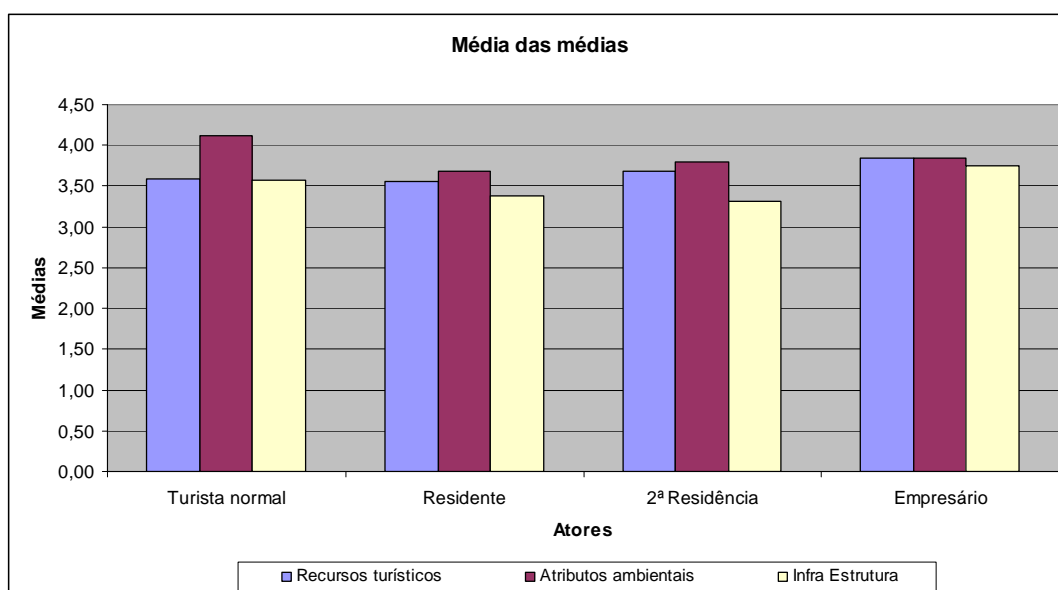


GRÁFICO 21 – Média da Avaliação dos grupos pesquisados
Fonte: Dados da Pesquisa

Na TAB. 8 também se observa que a avaliação média dos turistas convencionais foi de 3,58 pontos, valor entre regular e bom para recursos turísticos e infra-estrutura. Isto sugere que deva haver maiores investimentos na melhoria dos itens dessas duas dimensões, pois todos eles são fundamentais para o desenvolvimento do turismo na região.

TABELA 8

Comparação das médias entre os grupos pesquisados

Dimensões/Grupos	Turista convencional	Residente	Turista 2ª Residência	Empresário
Recursos turísticos	3,58	3,56	3,68	3,84
Atributos ambientais	4,11	3,69	3,80	3,85
Infra Estrutura	3,58	3,38	3,31	3,75

Fonte: Dados da Pesquisa

4.4.3.2 – Análise comparativa das opiniões dos quatro grupos estudados em relação aos Atributos Ambientais.

O GRAF. 22 apresenta os resultados das avaliações dos atributos ambientais. Como se pode observar, o item Comunidade Local foi um dos piores avaliados por todos os grupos. Isto indica necessidade de estimular maior integração entre os diversos públicos que visitam a região e a população local, no sentido de minimizar os impactos que existam ou possam existir entre os vários grupos.

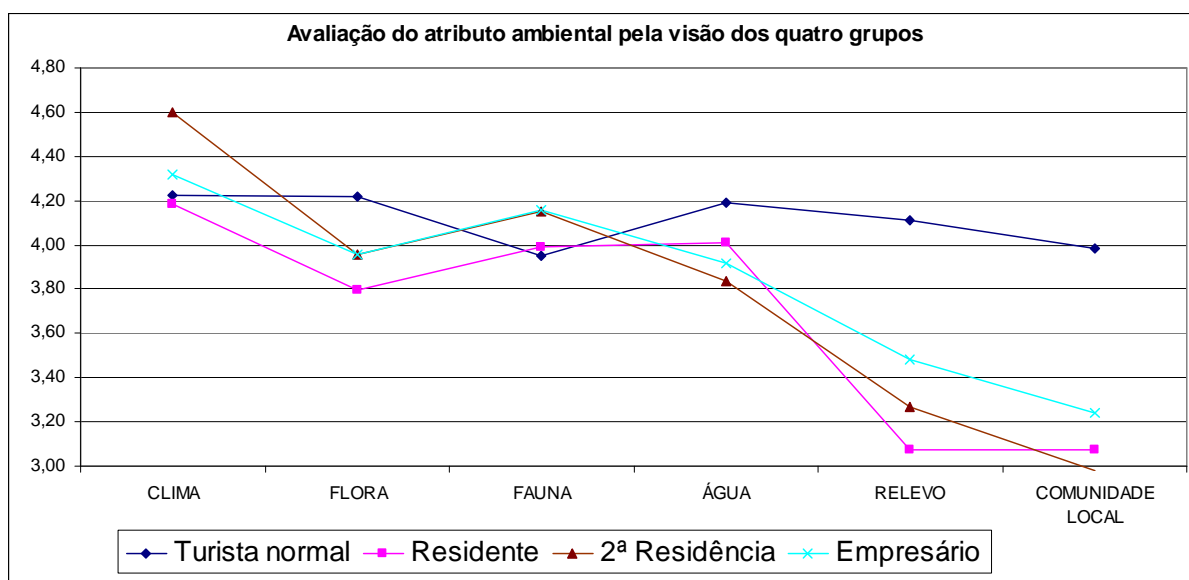


GRÁFICO 22 – Avaliação dos atributos ambientais
Fonte: Dados da Pesquisa

Os itens Relevô e Comunidade Local apresentaram maior discrepância entre as avaliações dos grupos de turistas de segunda residência, residentes e empresários em relação aos turistas convencionais, o que indica que deva haver uma relação insatisfatória dos grupos que mais convivem no destino turístico.

Os atributos Clima, Flora e Fauna são bem avaliados pelos residentes, turistas de segunda residência e empresários, o que comprova o potencial do turismo de natureza. Os turistas convencionais deram para os atributos Água e Relevô a sua segunda melhor avaliação

(4,19 e 4,11 pontos, respectivamente), somente a Fauna e Comunidade Local foram pior avaliadas.

Os Atributos Ambientais foram a dimensão melhor avaliada por todos grupos pesquisados.

4.4.3.3 – Análise comparativa das opiniões dos quatro grupos estudados em relação à Infra-estrutura.

O GRAF. 23 apresenta os resultados das avaliações da infra-estrutura. Como se pode observar, o Lixo e a Arquitetura, Urbanismo e Planejamento Urbano foram pior avaliados por todos os grupos.

As medidas de proteção ambiental, águas residuais (esgoto), trânsito, qualidade do ar e ruídos são bem avaliados por todos os grupos pesquisados o que favorece o turismo de forma geral na região. Os turistas de segunda residência deram para os atributos lixo e arquitetura e planejamento urbano sua pior avaliação (3,08 e 2,71 pontos).

Esta dimensão foi a pior avaliada por todos os grupos pesquisados (Ver TABELA 8), o que mostra gestão pública ineficiente.

Partindo das definições de Magalhães (2002) acerca do desenvolvimento sustentável, pode-se dizer que o entendimento de uma intervenção equilibrada dos gestores públicos e privados sobre tais atributos possa de fato contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

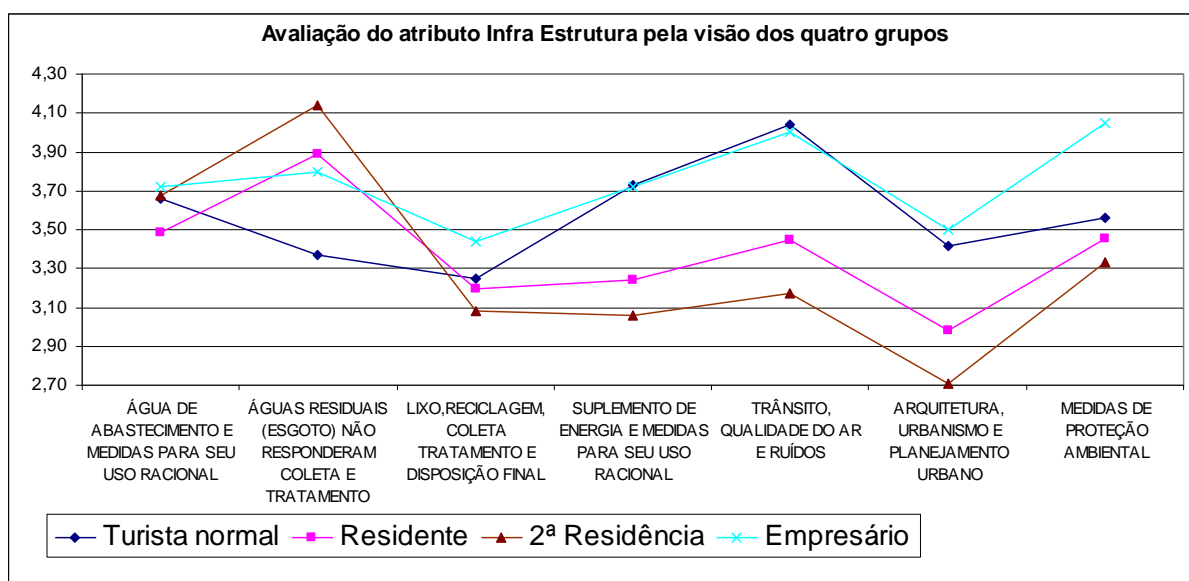


GRÁFICO 23 – Avaliação dos atributos referente à infra-estrutura local
Fonte: Dados da Pesquisa

4.5 Opiniões sobre desenvolvimento do turismo no entorno dos reservatórios

A opinião dos vários grupos sobre o desenvolvimento do turismo caracterizou-se pelo grande número de não-resposta. Isto, de certa forma, mostra algum desinteresse sobre os 25 itens que tratam do tema. A seguir, analisa-se a opinião dos grupos estudados.

4.5.1 – Percepções dos turistas em relação ao desenvolvimento do turismo

A TAB. 9 mostra a percepção dos 138 turistas convencionais em relação ao desenvolvimento do turismo. As qualidades da paisagem, incluindo a preservação da mata ciliar e a qualidade de água de banho, receberam a melhor avaliação. Isto não condiz com a realidade que mostra erosão e falta de mata ciliar no entorno dos reservatórios de Itutinga e de Camargos. O acesso público ao lago obteve a terceira melhor média com (3,88 pontos), mesmo o turista tendo de pagar em alguns casos como no *camping* da Vila da CEMIG (conhecida como Prainha). Os itens ecoturismo e esportes de aventuras receberam avaliações de 3,44 pontos e 3,42 pontos, respectivamente, valores menores em relação à média geral. O número de pessoas que não respondeu é muito elevado (52 e 53), considerando que o destino caracteriza-se por atividades turísticas nesses segmentos. Os piores itens avaliados referem-se à contribuição da prefeitura para o desenvolvimento do turismo (2,81 pontos), às ações

educativas relacionadas ao meio ambiente (com 3,05 pontos), ao *playground* e entretenimento para crianças (com 3,00 pontos) e ao incentivo para investimento no turismo local (com 2,91 pontos). Com avaliação semelhante encontram-se: turismo científico e educacional, informações turísticas e divulgação local.

Os itens diretamente relacionados às atividades turísticas que tiveram avaliação entre regular e bom foram estrutura para utilização de barcos (com 3,74 pontos), pesca (com 3,81 pontos), áreas de *picnic* (com 3,88 pontos) e áreas de *camping* (com 3,83 pontos). A percepção do turista convencional apresentou a segunda maior média geral entre os quatro grupos pesquisados, com 3,47 pontos. Dos 138 turistas, boa parte não soube ou não quis responder às questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

TABELA 9

Percepções dos turistas convencionais em relação ao desenvolvimento do turismo

GRUPO: TURISTA CONVENCIONAL							
ITENS	5	4	3	2	1	NS	MÉDIA
ECOTURISMO	14	33	23	9	7	52	3,44
TURISMO CIENTÍFICO E EDUCACIONAL	10	26	22	13	12	55	3,11
ESPORTE DE AVENTURAS	17	28	19	16	5	53	3,42
CANOAGEM	15	25	22	12	7	57	3,36
ESTRUTURA PARA UTILIZAÇÃO DE BARCOS	28	34	15	8	7	46	3,74
PESCA	26	39	14	4	7	48	3,81
ACESSO PÚBLICO AOS LAGOS	32	36	12	8	5	45	3,88
PRAIAS	17	30	18	4	10	59	3,51
ÁREAS DE CAMPING	24	35	23	5	2	49	3,83
ÁREAS DE PICNIC	26	36	17	7	2	50	3,88
PLAYGROUND E ENTRETENIMENTO PARA CRIANÇAS	12	24	17	16	16	53	3,00
ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE OU SIMILAR)	27	26	26	6	7	46	3,65
INFRAESTRUTURA INTERNA DE SANEAMENTO COMO: BANHEIROS E LIXEIRAS	20	36	18	7	13	44	3,46
QUALIDADE DE AGUA DE BANHO	24	54	10	4	6	40	3,88
QUALIDADE DA PAISAGEM (INCLUINDO MATA CILIAR)	47	30	18	1	1	41	4,25
PRESERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA NATURAL (INCLUSIVE AQUÁTICA)	32	28	20	6	3	49	3,90
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL (FOLHETOS, MAPAS, ETC).	16	19	21	17	18	47	2,98
RELACIONAMENTO ENTRE RESIDENTES E TURISTAS	29	35	16	4	6	48	3,86
INCENTIVO PARA INVESTIMENTO EM TURISMO NO LOCAL	12	20	23	16	18	49	2,91
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	9	27	26	15	12	49	3,07
CONTRIBUIÇÃO DA CEMIG PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	21	21	16	11	13	56	3,32
CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	7	22	16	13	19	61	2,81
BENEFÍCIO DO TURISMO PARA MELHORIA DA QUAL. DE VIDA DOS RESIDENTES	13	31	23	5	13	53	3,31
GESTÃO E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	15	28	18	9	14	54	3,25
AÇÕES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	13	24	15	10	18	58	3,05
	MÉDIA GERAL						3,47

Fonte: Dados da Pesquisa

4.5.2 – Percepções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo

A TAB. 10 mostra a percepção dos 102 residentes em relação ao desenvolvimento do turismo. A qualidade da água de banho (4,12 pontos) e a qualidade da paisagem, incluindo a preservação da mata ciliar (4,17 pontos) receberam a melhor avaliação. Isto demonstra que a população local está satisfeita e inserida nas questões dos reservatórios da CEMIG. A preservação da fauna e flora natural, inclusive aquática, obteve a quarta melhor média com 3,82 pontos. Os itens ecoturismo e ações educativas relacionadas ao meio ambiente receberam avaliação de 3,44 pontos e 3,11 pontos, valores menores em relação à média geral. O número de pessoas que não responderam é, também, muito elevado (48 e 39), considerando que o município se destaca pela riqueza dos seus atrativos naturais e pelas atividades turísticas nesses segmentos. Os piores itens avaliados referem-se às informações turísticas e à divulgação do local (folhetos, mapas, etc.) com 2,72 pontos, *playground* e entretenimento para crianças com 2,82 pontos e incentivo para investimento em turismo no local com 2,86 pontos. Com avaliação semelhante, encontram-se: contribuição da prefeitura para desenvolvimento do turismo com 2,91 pontos e turismo científico e educacional com 2,98 pontos. Os itens diretamente relacionados às atividades turísticas que tiveram avaliação entre regular e bom foram áreas de *camping* com 3,65 pontos, áreas de *picnic* com 3,58 pontos, acesso público aos lagos com 3,54 pontos e estrutura para utilização de barcos com 3,49 pontos.

TABELA 10

Percepções dos residentes em relação ao desenvolvimento do turismo

GRUPO: RESIDENTE							
ÍTEMS	5	4	3	2	1	NS	MÉDIA
ECOTURISMO	9	20	17	2	6	48	3,44
TURISMO CIENTÍFICO E EDUCACIONAL	5	12	19	13	5	48	2,98
ESPORTE DE AVENTURAS	12	23	23	4	6	34	3,46
CANOAGEM	15	22	19	1	8	37	3,54
ESTRUTURA PARA UTILIZAÇÃO DE BARCOS	18	20	25	5	7	27	3,49
PESCA	25	27	25	2	5	18	3,77
ACESSO PÚBLICO AOS LAGOS	22	20	26	6	7	21	3,54
PRAIAS	6	17	13	8	4	54	3,27
ÁREAS DE CAMPING	19	27	27	4	4	21	3,65
ÁREAS DE PICNIC	21	21	24	4	7	25	3,58
PLAYGROUND E ENTRETENIMENTO PARA CRIANÇAS	7	10	17	12	11	45	2,82
ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE OU SIMILAR)	13	18	29	10	7	25	3,26
INFRAESTRUTURA INTERNA DE SANEAMENTO COMO: BANHEIROS, LIXEIRAS E OUTROS	6	20	35	10	5	26	3,16
QUALIDADE DE AGUA DE BANHO	32	34	14	1	2	19	4,12
QUALIDADE DA PAISAGEM (INCLUINDO MATA CILIAR)	34	28	18	1	0	21	4,17
PRESERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA NATURAL (INCLUSIVE AQUÁTICA)	19	35	17	5	2	24	3,82
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL (FOLHETOS, MAPAS, ETC).	5	13	22	14	14	34	2,72

RELACIONAMENTO ENTRE RESIDENTES E TURISTAS	22	26	18	3	4	29	3,81
INCENTIVO PARA INVESTIMENTO EM TURISMO NO LOCAL	8	15	25	16	13	25	2,86
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	8	19	26	14	10	25	3,01
CONTRIBUIÇÃO DA CEMIG PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	11	21	19	11	11	29	3,14
CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	9	16	29	11	15	22	2,91
BENEFICIO DO TURISMO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS RESIDENTES	14	23	23	8	8	26	3,36
GESTÃO E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	12	18	16	12	10	34	3,15
AÇÕES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	13	10	21	9	10	39	3,11
	MÉDIA GERAL						3,37

Fonte: Dados da Pesquisa

A percepção do residente apresentou a segunda menor média geral entre os quatro grupos pesquisados, com 3,37 pontos. Por outro lado, foi o grupo com segundo maior percentual de não-respondentes em relação à amostra. Na média, dos 102 residentes que participaram da pesquisa, 34 não responderam ou não souberam responder às questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

4.5.3 – Percepções dos turistas de segunda residência em relação ao desenvolvimento do turismo

A TAB. 11 mostra a percepção dos 50 turistas de segunda residência em relação ao desenvolvimento do turismo. A qualidade de água de banho, a qualidade da paisagem, incluindo a preservação da mata ciliar, e a estrutura para utilização de barcos receberam a melhor avaliação. Conforme já dito anteriormente, a qualidade da paisagem, especialmente a mata ciliar, não condiz com a realidade que mostra significativos trechos de forte degradação, principalmente no reservatório de Camargos. O relacionamento entre residentes e turistas obteve quarta melhor média com 3,72 pontos, o que evidencia impactos positivos do turismo na região. Os itens canoagem, praias e informações turísticas e divulgação local receberam avaliação de 2,98 pontos, 3,08 pontos e 2,52 pontos, respectivamente, valores menores em relação à média geral. O número de pessoas que não responderam é muito menor comparado aos turistas convencionais e residentes (10, 11 e 6), apesar da amostra ser menor. Os piores itens avaliados referem-se a *playground* e entretenimento para crianças com 2,33 pontos e contribuição da prefeitura para o desenvolvimento do turismo com 2,27 pontos. Com avaliação semelhante encontram-se: turismo científico e educacional e incentivo para investimento em turismo no local.

TABELA 11

Percepções dos turistas de segunda residência em relação ao desenvolvimento do turismo

GRUPO: TURISTA 2ª RESIDENCIA							
ITENS	5	4	3	2	1	NS	MÉDIA
ECOTURISMO	11	8	7	7	8	9	3,17
TURISMO CIENTÍFICO E EDUCACIONAL	7	6	6	7	12	12	2,71
ESPORTE DE AVENTURAS	11	12	6	6	7	8	3,33
CANOAGEM	8	10	4	9	9	10	2,98
ESTRUTURA PARA UTILIZAÇÃO DE BARCOS	18	11	4	7	4	6	3,73
PESCA	12	13	6	5	5	9	3,54
ACESSO PÚBLICO AOS LAGOS	12	15	6	6	3	8	3,64
PRAIAS	6	11	10	4	8	11	3,08
ÁREAS DE CAMPING	7	15	6	7	5	10	3,30
ÁREAS DE PICNIC	6	13	9	8	7	7	3,07
PLAYGROUND E ENTRETENIMENTO PARA CRIANÇAS	2	7	9	9	15	8	2,33
ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE OU SIMILAR)	3	10	10	10	10	7	2,67
INFRAESTRUTURA INTERNA DE SANEAMENTO COMO: BANHEIROS, LIXEIRAS E OUTROS	8	9	4	8	13	8	2,79
QUALIDADE DE AGUA DE BANHO	19	17	3	3	1	7	4,16
QUALIDADE DA PAISAGEM (INCLUINDO MATA CILIAR)	24	12	4	1	1	8	4,36
PRESERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA NATURAL (INCLUSIVE AQUÁTICA)	16	9	12	3	1	9	3,88
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL (FOLHETOS, MAPAS, ETC).	5	6	11	7	15	6	2,52
RELACIONAMENTO ENTRE RESIDENTES E TURISTAS	9	19	11	2	2	7	3,72
INCENTIVO PARA INVESTIMENTO EM TURISMO NO LOCAL	3	7	8	10	14	8	2,40
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2	8	12	12	10	6	2,55
CONTRIBUIÇÃO DA CEMIG PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	4	8	9	10	14	5	2,51
CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	1	7	9	13	14	6	2,27
BENEFICIO DO TURISMO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS RESIDENTES	9	10	10	5	8	8	3,17
GESTÃO E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	2	9	11	12	8	8	2,64
AÇÕES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	3	9	10	12	10	6	2,61
	MÉDIA GERAL						3,09

Fonte: Dados da Pesquisa

Os itens diretamente relacionados às atividades turísticas que tiveram avaliação entre regular e bom foram preservação da fauna e flora natural com 3,88 pontos, pesca com 3,54 pontos, esportes de aventura com 3,33 pontos, áreas de *picnic* com 3,07 pontos e áreas de *camping* com 3,30 pontos. A percepção do turista de segunda residência apresentou a menor média geral entre os quatro grupos pesquisados, com 3,09 pontos. Na média, dos 50 turistas de segunda residência, apenas 9 não responderam ou não souberam responder às questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo, o que mostra que esse grupo está mais familiarizado com os benefícios e impactos positivos do turismo.

4.5.4 – Percepções dos empresários em relação ao desenvolvimento do turismo

A TAB. 12 mostra a percepção dos 25 empresários em relação ao desenvolvimento do turismo. A pesca, preservação da fauna e flora natural, qualidade de água de banho e a qualidade da paisagem receberam a melhor avaliação. Esse resultado mostra a dependência desses atores em relação ao turismo. Esportes de aventura e canoagem obtiveram boa pontuação com 4,05 pontos e 4,16 pontos, respectivamente, o que sinaliza maior confiança desses atores em relação ao potencial fluxo turístico para região. Dentre os vinte e cinco itens pesquisados, vários ficaram acima da média, entre eles: acesso público aos lagos, gestão e programas de preservação ambiental e relacionamento entre residentes e turistas. Dentre os quatro grupos pesquisados, os empresários foram os mais participativos em relação ao número de entrevistados que não responderam ou que não souberam responder a esse bloco da pesquisa. Os piores itens avaliados referem-se à contribuição da prefeitura para desenvolvimento do turismo com 3,28 pontos e *playground* e entretenimento para crianças com 3,39 pontos. Com avaliação semelhante encontram-se: incentivo para investimento no turismo local e ações educativas relacionadas ao meio ambiente. Os itens diretamente relacionados às atividades turísticas que tiveram avaliação entre bom e ótimo foram: esportes de aventuras com 4,05 pontos, canoagem com 4,16 pontos, informações turísticas e divulgação no local com 3,80 pontos. A percepção dos empresários apresentou a melhor média geral entre os quatro grupos pesquisados com 3,98 pontos. Na média, dos 25 empresários respondentes, apenas 7 não responderam ou não souberam responder às questões relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

TABELA 12

Percepções dos empresários em relação ao desenvolvimento do turismo

GRUPO: EMPRESARIO							
ITENS	5	4	3	2	1	NS	MÉDIA
ECOTURISMO	6	6	3	0	1	9	4,00
TURISMO CIENTÍFICO E EDUCACIONAL	5	4	4	5	0	7	3,50
ESPORTE DE AVENTURAS	9	5	4	2	0	5	4,05
CANOAGEM	8	7	3	1	0	6	4,16
ESTRUTURA PARA UTILIZAÇÃO DE BARCOS	7	8	0	4	0	6	3,95
PESCA	12	6	1	0	0	6	4,58
ACESSO PÚBLICO AOS LAGOS	6	9	3	0	0	7	4,17
PRAIAS	4	5	2	0	0	14	4,18
ÁREAS DE CAMPING	6	8	1	0	0	10	4,33
ÁREAS DE PICNIC	9	7	1	1	0	7	4,33
PLAYGROUND E ENTRETENIMENTO PARA CRIANÇAS	3	5	6	4	0	7	3,39
ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE OU SIMILAR)	5	8	5	1	0	6	3,89
INFRAESTRUTURA INTERNA DE SANEAMENTO COMO: BANHEIROS, LIXEIRAS E OUTROS	5	5	7	2	0	6	3,68
QUALIDADE DE AGUA DE BANHO	6	13	0	0	0	6	4,32
QUALIDADE DA PAISAGEM (INCLUINDO MATA CILIAR)	11	7	0	0	0	7	4,61
PRESERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA NATURAL (INCLUSIVE AQUÁTICA)	10	9	0	0	0	6	4,53
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL (FOLHETOS, MAPAS, ETC).	6	7	5	1	1	5	3,80
RELACIONAMENTO ENTRE RESIDENTES E TURISTAS	8	7	1	0	1	8	4,24
INCENTIVO PARA INVESTIMENTO EM TURISMO NO LOCAL	6	3	1	5	2	8	3,35
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	6	4	4	4	0	7	3,67
CONTRIBUIÇÃO DA CEMIG PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	6	6	3	3	1	5	3,68
CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	3	4	7	3	1	7	3,28
BENEFICIO DO TURISMO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS RESIDENTES	4	8	4	1	0	8	3,88
GESTÃO E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	5	10	2	1	0	7	4,06
AÇÕES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	5	7	6	1	0	6	3,84
MÉDIA GERAL							3,98

Fonte: Dados da Pesquisa

4.5.5 – Comparação entre opiniões dos 4 grupos referente ao desenvolvimento do turismo

A TAB. 13 mostra a avaliação comparativa dos resultados. A grande quantidade de itens da avaliação não respondidos compromete a análise dos dados e mostra, de certa forma, falta de conscientização para o desenvolvimento do turismo por parte das pessoas entrevistadas. Ainda assim, a análise das opiniões dos que responderam é necessária, pois contribui para conhecer e aprimorar o desenvolvimento do turismo local. Os piores itens avaliados por todos os grupos foram, principalmente, os relacionados diretamente com a gestão pública do turismo: *playground* e entretenimento para crianças, incentivo para investimento em turismo no local e contribuição da prefeitura para desenvolvimento do

turismo. A avaliação da contribuição da CEMIG, empresa responsável pela gestão dos reservatórios para o turismo, também deixa a desejar, recebendo médias que vão de 2,51 pontos a 3,68 pontos.

TABELA 13

Avaliação dos atributos referentes ao desenvolvimento do turismo

AVALIAÇÃO DOS ATRIBUTOS PELA VISÃO DOS QUATRO GRUPOS	TURISTA	RESIDENTE	T.2º RESID.	EMPRES.
ECOTURISMO	3,44	3,44	3,17	4,00
TURISMO CIENTÍFICO E EDUCACIONAL	3,11	2,98	2,71	3,50
ESPORTE DE AVENTURAS	3,42	3,46	3,33	4,05
CANOAGEM	3,36	3,54	2,98	4,16
ESTRUTURA PARA UTILIZAÇÃO DE BARCOS	3,74	3,49	3,73	3,95
PESCA	3,81	3,77	3,54	4,58
ACESSO PÚBLICO AOS LAGOS	3,88	3,54	3,64	4,17
PRAIAS	3,51	3,27	3,08	4,18
ÁREAS DE CAMPING	3,83	3,65	3,30	4,33
ÁREAS DE PICNIC	3,88	3,58	3,07	4,33
PLAYGROUND E ENTRETENIMENTO PARA CRIANÇAS	3,00	2,82	2,33	3,39
ALIMENTAÇÃO (RESTAURANTE OU SIMILAR)	3,65	3,26	2,67	3,89
INFRAESTRUTURA INTERNA DE SANEAMENTO COMO: BANHEIROS, LIXEIRAS E OUTROS	3,46	3,16	2,79	3,68
QUALIDADE DE AGUA DE BANHO	3,88	4,12	4,16	4,32
QUALIDADE DA PAISAGEM (INCLUINDO MATA CILIAR)	4,25	4,17	4,36	4,61
PRESERVAÇÃO DE FAUNA E FLORA NATURAL (INCLUSIVE AQUÁTICA)	3,90	3,82	3,88	4,53
INFORMAÇÕES TURÍSTICAS E DIVULGAÇÃO DO LOCAL (FOLHETOS, MAPAS, ETC).	2,98	2,72	2,52	3,80
RELACIONAMENTO ENTRE RESIDENTES E TURISTAS	3,86	3,81	3,72	4,24
INCENTIVO PARA INVESTIMENTO EM TURISMO NO LOCAL	2,91	2,86	2,40	3,35
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO LOCAL NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	3,07	3,01	2,55	3,67
CONTRIBUIÇÃO DA CEMIG PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	3,32	3,14	2,51	3,68
CONTRIBUIÇÃO DA PREFEITURA PARA DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	2,81	2,91	2,27	3,28
BENEFICIO DO TURISMO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS RESIDENTES	3,31	3,36	3,17	3,88
GESTÃO E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	3,25	3,15	2,64	4,06
AÇÕES EDUCATIVAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE	3,05	3,11	2,61	3,84
MEDIA DA MEDIAS	3,47	3,37	3,09	3,98

Fonte: Dados da Pesquisa

O grupo dos empresários foi o que melhor avaliou o conjunto de itens em questão. A média de 3,98 pontos (ver TAB. 13) significa que para este grupo o desenvolvimento do turismo é bom. A boa avaliação pode ter ocorrido devido à visão otimista dos empresários que podem estar vivenciando crescimento do turismo ou como medida de precaução para protegerem seus negócios.

Os turistas de segunda residência foram os que pior avaliaram o conjunto de itens acima citados (média 3,09 pontos). Talvez, por frequentarem mais assiduamente o local sem se sentirem pertencentes ao mesmo, tenham uma visão mais crítica sobre a situação ou mesmo por prováveis desgastes que possam surgir dessas visitas frequentes.

A avaliação dos residentes e turistas convencionais com média de 3,37 pontos e de 3,47 pontos, respectivamente, sugere serem necessárias melhorias nos itens avaliados.

Como no capítulo 4.4.2 em que as piores avaliações ocorreram na dimensão de infraestrutura, de responsabilidade da gestão pública, a avaliação sobre o desenvolvimento do turismo aponta também por gestão ineficiente neste setor.

5. CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo central efetuar análises, discussões e reflexões sobre o aproveitamento do turismo no entorno dos reservatórios de Itutinga e Camargos em Minas Gerais. Para isso, foram realizadas pesquisas exploratórias teóricas sobre desenvolvimento sustentável, gerenciamento de lagos e reservatórios, impactos decorrentes do turismo nos reservatórios e apresentadas algumas experiências nacionais e internacional.

A região estudada, situada em de Itutinga/MG, é possuidora de grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística. A pesquisa buscou conhecer e avaliar estas atividades, que vêm influenciando e modificando características do entorno dos reservatórios, a partir da óptica de quatro grupos direta ou indiretamente relacionados com estas atividades: turista convencional, turista de segunda residência, empresários e residentes. Buscou-se apresentar e discutir questões voltadas à sustentabilidade, com atributos divididos em três dimensões baseadas na metodologia adaptada do WTO (1993), Dowling (1993) e Gezici (2005), a saber: atributos ambientais, recursos turísticos e infra-estrutura.

Os atributos ambientais foram os melhores avaliados pelos quatro grupos, com 3,86, o que confirma a potencialidade dos mesmos para fins turísticos. Na dimensão recursos turísticos, os atrativos culturais foram o atributo pior avaliado pelos turistas convencionais tendo recebido avaliação pouco acima de regular pelos outros grupos. Isto indica que se deve incentivar e divulgar mais as manifestações culturais da região, o que é bastante viável uma vez que grande parte da população ainda mantém tradições religiosas e culturais típicas do interior mineiro. Percebeu-se, também, que as empresas turísticas locais, como a agência de turismo de aventura, e os meios de hospedagem têm interesse em divulgar aos turistas que chegam na região eventos relacionados à cultura, tais como: festas nas localidades de Caquende e Capela do Saco.

A dimensão de infra-estrutura foi a pior avaliada por todos os grupos pesquisados, o que indica carência de políticas de gestão pública para o melhoramento dos atributos constantes nessa dimensão. Verificou-se, por meio da pesquisa, que o aproveitamento de reservatórios para o turismo não é satisfatório devido à gestão pública ineficiente e à falta de vontade política, atributos pior avaliados por todos os grupos pesquisados. Nos resultados, ficam evidenciadas as piores avaliações na dimensão infra-estrutura, bem como no pequeno desenvolvimento do turismo motivado pela falta de incentivo ao investimento na região.

Este estudo lança reflexões sobre os impactos de empreendimentos hidroelétricos e respectivos aproveitamentos para a sustentabilidade das regiões impactadas pelas usinas. Os dados revelados pela pesquisa mostram que há necessidade urgente da concessionária de energia local criar maior sinergia com o poder público no sentido de melhorar o planejamento e o desenvolvimento econômico-social das regiões e das comunidades impactadas pelo seu negócio.

Pode-se concluir que a atividade turística, além de constituir uma oportunidade no progresso econômico e no desenvolvimento social e cultural, é um elemento de auxílio à proteção ambiental de uma determinada área. Acredita-se que a conservação da natureza, associada à qualidade da atividade turística, possa beneficiar, sobremaneira, a sustentabilidade local.

Procurou-se ainda, neste estudo, apresentar, na perspectiva de novos negócios e no negócio das concessionárias de energia, os aportes da literatura da área, sobretudo os que se referem às condicionantes legais para o aproveitamento do turismo nos reservatórios e os que se referem aos principais impactos decorrentes desse aproveitamento na população local.

Tomando por base as reflexões sobre as experiências nacionais e internacionais, constatamos que elas não apenas são inovadoras ao ramo de negócios das empresas de energia pesquisadas, como é imprescindível para a sua sustentabilidade, uma vez que o objetivo das concessionárias de energia está em atender com maior eficiência toda a sociedade, reduzindo custos e agregando valor a todos os públicos envolvidos na sua cadeia de valor. Conclui-se, então, que a maior contribuição das concessionárias de energia para o aproveitamento investigado é a integração que ela possibilita de todas as diferentes partes dessa cadeia produtiva. Seu papel, portanto, consiste em vincular de forma ordenada, lógica e integrada todos os envolvidos para o perfeito funcionamento dessa cadeia de abastecimento turístico, conferindo às empresas do segmento um fator de vantagem competitiva.

Como observador participante, o pesquisador percebeu que há muitos “jogos de interesse” na construção do discurso sobre impactos e aproveitamento do turismo no entorno do reservatórios de Itutinga e de Camargos. Foi possível perceber que uma pequena parte dos turistas de segunda residência despeja seus esgotos diretamente no lago, ao contrário da maioria que diz ter fossas sépticas e um elevado nível de conscientização ecológica. Uma alternativa para alterar esse quadro é a intervenção do poder público, em parceria com a Cemig, na conscientização dos cidadãos que investem na margem dos reservatórios, no aprimoramento da gestão e do planejamento ambiental e turístico e no estímulo ao

desenvolvimento de novas pesquisas sobre os comportamentos dos grupos de interesse envolvidos na questão.

Ficou claro, nas pesquisas realizadas, que há crescimento econômico da cidade de Itutinga, induzido pelo incremento no investimento imobiliário nos bairros que margeiam o reservatório de Camargos, principalmente nas margens dos municípios de Itutinga, Carrancas e Nazareno. Assim, esses novos atores irão impactar ainda mais a falta de infra-estrutura da região, que atualmente deixa a desejar.

A pesquisa mostrou que o desenvolvimento do turismo não é bem compreendido por grande parte das pessoas entrevistadas, pertencentes a todos os grupos pesquisados, devido à grande quantidade de não-respostas. Sugere-se a adoção de um programa de sensibilização de todas as comunidades (residentes e empresários) e dos turistas (convencionais e de segunda residência) sobre os benefícios e problemas decorrentes da atividade turística. Dentre os principais problemas, Souza (2006) cita os advindos das drogas, alcoolismo, acidentes náuticos e segurança no trânsito, dentre outros. A principal razão disso, consiste no fato de que há pouca divulgação do turismo e do lazer associado aos recursos hídricos de forma geral. Acredita-se que investir no público infantil e juvenil da macro-região, através da educação ambiental, possa reverter essa situação.

A pesquisa contribuiu de forma significativa para conhecer o perfil dos turistas que freqüentam a região, os impactos decorrentes do empreendimento hidroelétrico, a atividade turística local e os inúmeros atrativos que podem ser desenvolvidos de forma sustentável.

Acredita-se que o estudo constitui uma reflexão importante sobre como as concessionárias brasileiras podem acompanhar e implementar experiência similar à norte-americana. Um dos destaques é a experiência americana na Bacia do Rio Tennessee que acumula uma longa experiência em aproveitamento de reservatórios de usinas hidrelétricas para uso múltiplo. Esse aproveitamento comprova a necessidade de administrar com maior eficácia a água represada para sustentar o que os especialistas da Agência Nacional das Águas afirmam como necessário e imprescindível que ocorra nas bacias hidrográficas brasileiras (2005).

Novas perspectivas se abrem para o corpo acadêmico e inúmeras investigações serão necessárias para responder ao desafio de aproveitar, de forma sustentável, os reservatórios administrados pelas concessionárias de energia.

Acredita-se que o turismo pode ser considerado um instrumento importante para a conscientização, educação e conservação ambiental, com o objetivo de proteção e sustentação

de uma determinada região e todos os seus elementos inter-relacionados, bem como de melhoria na qualidade de vida das futuras gerações e, principalmente, da atual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.A. (1999). Turismo rural: uma estratégia de desenvolvimento via serviços. In: Turismo no espaço rural brasileiro. *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba, FEALQ.

ALMEIDA, J.A. et al. (1999). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Esalq: Piracicaba.

ALMEIDA, F. *O Bom Negócio da Sustentabilidade*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ANA, (Agência Nacional das Águas). *Turismo e o Lazer e sua interface com os Recursos Hídricos*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, Maio, 2005.

BALANÇO ENERGÉTICO NACIONAL 2007. Ano base 2006. Brasil. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética: Relatório final / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE, 2007. 192 p.

BANCO DE INFORMAÇÃO DE GERAÇÃO. *Capacidade de Geração do Brasil*. Disponível em <http://www.aneel.gov.br>. Acesso em 8 de dez 2007 às 16h 27 min.

BARBOSA, A. M.; Soares, J. V.; Medeiros, J. S *Subsídios para o planejamento em ecoturismo, na região do Médio Rio Grande (MG), utilizando geoprocessamento e sensoriamento remoto* In: Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 2035-2042. Disponível na biblioteca digital <<http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.19.20.07/doc/2035.pdf>> Acesso em: 07 de mar. 2007.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas - São Paulo: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

BAUER, Martin W.; George Gaskell ed.) *Pesquisa Qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*. Traduzido por Pedrinho Guareschi. - Petrópolis: Vozes, 2002.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo, Senac, 1997.

BENI, M. C. *Como certificar o Turismo Sustentável*. Turismo em Análise, São Paulo, v.14, n. 2, p. 5-16, nov. 2003.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIGNÉ, J. E.; FONT, X.; ANDREU, L. *Marketing de destinos turísticos: análisis y estrategias de desarrollo*. Madri: Esic, 2000.

BRASIL. Lei no 8.181, de 28 de março de 1991. Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, estabelece sua finalidade, competências e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 4 agosto 2007.

BRASIL. Decreto no 448, de 14 de fevereiro de 1992. Regulamenta dispositivos da Lei n. 8.181, de 28 de março de 1991 e dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <<https://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 4 agosto 2007.

BRASIL. Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos-PNRH e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGERH. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/>>. Acesso em: 4 agosto 2007.

BRASIL. Lei no 9.966 de 28 de abril de 2000. Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 4 agosto 2007.

BRASIL. Lei no. 9.984, de 17 de julho de 2000. Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Água - ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/>>. Acesso em: 4 agosto 2007.

BRIASSOULIS, Helen. *Sustainable tourism and the question of the commons*. Annals of Tourism Research, vol. 29, no.1, pp1065-1085: Elsevier Science.

BRUSEKE, Franz J. *O problema do desenvolvimento sustentável*. In: CAVALCANTI, C. (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAMPANHOLA, C. e SILVA, J.G. Panorama do turismo no espaço rural: Nova Oportunidade para o pequeno agricultor. In: Turismo no espaço rural brasileiro – *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba, Fealq. 1999.

CALLENBACH, E. *et al. Gerenciamento ecológico*. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARROL, John. *My house – other – second homes continue to gain in popularity* – Statistical Data Included. – American Demographics, New York, June 1, 2002.

COLUCCINI, Rodrigo. *Escarpas do Lago*. Disponível em: <<http://www.brasilmergulho.com/port/points/mg/escarpas/>> . Acesso em: 12 de out. 2007 – 19 h 04 min.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, *Gerência de Avaliação e Licenciamento Ambiental. UHE Camargos, Volume I, Relatório e Plano de Controle Ambiental Belo Horizonte*: Outubro/2006, 243p.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais, *Lazer e Turismo nos Reservatórios da CEMIG*, Belo Horizonte: Maio/2000, 148p.

COOPER, Chris. (org.) *Turismo, Princípios e Prática*. Traduzido por Roberto Cataldo Costa – 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. 3ª ed., Campinas: Papirus, 2002.

COSTA, S. S. *Lixo Mínimo - Uma Proposta Ecológica para Hotelaria*. São Paulo: Senac Nacional, 2004.

COSTANZA, R.; *Ecological economics: the science and management of sustainability*. New York: Columbia Press, 1991.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura, 1998.

DONAIRE, D. *Gestão Ambiental na Empresa*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DOWLING, R. 1993 An Environmentally-based Planning Model for Regional Tourism Development. *Journal of Sustainable Tourism* p.17-37.

DIAS, Reinaldo. *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Atlas, 2003a.

DIAS, Reinaldo. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Atlas, 2003b.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003c.

DILLON P.J. & RIGLER F.H. 1975. *A simple method for predicting the capacity of a lake for development based on lake trophic status*. *J. Fish. Res. Bd. Canada*, 32: 1519-1531.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. *Anuário estatístico/turístico*. Brasília, 1997.

EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/estrutura/embratur./>>. Acesso em 19 set. 2007. 15 h 04 min.

ENDRES, A. V. (1998). Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento. In: *Turismo em análise*. 9 (1): 37-50. São Paulo.

FERREIRA, L. C. (1996). Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da Cidadania. In: *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. FERREIRA, L.C. e VIOLA E. (autora). Campinas, Unicamp.

FLOYD, Jeremy. East Tennessee's Lakes: Beautiful Real Estate and Recreation Holrob Communities: Knoxville, Tennessee, 2007. Disponível em: <http://tncommunities.holrob.com/promo/about/>. Consultado em 20 de outubro de 2007.

FONTELES, José Osmar. *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Aleph, 2004.

GARCIA, Danilo. *Grutas e Mar de Minas*. Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br/destinosturisticos/>. Acesso em: 12 out. 2007 – 19 h 29 min.

GEZICI, F. Surdurulebilir Bolgesel Kalkinma Amacinda Turizm Eylemlerinin Etkisi: Turkiye Uzerine Karsilastirmali Bir Arastirma. PhD Dissertation. Istanbul Technical University, 1998.

GEZICI, F. Components of Sustainability. Two Cases from Turkey. *Annals of Tourism Research*, Vol. 33, Nº 2, pp. 442-455, 2005.

GIRARD, T. C.; GARTNER, William C. *Second Home Second View: host community perceptions*. *Annals of Tourism Research*. New York: Pergamnon Press, v.20, nº 4, 1993. p. 685-700.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, V. 35, n.3, p20-29 mai-jun. 1995.

GOELDNER, C., RITCHIE J. R. B., MCINTOSH, R. W. *Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOLDEMBERG, J. *Energia, meio ambiente e desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GONCALVES, L. C. *Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem*. São Paulo: Aleph, 2004.

GUTBERLET, J.; GUIMARÃES, P. C. V. *Desenvolvimento sustentável e Agenda 21: guia para sociedade civil, municípios e empresas*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2002.

HADDAD, Paulo R. *Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil. Cluster - Revista Brasileira de Competitividade*. Ano 01 - Nº2 agosto/novembro 2001. Belo Horizonte: Instituto Metas - Crescimento Empresarial, 2001.

HARRISON, L. (Ed.) *Environmental, health, and safety auditing handbook*. 2 ed. New York: McGraw-Hill, 1995.

HUGHES, George. *Indicadores Medio Ambientales*. Annals of Tourism Research en Español Vol. 4 no. p. 163-185. 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 19 de set. 2007 15 h 52 min.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. *Meios de hospedagem: requisitos para sustentabilidade*. Disponível em: <http://www.pcts.org.br>. Acesso em 12 de fevereiro de 2006.

IRVING, Marta. *Participação: questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento*. In: IRVING, Marta de ^a; AZEVEDO, Julia. Turismo: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002. P. 35-45.

IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources); Unep (United Nations Environment Programme); WWF (World Wildlife Found). *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*. Gland, Switzerland & Nairobi, Kenya: IUCN, Unep, WWF, 1980.

LEIPZIGER, D. *SA 8000 - O Guia Definitivo para a Nova Norma Social*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

LESANN, J. G.; LOCARNO, L.; LEITE, L.E.F. Patrimônio Natural de Tiradentes - MG: Um Patrimônio Ameaçado e Desconhecido. REUNA, Belo Horizonte, v.7 n. 3 p. 1-16 Set-Dez 2005.

LINDBERG, K. (edit). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo, In: SERRANO et. al. *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000, p. 105-130.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

MATHIS, A. *Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional*. Disponível em <<http://www.gpa21.org/publicacoes/8Instrumentos.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2006.

MERICO, K. F. K. *Políticas Públicas para a sustentabilidade*. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 251 – 262.

McKERCHER, B. *Turismo de Natureza: Planejamento e Sustentabilidade*. São Paulo: Contexto, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO - *Gerência de Segmentação da Secretaria de Políticas Públicas* – 2003.

MOREIRA, M. S. *Estratégia e implantação de sistema de gestão ambiental modelo ISSO 14000*. Belo Horizonte: EDG, 2001.

MUNASINGHE, M; MCNEELY, J. Keys concepts and terminology of sustainable development. In: MUNASINGHE, Mohan; SHEARER, Walter (Eds.) *Defining and measuring sustainability: the biogeophysical foundations*. Washington, DC: The United Nations University & the World Bank, 1995.

NETZ, S. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NORTHCOTE, J.; MACBETH, J. Conceptualizing Yield. *Sustainable Tourism Management. Annals of Tourism Research*, VCol. 33, nº 1, pp. 199-220, 2006.

NOVAES, W. (coord.). *Agenda 21 brasileira – Bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Turismo Internacional: uma Perspectiva Global*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. Porto Alegre/RS: Bookman, 2003.

PHILIPPI JR., A; ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C. (Eds.) *Curso de Gestão Ambiental* – São Paulo: Manole, 2004.

PIRES, B.C.C. (1999). *Gestão de agências de ecoturismo e sua inserção no contexto da sustentabilidade*. In: *Turismo – Visão e ação*. V. Florianópolis.

PIRES, Paulo S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2002.

QUEIROZ, Odaléia T.M.M. *Impactos das atividades turísticas em área de reservatório: uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da represa do lobo, município de Itirapina, SP*. 2000. 107f. Tese de Doutorado em (Ciências da Engenharia Ambiental). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

REZENDE, Jozrael Henriques. BOTTER, Rui Carlos. *Programa de Gestão de Resíduos e Efluentes para Marinas de Águas Interiores, Terminais Hidroviários de Passageiros e Embarcações de Turismo e Lazer em Reservatórios*. Jaú-SP, 2004. Nota Técnica. FATEC-JAHU, Faculdade de Tecnologia de Jaú.

RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). *Pesquisa Social: Métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

RUTHERFORD, I. *Use of models to link indicators of sustainable development*. In: MOLDAN, B.; BILHARZ, S. (Eds). *Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd., 1997.

RUSCHMANN, D.V.D.M. (1993). *Impactos ambientais do turismo ecológico no Brasil. Turismo em análise*. vol. 4. n.º. 1. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo.

RUSCHMAN, D. V. D. M. *Turismo e planejamento sustentável*. 7. ed. Campinas: Papirus, 1997. 200p.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo, Nobel, 1994.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2000, *apud* BENI, Mario Carlos. Como certificar o Turismo Sustentável. *Turismo em Análise*, São Paulo, v.14, n. 2, p. 5-16, nov. 2003.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. *Metodologia Científica: a construção do conhecimento*. – 5. Ed. revisada (conforme NBR 6.023/2000). – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SWARBROOKE, J. *Turismo Sustentável* (VOL. I, II, III e V). São Paulo: Aleph, 2000.

SEIFFERT, E. B. *ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental*. São Paulo:Atlas, 2005.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. *Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais*. São Paulo: USP/ Herder, 1971.

SILVA, J. GRAZIANO et al (1997). O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. *São Paulo em Perspectiva*, v.11, n.2, p.50-64.

SILVA, T.M. Jersone; TEIXEIRA, Luiz Antônio; BAHIA, T. Eduardo. *Mensuração da Qualidade Ambiental Percebida em Turismo de Segunda Residência: Um estudo exploratório*. XI Asamblea Anual Latino americana de Escuelas de Administración – CLADEA, 2005. Santiago – Chile, 2005.

SOUZA, Luiz Neves. *O turista de segunda residência e os impactos da atividade turística: o caso do balneário Escarpas do Lago em Capitólio – Minas Gerais*. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro Universitário UNA Belo Horizonte.

STRASKRABA, M.; TUNDISI, J. G.; *Diretrizes para o Gerenciamento de Lagos in: Gerenciamento da qualidade da água de represas*, Volume 9. Traduzido por Dino Vanucci. São Carlos: ILEC; IIE, 2000.

TACHIZAWA, T. *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa*. São Paulo: Atlas, 2005.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B.; CARVALHO, A. B. *Gestão Ambiental*. São Paulo: Makron Book, 2000.

TENNESSEE VALLEY AUTHORITY. Disponível em <<http://www.tva.com/river/recreation/>> Acesso em: 02 set. 2007.

TRENTIN, Fábila. *A apropriação do espaço pelo (eco) turismo no município de Bonito (1990)*. (a 2000). 2001. 107f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro Universitário de Ibero-Americano, São Paulo.

TULIK, Olga. *Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada*. São Paulo: Roca, 2001.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Portal UnB. Disponível em: http://www.unb.br/temas/desenvolvimento_sust/eco_92>. Acesso em 27 nov. 2007 06 h 59 min.

VALLE, C. E. Como se preparar para as normas ISO 14000 - *Qualidade Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

VIEIRA FILHO, N. A Q. *Tourism and Social Identity: An anthropological study in Lavras Novas, Ouro Preto, Brazil*. Manchester: The University of Manchester, (Ph.D thesis); 1999.
VITERBO JR., E. *Sistema Integrado de Gestão Ambiental*. 2ed. São Paulo: Aquariana, 1998.

YIN, Roberto K. *Case Study Research: design and methods*. Disponível em Http://www.eac.fea.usp.br/metodologia/estudo_caso.htm. Acesso em 21/05/2007
KINLAW, D. C. *Empresa competitiva e ecológica*. São Paulo: Makron Book, 1997.

WCED (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT). *Our common future*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1987.

WTO Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners. Madrid: World Tourism Organization, 1993.

APÊNDICE

- 1. Formulário da pesquisa estruturada aplicada junto aos turistas convencionais, de segunda residência, empresários e residentes; sendo que o bloco um comum a todos os atores e o bloco dois respectivo ao perfil de cada ator pesquisado. Anexo**

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Nº: _____

Data: ____/____/____ Hora: _____

Pesquisador: _____

INSTRUÇÕES: Este instrumento de coleta de dados objetiva o levantamento de informações relacionadas à percepção do turista sobre turismo nos Reservatórios de Camargos e Itutinga e seus entornos.

Não há resposta certa ou errada e sim a sua percepção sobre os itens perguntados.

É importante ressaltar que os dados coletados serão instrumentos de pesquisa e mantidos sem a identificação do respondente.

Certo da sua colaboração, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Leonado Locarno - Pesquisador

Mestrando em Turismo e Meio Ambiente – UNA-MG

Professor de Teorias da Administração do Centro Universitário UNA

Avalie os atributos relacionados ao turismo na região considerando que:

1- Péssimo

2- Ruim

3- Regular

4- Bom

5- Ótimo

Fator	Atributos	Pontos				
		1	2	3	4	5
Recursos turísticos	1.1- Atrativos culturais					
	1.2- Atrativos naturais					
	1.3- Acessibilidade					
	1.4- Hospedagem(hotel e similar)					
	1.5- Alimentação (restaurante e similar)					
	1.6- Entretenimento					
Atributos ambientais	2.1- Clima					
	2.2- Flora					
	2.3- Fauna					
	2.4- Água					
	2.5- Relevo					
	2.6- Comunidade local					
Infra-estrutura local	3.1- Água de abastecimento e medidas para seu uso racional					
	3.2- Águas residuais (esgoto) – coleta e tratamento					
	3.3- Lixo – reciclagem, coleta, tratamento e disposição final					
	3.4- Suplemento de energia e medidas para seu uso racional					
	3.5- Trânsito, qualidade do ar e ruído					
	3.6- Arquitetura, urbanismo e planejamento urbano					
	3.7- Medidas de proteção ambiental					

Avalie os aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo no entorno dos reservatórios, considerando que:

1- Péssimo

2- Ruim

3- Regular

4- Bom

5- Ótimo

NS- Não sabe/não respondeu

Atributos	Pontuação					
	1	2	3	4	5	NS
1. Ecoturismo						
2. Turismo científico e educacional						
3. Esporte de aventuras						
4. Canoagem						
5. Estrutura para utilização de barcos						
6. Pesca						
7. Acesso público aos lagos						
8. Praias						
9. Áreas camping						
10. Áreas picnic						
11. Playground e entretenimento para crianças						
12. Alimentação (restaurante e similar)						
13. Infra-estrutura interna de saneamento como: banheiros, lixeiras e outros						
14. Qualidade da água de banho						
15. Qualidade da paisagem (incluindo mata ciliar)						
16. Preservação da fauna e flora natural (inclusive aquática)						
17. Informações turísticas e divulgação do local (folhetos, mapas, etc.)						
18. Relacionamento residentes e turistas						
19. Incentivo para investimento em turismo no local						
20. Participação da população local no desenvolvimento do turismo						
21. Contribuição da Cemig para desenvolvimento do turismo						
22. Contribuição da prefeitura para desenvolvimento do turismo						
23. Benefício do turismo para melhoria da qualidade de vida dos residentes						
24. Gestão e programas de preservação ambiental						
25. Ações educativas relacionadas ao meio ambiente						

1- PERFIL DO TURISTA CONVENCIONAL

1.1) Origem: _____		UF: _____			
1.2) Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 20 a.	<input type="checkbox"/> De 21 a. 30	<input type="checkbox"/> De 31 a. 45.	<input type="checkbox"/> De 46 a. 60	<input type="checkbox"/> Acima de 61
1.3) Sexo:	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> F			
1.4) Estado Civil:					
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Outros		
1.5) Grau de escolaridade					
<input type="checkbox"/> Sem escolaridade	<input type="checkbox"/> Até 1º grau comp	<input type="checkbox"/> Até 2º grau comp.	<input type="checkbox"/> Superior		
<input type="checkbox"/> Pós grad. (MBA)	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado			
1.6) Profissão:					
<input type="checkbox"/> Emprego privado	<input type="checkbox"/> Emprego público	<input type="checkbox"/> Profissional liberal	<input type="checkbox"/> Empresário		
<input type="checkbox"/> Estudante					
1.7) Faixa de renda					
<input type="checkbox"/> até 2 SM	<input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 SM	<input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 SM	<input type="checkbox"/> Acima de 10 SM		
1.8) Onde está hospedado					
<input type="checkbox"/> Hotel/pousada no entorno do lago	<input type="checkbox"/> Camping	<input type="checkbox"/> Casa amigo/paren.	<input type="checkbox"/> Não está hospedado		
<input type="checkbox"/> Hotel/pousada na região	<input type="checkbox"/> Outro:.....				
1.9) Com quem está hospedado					
<input type="checkbox"/> Sozinho	<input type="checkbox"/> Casal	<input type="checkbox"/> Com a família	<input type="checkbox"/> Grupo de amigos		
<input type="checkbox"/> Excursão	<input type="checkbox"/> Grupo de estudo	<input type="checkbox"/> Outros: _____			
1.10) Motivo da viagem:					
<input type="checkbox"/> Passagem	<input type="checkbox"/> Negócios	<input type="checkbox"/> Lazer	<input type="checkbox"/> Estudo/Pesquisa		
<input type="checkbox"/> Descanso	<input type="checkbox"/> Outro:.....				
1.11) Visitou este local anteriormente					
<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim – uma vez	<input type="checkbox"/> Sim – entre 2 e 5 vezes	<input type="checkbox"/> Sim – mais de 6 vezes		
1.12) Tempo médio de permanência:					
<input type="checkbox"/> um dia	<input type="checkbox"/> De dois a três dias	<input type="checkbox"/> De três a sete dias	<input type="checkbox"/> Mais de sete dias		
1.13) O que influenciou sua escolha por este local:					
<input type="checkbox"/> Vídeo ou TV	<input type="checkbox"/> Folhetos	<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Jornal ou Revista		
<input type="checkbox"/> Ag. Viagem	<input type="checkbox"/> Placas /outdoor	<input type="checkbox"/> Parentes ou amigos	<input type="checkbox"/> Outros		
1.14) Durante sua estadia em quais atividades se envolve mais:					
<input type="checkbox"/> Caminhar	<input type="checkbox"/> Banho em ambiente natural	<input type="checkbox"/> Relaxar/descansar	<input type="checkbox"/> Apreciar a natureza		
<input type="checkbox"/> Pescar	<input type="checkbox"/> Aprender sobre a região	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Outra:.....		

Espaço caso deseje fazer mais algum comentário sobre o turismo no local;

2 -PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA

1.1) Residência fixa _____ UF: _____					
1.2) Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 20 a.	<input type="checkbox"/> De 21 a. 30	<input type="checkbox"/> De 31 a. 45.	<input type="checkbox"/> De 46 a. 60	<input type="checkbox"/> Acima de 61
1.3) Sexo:	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> F			
1.4) Estado Civil:					
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Outros		
1.5) Grau de escolaridade					
<input type="checkbox"/> Sem escolaridade	<input type="checkbox"/> Até 1º grau comp	<input type="checkbox"/> Até 2º grau comp.	<input type="checkbox"/> Superior		
<input type="checkbox"/> Pós grad. (MBA)	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado			
1.6) Profissão:					
<input type="checkbox"/> Emprego privado	<input type="checkbox"/> Emprego público	<input type="checkbox"/> Profissional liberal	<input type="checkbox"/> Empresário		
<input type="checkbox"/> Estudante					
1.7) Faixa de renda					
<input type="checkbox"/> até 2 SM	<input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 SM	<input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 SM	<input type="checkbox"/> Acima de 10 SM		
1.8) Tipo de moradia					
<input type="checkbox"/> Casa própria no entorno do lago	<input type="checkbox"/> Camping	<input type="checkbox"/> Casa própria ou alugada for a do entorno.	<input type="checkbox"/> Hotel/pousada		
<input type="checkbox"/> Casa alugada no entorno do lago	<input type="checkbox"/> Outro:.....				
1.9) Com quem reside					
<input type="checkbox"/> Sozinho	<input type="checkbox"/> Casal	<input type="checkbox"/> Com a família	<input type="checkbox"/> Grupo amigos		
		<input type="checkbox"/> Outros: _____			
1.10) O que motivou ter a segunda residência neste local:					
<input type="checkbox"/> Reservatório	<input type="checkbox"/> Negócios	<input type="checkbox"/> Opções Lazer/Descanso	<input type="checkbox"/> Estudo/Pesquisa		
<input type="checkbox"/> Outro:.....	<input type="checkbox"/> Características ambientais do local	<input type="checkbox"/> Comunidade local			
1.11) Quantas vezes visita este local por ano					
<input type="checkbox"/> Até uma vez	<input type="checkbox"/> De 2 a 5 vez	<input type="checkbox"/> De 5 a 12 vezes	<input type="checkbox"/> Mais de 12 vezes		
1.12) Tempo médio de permanência:					
<input type="checkbox"/> Até 3 dias	<input type="checkbox"/> De 4 a 7 dias	<input type="checkbox"/> De 8 a 30 dias	<input type="checkbox"/> Mais de 30 dias		
1.13) Durante sua estadia em quais atividades se envolve mais:					
<input type="checkbox"/> Caminhar	<input type="checkbox"/> Banho em ambiente natural	<input type="checkbox"/> Relaxar/descansar	<input type="checkbox"/> Apreciar a natureza		
<input type="checkbox"/> Pescar	<input type="checkbox"/> Aprender sobre a região	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Outra:.....		

Espaço caso deseje fazer mais algum comentário sobre o turismo no local;

3 - PERFIL RESIDENTE

1.1) Local de nascimento _____ UF: _____					
1.2) Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 20 a.	<input type="checkbox"/> De 21 a. 30	<input type="checkbox"/> De 31 a. 45.	<input type="checkbox"/> De 46 a. 60	<input type="checkbox"/> Acima de 61
1.3) Sexo:	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> F			
1.4) Estado Civil:					
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Outros		
1.5) Grau de escolaridade					
<input type="checkbox"/> Sem escolaridade	<input type="checkbox"/> Até 1º grau comp	<input type="checkbox"/> Até 2º grau comp.	<input type="checkbox"/> Superior		
<input type="checkbox"/> Pós grad. (MBA)	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado			
1.6) Profissão:					
<input type="checkbox"/> Emprego privado	<input type="checkbox"/> Emprego público	<input type="checkbox"/> Profissional liberal	<input type="checkbox"/> Empresário		
<input type="checkbox"/> Estudante					
1.7) Faixa de renda					
<input type="checkbox"/> até 2 SM	<input type="checkbox"/> Entre 2 e 5 SM	<input type="checkbox"/> Entre 5 e 10 SM	<input type="checkbox"/> Acima de 10 SM		
1.8) Tempo que reside no município:					
<input type="checkbox"/> Nascido	<input type="checkbox"/> Menos de um ano	<input type="checkbox"/> De um a 5 anos	<input type="checkbox"/> Mais de 5 anos		
1.9) Marcar por quais motivos costuma viajar :					
<input type="checkbox"/> Conhecer lugares	<input type="checkbox"/> Negócios	<input type="checkbox"/> Lazer /Descanso	<input type="checkbox"/> Estudo/Pesquisa		
<input type="checkbox"/> Não viaja	<input type="checkbox"/> Outro:.....				
1.10) Quantas vezes viaja por ano					
<input type="checkbox"/> Não viaja	<input type="checkbox"/> uma vez	<input type="checkbox"/> Sim – entre 2 e 5 vezes	<input type="checkbox"/> Sim – mais de 5 vezes		
1.11) Você acha que a região deve ser divulgada por:					
<input type="checkbox"/> Vídeo ou TV	<input type="checkbox"/> Folhetos	<input type="checkbox"/> Rádio	<input type="checkbox"/> Jornal ou Revista		
<input type="checkbox"/> Ag. Viagem	<input type="checkbox"/> Placas/out door	<input type="checkbox"/> Não deve ser divulgada	<input type="checkbox"/> Outros		
1.12) Dentre as atividades abaixo citadas, quais você participa:					
<input type="checkbox"/> Caminhar	<input type="checkbox"/> Banho em ambiente natural	<input type="checkbox"/> Relaxar/descansar	<input type="checkbox"/> Apreciar a natureza		
<input type="checkbox"/> Pescar	<input type="checkbox"/> Aprender sobre a região	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Outra:.....		

Espaço caso deseje fazer mais algum comentário sobre o turismo no local;

4 - PERFIL EMPRESARIO

1.1) Local de nascimento _____ UF: _____					
1.2) Idade:	<input type="checkbox"/> menos de 20 a.	<input type="checkbox"/> De 21 a. 30	<input type="checkbox"/> De 31 a. 45.	<input type="checkbox"/> De 46 a. 60	<input type="checkbox"/> Acima de 61
1.3) Sexo:	<input type="checkbox"/> M	<input type="checkbox"/> F			
1.4) Estado Civil:					
<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Outros		
1.5) Grau de escolaridade					
<input type="checkbox"/> Sem escolaridade	<input type="checkbox"/> Até 1º grau comp	<input type="checkbox"/> Até 2º grau comp.	<input type="checkbox"/> Superior		
<input type="checkbox"/> Pós grad. (MBA)	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado			
1.6) Tipo de empreendimento:					
<input type="checkbox"/> Comércio	<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Agropecuário	<input type="checkbox"/> Serviços		
<input type="checkbox"/> Outro:					
1.7) Faixa Faturamento anual da empresa					
<input type="checkbox"/> até 100 mil reais	<input type="checkbox"/> Entre 100 e 200 Mil reais	<input type="checkbox"/> Entre 200 e 500 Mil reais	<input type="checkbox"/> Acima de 500 mil reais		
1.8) Tempo que reside no município:					
<input type="checkbox"/> Nascido	<input type="checkbox"/> Menos de um ano	<input type="checkbox"/> De um a 5 anos	<input type="checkbox"/> Mais de 5 anos		
1.9) Marcar por quais motivos costuma motivos viajar :					
<input type="checkbox"/> Conhecer lugares	<input type="checkbox"/> Negócios	<input type="checkbox"/> Lazer /Descanso	<input type="checkbox"/> Estudo/Pesquisa		
<input type="checkbox"/> Não viaja	<input type="checkbox"/> Outro:.....				
1.10) Quantas vezes viaja por ano					
<input type="checkbox"/> Não viaja	<input type="checkbox"/> uma vez	<input type="checkbox"/> Sim – entre 2 e 5 vezes	<input type="checkbox"/> Sim – mais de 5 vezes		
1.11) Qual a vinculação da empresa com o turismo ?					
<input type="checkbox"/> Totalmente	<input type="checkbox"/> Parcialmente	<input type="checkbox"/> Nenhuma	<input type="checkbox"/> Outro		
1.12) O que influenciou sua escolha para investir nesta região ?					
<input type="checkbox"/> Potencial turístico	<input type="checkbox"/> Localização geográfica	<input type="checkbox"/> Mercado consumidor			
<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Recursos Naturais do local				
1.13) Dentre as atividades abaixo citadas, quais você participa:					
<input type="checkbox"/> Caminhar	<input type="checkbox"/> Banho em ambiente natural	<input type="checkbox"/> Relaxar/descansar	<input type="checkbox"/> Apreciar a natureza		
<input type="checkbox"/> Pescar	<input type="checkbox"/> Aprender sobre a região	<input type="checkbox"/> Estudar	<input type="checkbox"/> Outra:.....		

Espaço caso deseje fazer mais algum comentário sobre o turismo no local;

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)